

Organização
Ana Laura Lobato

Jovens Mulheres

e políticas públicas



Jovens Mulheres
e políticas públicas



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff
Presidenta da República

Michel Temer
Vice-Presidente da República

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gilberto Carvalho
Ministro de Estado Chefe

Diogo de Sant'Ana
Secretário Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Severine Carmem Macedo
Secretária Nacional de Juventude

Ângela Cristina Santos Guimarães
Secretária Adjunta

Francisco Rodrigo Josino Amaral
Chefe de Gabinete

Elisa Guaraná de Castro
Coordenadora-Geral de Políticas Transversais

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Eleonora Menicucci
Ministra de Estado Chefe

Lourdes Maria Bandeira
Secretária Executiva

Vera Soares
Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas

Angela Maria Mesquita Fontes
Secretária Adjunta de Articulação Institucionais e Ações Temáticas

Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenadora-Geral da Diversidade

Presidência da República
Secretaria-Geral da Presidência da República
Secretaria Nacional de Juventude
Secretaria de Políticas para Mulheres

Jovens Mulheres

e políticas públicas

Organização
Ana Laura Lobato

Brasília
2014



Creative Commons@2014. Secretaria Nacional de Juventude

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte e o sítio da internet no qual pode ser encontrado o original em: participatorio.juventude.gov.br
Tiragem: 1000

Coordenadora da Coleção Juventude

Elisa Guaraná de Castro

Elaboração/Supervisão

Carla Paiva Bezerra, Ana Laura Lobato e Maria de Lourdes Rodrigues

Colaboração Especial

Gabriela Ferraz

Equipe Técnica

Marcy Figueiredo e Mônica Sacramento Costa

Revisão

Valéria Viana Labrea, Carla Schwingel e Sarah Meneses (Njobs Comunicação)

Projeto gráfico

Jonatas Bonach (Njobs Comunicação)

Diagramação

Jonatas Bonach (Njobs Comunicação)

Distribuição e Informações:

Secretaria Nacional de Juventude – SNJ

Pavilhão das Metas

Via VN1 – Leste – s/nº Praça dos Três Poderes – Zona Cívico Administrativa

Telefone: [55 61] 3411-1160

CEP 70150-908

Brasília – DF

Dados Internacionais de Catalogação e Publicação (CIP)

J86 Jovens mulheres e políticas públicas / Ana Laura Lobato, organizadora. Brasília :
Presidência da República, 2014.
187 p. : il. – (Coleção juventude. Série Estudos ; n. 2)

Co-edição com a SPM.

ISBN xxx-xx-xxxxxx-xx-x

1. Juventude 2. Mulheres. 3. Políticas públicas. I. Lobato, Ana Laura. II. Brasil.
Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. III. Brasil. Presidência da
República. Secretária de Políticas para as Mulheres. IV. Série.

CDD 305.23082

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	11
Parte 1 - Construindo as Políticas Públicas para e com as jovens mulheres	17
Imaginando cores que nunca vimos.....	18
O Plano Plurianual e o Orçamento.....	38
Mulheres jovens e a participação política.....	50
Desafio da implementação das políticas na gestão estadual.....	66
O I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres.....	77
Parte 2 - Pautas e Demandas	141
A construção de uma agenda das jovens mulheres e o mundo do trabalho.....	142
Enfrentamento à violência contra as mulheres..	152
Debates sobre comunicação e cultura a partir do ponto de vista das jovens mulheres ...	164
Jovens mulheres e os desafios da região Amazônica: contribuições para o debate de Meio ambiente e sustentabilidade entre jovens mulheres	177
Sexualidade para a liberdade.....	187
Quem participou desse livro	197

Apresentação

Os avanços conquistados pela juventude nos últimos anos traduzem o esforço do governo brasileiro para que os jovens sejam efetivamente reconhecidos como sujeitos de direito e fundamentais no processo de desenvolvimento do país. Atualmente, o Brasil possui cerca de 50 milhões de jovens, com idade entre 15 e 29 anos, que já afirmaram interesse e determinação em assegurar seus direitos, levando em conta a grande pluralidade do segmento. O reconhecimento dessa diversidade na construção das políticas públicas fortaleceu a agenda juvenil, que hoje contempla, entre outros grupos, o das jovens mulheres, representadas por 25 milhões de brasileiras de diferentes classes sociais, raças, etnias e territórios.

Diante da expressividade dessa população, vários esforços têm sido feitos pelo Governo Federal para que essas jovens conquistem uma política específica, que responda às suas necessidades e expectativas. Nesse contexto, as jovens mulheres foram contempladas em dois instrumentos de planejamento e gestão.

No Plano Plurianual 2012-2015, são previstas ações para o segmento no programa temático “Autonomia e Emancipação da Juventude”, que prevê a articulação e execução de ações que promovam os direitos dessa população, visando garantir sua autonomia plena, inclusão social e produtiva, bem como a transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas de juventude. Já no III Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), o capítulo 10 é dedicado à políticas de promoção da “igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência”.

É importante ressaltar que a Política de Juventude é uma política intersetorial, que contempla as mais diversas áreas do Governo. Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Política para Mulheres têm somado esforços, em parceria com a sociedade civil, para assegurar o recorte geracional nas políticas públicas, considerando a relação das jovens mulheres com educação, trabalho, autonomia, saúde, cultura, comunicação, participação, relações de poder e violência.

Alguns passos foram dados, mas é preciso avançar mais, inclusive com aprovação, por parte do Poder Legislativo, de uma reforma política que garanta a participação das mulheres, em especial das jovens, em condições reais para a disputa de espaços de poder, tendo em vista que embora existam desafios comuns aos sexos, as questões problemáticas específicas de gênero marcam a trajetória das jovens mulheres.

A presente publicação é resultado da parceria entre a SNJ e SPM e tem por objetivo estimular a reflexão do trabalho realizado até aqui, especialmente no âmbito do Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres, no que diz respeito às condições de vida e principais temas relacionados ao segmento. A iniciativa faz parte de ações que visam incorporar a agenda das mulheres jovens na arena política e nas políticas públicas e contou com a participação de jovens lideranças da sociedade civil, pesquisadoras e parceiras de outras instituições, bem como do Governo Federal.

Todas as questões abordadas estão na agenda prioritária da SNJ e da SPM, que buscam fortalecer cada vez mais sua parceria, visando à superação de todos os desafios para que as jovens mulheres conquistem definitivamente o seu lugar na agenda pública e nos espaços decisórios do país.

Severine Carmem de Macedo
Secretária Nacional de Juventude
Secretaria-Geral da
Presidência da República

Vera Soares
Secretária de Articulação
Institucional e Ações Temáticas
Secretaria de Políticas para Mulheres

Prefácio

As reflexões sobre políticas públicas específicas para as jovens mulheres propostas nesta publicação indicam um importante reconhecimento, por parte do governo brasileiro, da necessidade de se ter ações focadas nesse segmento da população. Mais do que isso, observa-se o esforço de pensar as políticas públicas atentas às diferenças com que as relações de gênero e geracionais implicam na constituição de trajetórias desiguais para as jovens mulheres.

Negras, indígenas, ciganas, urbanas, rurais, lésbicas... Na sua diversidade, elas vivenciam a juventude de lados distintos, o que lhes proporciona a riqueza de ser quem são, mas também a vulnerabilidade à violação de direitos e de oportunidades.

A ONU Mulheres tem a grande satisfação de ter participado desse processo, que consiste no empoderamento das jovens como lideranças e protagonistas no diálogo com o Poder Público. *Às vésperas dos 20 anos da Plataforma de Ação de Pequim, percebemos a renovação de ativistas, que têm ampliado a construção de espaços para o alcance da igualdade de gênero.*

Seguindo o lema da campanha global de Pequim+20 “Empoderar as Mulheres. Empoderar a Humanidade. Imagine!”, compreendemos que o enfrentamento às desigualdades de gênero se dá no dia a dia e na ativa participação das jovens mulheres sobre os novos rumos das suas próprias vidas e do curso das políticas públicas.

Nadine Gasman

Representante da ONU Mulheres no Brasil

Introdução

Ana Laura Lobato
Carla de Paiva Bezerra
Maria de Lourdes Rodrigues

A publicação “Jovens Mulheres e Políticas Públicas” tem como objetivo dar visibilidade à temáticas relacionadas à jovens mulheres, com vistas a instrumentalizar gestores e lideranças da sociedade civil para a elaboração de políticas públicas para esse segmento.

Ela constitui a síntese do acúmulo do debate ocorrido ao longo de dois anos de trabalho conjunto da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). A partir da constituição de um grupo de trabalho composto pelo Governo, sociedade civil e organismos internacionais, começou-se a levantar quais seriam as principais pautas nas quais se articulavam os recortes de gênero e juventude.

Esse debate inicial culminou na organização do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, realizado em Brasília, no ano de 2013. Ao longo de três dias, foram realizadas mesas, dinâmicas e grupos entre gestoras de organismos de mulheres e de juventude e representantes da sociedade civil.

A opção por constituir espaços em que gestores e sociedade civil se encontrem e debatam conjuntamente, reflete o compromisso do atual governo com tomar a participação social como método de governo. Isto é, garantir e ampliar a participação da sociedade no processo de elaboração e monitoramento de políticas públicas.

Desse primeiro seminário tivemos desdobramentos importantes como sugestões de alteração no texto do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), no trecho referente à dimensão geracional (capítulo 10). Também foi nesse momento que se estabeleceu uma parceria entre a SNJ e a ONU Mulheres para o programa de formação de jovens lideranças. Por fim, a ideia de montar uma publicação que pudesse subsidiar gestores

e sociedade civil na elaboração de políticas para jovens mulheres foi mais um fruto colhido nesse seminário.

Para sua elaboração, partiu-se da contribuição dos debates ocorridos até então. Mas a própria elaboração da presente publicação constitui em si um aprendizado. Ao buscarmos montar um estrutura que pudesse responder aos nossos objetivos, identificamos lacunas importantes no debate do seminário, que buscamos suprir, como é o caso do destaque para instrumentos de gestão, planejamento e orçamento com recorte de gênero e geração.

Finalmente, chegamos ao desenho da presente publicação. Ela está organizada em dois grandes blocos. O primeiro versa de forma mais geral sobre os desafios da elaboração de políticas para jovens mulheres e a sua agenda geral. Nesse sentido, são abordados temas relativos aos desafios de se elaborar políticas transversais, instrumentos de gestão relacionados ao orçamento e ao planejamento, mecanismos de participação e controle social e o relato de uma experiência estadual.

No primeiro capítulo Fernanda Papa e Larissa Borges apresentam os desafios da articulação entre os olhares transversais de gênero, raça e geração. Quem são, quais são suas pautas e como implementar as políticas necessárias junto à gestão pública. O conceito de transversalidade e de interseccionalidade entre os recortes de gênero, raça/etnia e geração na elaboração de políticas públicas apresentados nesse capítulo servem de guia para todos os demais temas trabalhados nesta publicação.

Já o texto de Eliana Magalhães Graça apresenta conceitos básicos ligados aos instrumentos de planejamento e ciclo de execução orçamentária: PPA, LDO e LOA. Também discute os principais desafios para a elaboração de planos setoriais e construção de indicadores relevantes. Por fim, destaca o desafio de garantir mecanismos de participação e controle social sobre os instrumentos de gestão pública, com ampla participação da sociedade civil. Instrumentos de gestão para aprimoramento e maior efetividade de políticas públicas transversais devem ser estratégias tomadas de forma conjunta por diferentes órgãos.

Marília Ortiz apresenta os desafios relacionados à participação política das mulheres jovens tanto no plano institucional, quanto nos espaços da sociedade civil. Para isto, ela elenca como espaços relevantes as próprias

organizações dos movimentos sociais, as instituições do Executivo e Legislativo e também as instituições de democracia participativa. Para cada um desses espaços, ela apresenta dados relacionados à desigualdade e sub-representação das jovens mulheres, reconhecendo os avanços recentes e apontando estratégias para ampliar a participação jovem feminina.

No quarto capítulo, Ariane Leitão apresenta sua experiência enquanto jovem gestora à frente da Secretaria Estadual de Mulheres do Rio Grande do Sul. Como pautas sobre as quais a Secretaria se debruçou, estão políticas para auxiliar na equação de combinar educação, mundo do trabalho e maternidade, desafio colocado para muitas jovens mulheres. Também são apresentados feitos no enfrentamento à violência e na saúde integral da mulher. Como desafio, fica o tema que ampliará a participação das mulheres nos espaços formais da política, como nossa Câmara Federal e os legislativos estaduais.

Fechando o primeiro bloco, o texto de Ana Laura Lobato e Gabriela Ferraz relata as discussões ocorrida durante o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para jovens mulheres. O processo de elaboração e desenho da metodologia, o relato das mesas e dos debates ocorridos nos grupos são apresentados de forma mais detida, destacando-se ao final as principais conclusões do Seminário.

O segundo bloco de artigos dedica-se à políticas específicas. As principais principais pautas das jovens mulheres e diretrizes para políticas públicas nessas áreas são apontadas nesse segundo bloco, relacionadas aos temas do trabalho, educação, cultura e comunicação, violência, desenvolvimento sustentável, saúde e sexualidade.

Léa Marques traça um panorama da inserção laboral das jovens mulheres no mundo do trabalho, destacando os desafios para que as políticas de trabalho que considerem as especificidades das jovens mulheres. A divisão sexual do trabalho é um conceito apresentado que estrutura a desigualdade entre homens e mulheres nessa área. Como diretriz para a elaboração de políticas, é destacada a Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude, como um instrumento governamental importante para o combate das discriminações no mundo do trabalho.

No tema de enfrentamento à violência contra as mulheres, Iara Amora apresenta o conceito de violência, destaca a temática da violência doméstica como o tipo que afeta de forma mais destacada as mulheres e os seus efeitos perversos na estruturação e perpetuação de desigualdades. Por fim, são apontadas ações para o seu enfrentamento.

A autora Cynthia Mara Miranda discute o papel da comunicação não-sexista como instrumento para a construção da igualdade. Ela demonstra como a publicidade tem criado estereótipos e padrões de beleza e comportamento inatingíveis, que geram enorme pressão especialmente sobre as jovens mulheres. Políticas de democratização dos meios de comunicação e do acesso e produção cultural podem contribuir para diversificar e dar voz às mulheres, contribuindo para uma comunicação não-sexista, não-racista e não-lesbofóbica.

Os desafios enfrentados pelas jovens mulheres da Amazônia são o tema abordado por Anne Karolyne e Marcella Berte. São apresentados os obstáculos para estudar, trabalhar, acessar serviços públicos e participar politicamente, em uma região de maior pobreza e com mais barreiras de circulação e acesso. A dimensão do desenvolvimento sustentável é trazida como central para a superação dessas desigualdades. O pensar as desigualdade regionais de forma articulada às dimensões de gênero e geração é uma das grandes contribuições do texto.

O último artigo do livro versa sobre sexualidade e é elaborado por Clarananda Barreira. Ela busca superar o senso comum de que políticas relacionadas à sexualidade para mulheres jovens são apenas prevenção de gravidez precoce. A partir de uma cronologia das bandeiras do movimento feminista, a autora busca trazer elementos para a construção de políticas que contribuam para o desenvolvimento saudável e a vivência plena e autônoma da sexualidade por parte das jovens mulheres.

Temos o objetivo de que as contribuições possam auxiliar gestoras e gestores em todos os níveis da federação a elaborar políticas públicas sensíveis às demandas colocadas pelas mulheres jovens. Ainda, gostaríamos também que o acúmulo proporcionado por essa reflexão possa servir como ponto de partida para os debates travados a partir da sociedade civil na elaboração de suas demandas.

O desafio do olhar transversal, que articula gênero e geração, não é tão obviamente inserido na estrutura de políticas públicas presente hoje no Estado brasileiro. É preciso criatividade e sensibilidade. Antes de tudo, cabe destacar que não se tratar de criar “caixinhas”, separando de um lado demandas de serviços universais, outra de mulheres, outra de jovens e outra, ainda, de jovens mulheres. O olhar transversal é contra o olhar estanque às demandas. É preciso saber articular as pautas e entender em que momento um dado segmento é mais ou menos sensível à pauta, mesmo em se tratando de uma política universal.

Esperamos que a presente publicação possa contribuir no aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas. Desejamos a todas e todos uma excelente leitura.

Parte 1

Construindo as políticas públicas
para e com as jovens mulheres

Imaginando cores que nunca vimos

Fernanda Papa
Larissa Borges

Você já tentou imaginar uma cor que nunca viu? Essa pergunta nos foi feita recentemente por uma jovem¹, negra, militante e pesquisadora, que em seus processos de investigação acadêmica e de incidência política convoca outras mulheres a pensar sobre as mulheres jovens. Esse exercício, aparentemente simples, lhe exige muita reflexão e várias interpelações, e expressa a complexidade da incorporação da agenda das mulheres jovens na arena política e nas políticas públicas. Esse é um processo recente no Brasil e, não por acaso, está na agenda da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

Sob liderança das também jovens Secretária Nacional, Severine Macedo, e Secretária Nacional Adjunta, Ângela Guimarães, na gestão 2011-2014, essa secretaria busca se fazer conhecer e reconhecer como órgão interlocutor do conjunto do Governo Federal para temas de sua atuação que tocam a vida dos jovens e das jovens no Brasil. Entre os temas que compõem essa tarefa da SNJ, esse texto se propõe a contribuir com a reflexão em torno de estratégias para a incorporação da perspectiva juvenil nas políticas voltadas para as mulheres e sobre a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas de juventude.

Para situar a abordagem feminista dessa reflexão, trataremos gênero enquanto relações de poder historicamente construídas, que configuram condições específicas para a emergência de sujeitos, organização de valores e normas, materialização de corpos e atribuição de legitimidades (RUBIN, 1986; AZEREDO, 2010; BORGES, 2013).

¹ A jovem negra à qual nos referimos é Aurea Carolina do Fórum de Juventudes da região metropolitana de Belo Horizonte.

O exercício se dará por meio da prática recente da SNJ, de se apoiar na estratégia da transversalidade para buscar avanços para a agenda das jovens mulheres nas ações do Governo Federal. Partiremos do diálogo com abordagens acerca da condição juvenil das mulheres, com base em estudo de uma das autoras (BORGES, 2013), para então dialogar sobre a estratégia da transversalidade como um caminho possível para a construção de políticas públicas para jovens mulheres, dialogando com estudo da outra autora (PAPA, 2012).

Ambos nos ajudam a ancorar as vivências recentes dessa experiência de estarmos, também, colaborando com essa gestão da Secretaria Nacional de Juventude, que caminha para celebrar seus primeiros dez anos, em 2015. Com uma presença significativa de mulheres e mulheres jovens, essa gestão se inspirou nas perspectivas e legados feministas e se desafiou a refletir em torno da incorporação da perspectiva de gênero e raça em suas ações. É um bom começo.

Se nas pesquisas sobre juventude em geral, ainda existe uma grande lacuna no que se refere à presença feminina nas manifestações político-culturais (WELLER, 2005:107), tal constatação evidencia a importância da realização de outras produções sobre a participação política das mulheres jovens e também sobre como suas demandas se refletem nas políticas públicas que lhes dizem respeito. A gestão na Secretaria Nacional de Juventude, com a referência da participação como método de governo, inspira o presente texto a contribuir com a desconstrução da lacuna apontada por Weller, sem a pretensão de superá-la, mas com o compromisso de estimular avanços que caminhem nesse sentido.

O texto está organizado a partir da caracterização da condição juvenil da mulher jovem na atualidade, e situa a importância de dialogarmos com os feminismos como forma de atuação política desses sujeitos. Registramos também, percursos de incidência das jovens para a formação de sua agenda para as políticas públicas de juventude e de mulheres no Brasil no período, apresentando alguns dados e pontuando de forma breve os temas que passaram a constituir, ou atualizar, essa agenda. Mencionamos os primeiros passos que têm sido dados para sua incorporação na ação da SNJ e os desafios para que essa ação possa ser fortalecida a partir de uma ação intersetorial e transversal.

A transversalidade é apresentada brevemente, desde seu percurso histórico como estratégia para fortalecimento da perspectiva de gênero nas políticas públicas, para depois ser discutida do ponto de vista de sua utilização como estratégia no cotidiano da gestão. Apresentamos, com base nos fatores que permitem ou não o bom uso dessa estratégia, caminhos possíveis para que a agenda das jovens mulheres avance a partir dos esforços dessa Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com seus aliados dentro e fora do Governo Federal.

Feminismos de geração em geração

A auto-afirmação e o reconhecimento das mulheres jovens como sujeitos vocais na arena política vêm se delineando principalmente na última década, tendo como marca a autenticidade dessa geração, que é herdeira de legados de gerações anteriores e protagonista de conquistas para gerações presentes e vindouras. É uma das importantes expressões do campo das políticas públicas de juventude, também em construção, e marca novas expressões presentes nas políticas para as mulheres, que se adensaram com a criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o organismo governamental de caráter nacional com status de ministério, e com os avanços decorrentes da implementação de suas políticas, em especial de combate à violência e de construção de autonomia econômica da mulher.

Muitas das jovens que incidem sobre os campos das políticas públicas para a juventude e de políticas para as mulheres identificam-se com o feminismo, como referencial teórico e de prática política. Trataremos aqui de *feminismoS*, mesmo que em alguns momentos a expressão apareça no singular para facilitar a leitura, por entender que a ação política das mulheres reconhecidas como sujeitos da transformação da sua própria história é um processo complexo, diverso e não linear, que envolve teoria, prática, política e experiência, podendo se expressar na arte, na ciência, na política, através de ações existenciais, individuais e/ou coletivas (SOARES, 2000; MORA, 2009; BORGES, 2013).

A expressão *feminismoS*, no plural, também afirma e visibiliza a diversidade de expressões feministas que compõem tal construção e evidencia que os feminismos estão contidos desde as remotas e contínuas histórias de

lutas das mulheres negras (BORGES, 2013), e não apenas depois de nomeado como movimento político liderado pelas sufragistas inglesas, a partir do final do século XIX, chegando ao Brasil no início do século XX (PINTO, 2009). Esse olhar ampliado em perspectiva histórica das lutas das mulheres inspira os múltiplos feminismos, vivenciados e exercidos pelas jovens na atualidade.

Ao estudar a modulação social das idades da vida e as tensões entre as possibilidades de resistir e/ou criar alternativas às tendências inscritas no sistema social, elabora-se o conceito de geração e posteriormente o conceito de juventude (PERALVA, 2007). Compreendemos *geração* como sendo um grupo etário, associado a um período histórico, político, cultural e social. Assim, em cada tempo há diferentes grupos etários com experiências geracionais distintas, em função do momento da vida experimentado por cada grupo, que por sua vez, produz sentidos aos eventos do seu contexto.

Segundo Abramo (2005), a juventude é para além de uma faixa etária, um processo no qual há concorrência de um conjunto de elementos que constituem a autonomia material e afetiva dos sujeitos. Esses elementos dizem respeito à escolarização, à profissionalização, aos relacionamentos afetivo-sexuais, à conjugalidade, à reprodução e à participação social. Ter a experiência da condição juvenil, sendo mulher, implica enfrentar uma série de obstáculos sociais para alcançar a emancipação e garantir o exercício de direitos.

A busca pela constituição da autonomia material e afetiva em uma sociedade forjada nas articulações entre capitalismo e racismo patriarcal apresenta forte tendência à hierarquização geracional. Isso impõe às mulheres jovens o exercício cotidiano de lutar contra mecanismos de subordinação e hierarquização articulados de forma dinâmica e singular, que impactam em todas as dimensões de suas vidas, do âmbito público ao privado (WERNECK, 2010).

As barreiras impostas às jovens se potencializam a partir da intersecção entre elementos como raça, orientação sexual, identidade de gênero, local de moradia, pertencimento religioso, entre outras, impactando diretamente em sua possibilidade de circulação social, escolarização, ingresso no mercado de trabalho, exercício do prazer e incidência política.

Ser mulher jovem é também enfrentar, ao mesmo tempo, os mecanismos de subordinação e hierarquização impostos por múltiplos sistemas de poder articulados, que operam simultaneamente para a manutenção de desigualdades socialmente construídas. Assim, as mulheres jovens vivenciam e precisam enfrentar ao mesmo tempo o adultocentrismo, o racismo patriarcal, o sexíssimo e a heteronormatividade.

A participação das mulheres jovens articula-se com as relações de poder, à medida em que se configura como a possibilidade de não aceitar as relações estabelecidas e fazer algo frente as situações de opressão impostas às mulheres jovens, individual e coletivamente. Sua participação política, tanto em espaços institucionais como conselhos, movimentos estudantis, partidos políticos, sindicatos, quanto em espaços não formais, como movimentos culturais, religiosos e nos ambientes virtuais, expressa o poder de interpelar a ordem estabelecida e propõe um alargamento dos horizontes do fazer político (BORGES, 2013).

A presença e incidência das mulheres jovens provocaram movimentos complexos e dinâmicos, alterando a plasticidade política dos feminismos, do campo de políticas para as mulheres e também do campo de políticas para a juventude. Enfrentando as lógicas de racismo, do femicídio e do sexismo e suas múltiplas articulações, as jovens vêm provocando a generificação e racialização da juventude, em um processo de reconhecimento como sujeitos políticos e históricos, que não se deu de forma homogênea para jovens negras e jovens brancas. Como em outras gerações, diversas tensões também marcam a relação entre jovens negras, indígenas e brancas em seu processo de afirmação política (BORGES, 2013).

Jovens feministas presentes

Diferentes gerações de mulheres jovens participaram da construção da afirmação política das mulheres jovens na arena pública. Ao mesmo tempo, diferentes gerações de mulheres em diferentes tempos, interagindo em alguns momentos e processos, mas não em todos, criaram condições para a consolidação da temática das mulheres jovens na agenda política.

Em um breve apanhado da última década, e sem a pretensão de apresentar uma linha do tempo completa, foram marcantes os espaços de articulação

e projetos de engajamento em rede, em que as jovens brasileiras se organizaram para pautar suas questões nos debates pré-criação e pós-criação da Política Nacional de Juventude e também em outros espaços.

São exemplos, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Forito² (2001-2009), o Programa Mulheres Jovens e Cidadania – fortalecendo a liderança de mulheres jovens e seu trabalho em redes no Cone Sul³ (2007-2013), o Encontro Nacional de Juventude Negra (2007), o Encontro Nacional de Jovens Feministas (2008) e o Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas (2009), ao reunirem jovens mulheres de diferentes movimentos e organizações identificadas com a construção feminista e anti-racista, impulsionaram a seu tempo possibilidades de incidência em espaços que ajudaram a delinear o avanço institucional das políticas para a juventude, para as mulheres e para a igualdade racial. Estavam presentes no Projeto Juventude (2003-2004), coordenado pelo Instituto Cidadania, que elaborou proposta de criação de um organismo nacional para as políticas de juventude.

As jovens disputaram suas propostas no Encontro Latino-Americano de Jovens Lideranças da ONU pelas Metas do Milênio (2005), na formação da primeira gestão - e sempre presentes desde então - no Conselho Nacional de Juventude (2005 até o presente), nas Conferências Nacionais de Juventude (2008 e 2011), de Políticas para Mulheres (2004, 2007⁴ e 2011) e de Políticas de Igualdade Racial (2005, 2009, 2013), entre outros espaços, como os X e XI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (2005 e 2009).

2 *Jovens feministas presentes* era o mote do grupo do Forito, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas, organizado pela Fundação Friedrich Ebert no Brasil e que reuniu entre os anos 2001 e 2009, jovens militantes de partidos de esquerda, de ONGs e redes feministas, de movimentos sociais como o estudantil, sindical, de trabalhadoras rurais, LGBT, negro, de pastorais, pela democratização da comunicação, quilombolas, entre outros, com o objetivo de discutir e trocar experiências sobre as especificidades da condição juvenil da mulher jovem. O intuito era preparar a incidência dessas lideranças e contribuir com seus respectivos grupos e organizações nos processos participativos, que viriam a apontar prioridades para as políticas nacionais para mulheres e para a juventude, naquele período em vias de construção.

3 Programa desenvolvido pelo UNIFEM, com coordenação no Brasil.

4 *Feminismo não combina com racismo* era o título de um fanzine de jovens feministas, produzido durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cuja etapa nacional foi realizada em Brasília, em 2007. Foi um ano de incidência importante, pois o II PNPMM incorporou um eixo dedicado às questões geracionais, como resultado também das articulações das jovens e de alianças importantes feitas entre mulheres negras e indígenas, por exemplo.

Além das conferências, a atuação autônoma e coletiva de mulheres jovens diversas em diferentes espaços políticos, entre eles a internet e as jornadas de grandes manifestações em junho e julho de 2013, evidenciou as especificidades e interseccionalidades inerentes a esses sujeitos políticos, atualizando os desafios para o estabelecimento de práticas emancipatórias entre as diferentes classes, grupos étnicos, gerações, identidades de gênero e orientações sexuais. (CARNEIRO, 2001 apud BORGES, 2013). O que significa viver estas experiências em um corpo feminino, com uma identidade de gênero não masculina? E como as questões daí advindas se colocam para as políticas públicas?

As jovens do Brasil e suas demandas para as políticas públicas

Um primeiro passo para a busca de respostas está na necessidade de se conhecer de quem estamos falando. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que significa que 27% da população total do país é jovem. As moças correspondem a 50% desse grupo, dentre as quais 52,8% se auto-declararam negras (7,4% pretas, 45,4% pardas) e as mulheres jovens vivem majoritariamente nas cidades.

De acordo com o Censo, 35,8% da juventude brasileira está estudando. Do total de mulheres jovens, 36,8% estão na escola, ou seja, elas correspondem a 51,3% dos jovens que estudam. No ensino superior, superam os rapazes, chegando a 57% dos que cursam faculdade. Esse desempenho superior não se reflete, no entanto, em igual ou melhor acesso ao mercado de trabalho e às condições de trabalho que enfrentam.

Em que pese as mulheres representarem 42,1% das pessoas jovens que trabalham no Brasil, uma série de desigualdades ainda se reproduz afetando suas trajetórias e perspectiva de construção de autonomia. São as jovens negras, por exemplo, as que vivenciam pior condição salarial e informalidade, estando muitas delas dedicadas ao trabalho doméstico, com prejuízo à sua trajetória escolar e outras possibilidades de escolha profissional.

A maternidade, desejada ou não, também afeta a conclusão dos estudos para parte das jovens brasileiras, que passam a compor a maior parte do

contingente dos jovens que não trabalham e não estudam, chegando a 64% deles. Essa constatação do Censo 2010 revela uma característica importante dos “nem nem” que é estar se dedicando ao trabalho reprodutivo, e não remunerado. Do grupo de moças que não estudam e “não trabalham”, 61,1 % têm filhos, o que leva à hipótese de abandono dos estudos e do mercado de trabalho para dedicação às funções reprodutivas e do cuidado, o que não significa “não estar trabalhando”.

A tabela abaixo retrata de maneira mais completa o que buscamos evidenciar sobre a importância de se conhecer o perfil e como vivem as jovens brasileiras na atualidade.

	Total de jovens mulheres	Jovens mulheres sem filho	Jovens mulheres com filho
Só estuda	24,5	25,7	7,9
So trabalha	32,8	33,2	27,5
Estuda e trabalha	12,3	12,9	3,5
Não estuda e não trabalha	30,4	28,1	61,1
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico, 2010. IBGE

O que está na agenda das jovens hoje

Empoderadas pelo exercício de direitos conquistados por gerações anteriores, fazendo sua própria leitura de mundo e atualizando a relação política entre os diferentes sujeitos e direitos, as jovens trouxeram novas cores para arena política de um mundo cada vez mais conectado.

Ao conciliar trabalho e estudo, e em muitos casos a maternidade, a jornada de trabalho doméstico e a militância, as jovens firmam bandeiras antigas e afirmam novas bandeiras, não deixando de discutir a legalização do aborto, a demanda por trabalho decente, questionam a divisão sexual do trabalho, além da livre orientação sexual, garantida por novos direitos, como a união homoafetiva.

Entre as reivindicações das gerações passadas e das novas gerações houve *reciclagens e aprimoramentos*. Novos tempos, novos sentidos, atualizações nas expressões de opressão e nas formas de resistências às mesmas. A múltipla jornada de trabalho e a precarização do trabalho continuam em pauta, porém marcadas pelas multidões de jovens em *telemarketings* e *fast foods*, com frágil suporte sindical.

O trabalho escravo e o tráfico de mulheres jovens para fins sexuais também aparecem como ponto importante. Ao mesmo tempo, as mulheres jovens do campo têm sofrido com o agronegócio, de modo cada vez mais agressivo, devasta a natureza e as perspectivas dessas jovens de permanecerem e sobreviverem ou não no campo. Já as vidas das jovens ribeirinhas têm sido fortemente impactadas pela construção de grandes obras, que ampliam, por exemplo, sua exposição à exploração sexual.

A precarização do trabalho das mulheres jovens traz para o campo da saúde, entre outros problemas, a Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e a depressão. Temas como a saúde mental e a utilização de álcool e outras drogas precisam ser cada vez mais debatidos, considerando as perspectivas abolicionistas e antiproibicionistas propostas pelas jovens para as políticas sobre drogas, que é vista como uma questão de saúde e não de segurança. Além disso, as jovens ainda enfrentam a pouca disponibilidade de atendimento médico especializado.

A reivindicação por creches para os filhos segue como tema importante para quem trabalha e para quem estuda, inclusive à noite, mas não se limita apenas à necessidade de garantia do direito das mães exercerem outras funções além da maternidade e dos filhos de estarem protegidos, mas passa também pelos direitos das jovens mães de vivenciarem seu direito à cultura, ao lazer e ao prazer.

As mulheres jovens têm acessado cada vez mais o Ensino Superior e sua chegada vem trazendo demandas de políticas mais qualificadas para garantir o acesso e permanência nos estudos. A impossibilidade de desenvolver sua gravidez ou seguir com os filhos nas moradias estudantis tem sido bastante problematizada em muitos *campi* pelo país. Os direitos sexuais têm sido cada vez mais reivindicados, vividos e debatidos pelas jovens. Em alguns casos, as perspectivas de autodeterminação com experiências no exercício do prazer têm causado estranhamento e

críticas de mulheres mais velhas. Nesse campo, as jovens lésbicas, trans, travestise funkeiras têm atuado intensamente. Mais diálogo parece ser necessário, bem como a preocupação com as situações de violência. A vida das mulheres jovens ainda é fortemente marcada pela violência em suas múltiplas expressões. Nos casos de violência letal, que gera mortes evitáveis, segundo Romio (2010):

Os femicídios não se restringem aos praticados por companheiros e ex-companheiros, considerando o femicídio homofóbico e lesbofóbico, o femicídio marital, o femicídio racista, os femicídios cometidos fora do espaço de domicílio, os seriais e em massa. [Mas] incluem a discussão dos assassinatos de mulheres legalizados pelo Estado motivados por políticas e práticas sociais, a exemplo das práticas de assassinatos de meninas em países que adotaram políticas de restrição do número de filhos, também discute as mortes femininas produzidas pelos processos de esterilização e clitorectomias, além dos assassinatos cometidos em nome da busca da Beleza através de intervenções cirúrgicas mal sucedidas (ROMIO, 2010:2).

Para Romio (2010), os assassinatos de mulheres que frequentemente são “silenciados e romanceados”, apesar dos requintes de crueldade e violência empregados, têm caráter e motivação marcadamente sexista. Além de aspectos raciais, geracionais, de classe e de gênero, que estão organizando e acelerando mortes das mulheres jovens.

Interseccionalidades de gênero, raça e geração

Para complexificar e problematizar os reconhecimentos hierárquicos das diferenças e a construção das desigualdades vividas pelas mulheres jovens, recorremos ao conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). A partir de Crenshaw, outras autoras como Lopes e Werneck (2013) e Kerner (2012) informam que a interseccionalidade refere-se às diversas interações entre sistemas de opressão capazes de impactar as múltiplas dimensões das experiências das mulheres negras jovens. Esse conceito

nos permite perceber que há articulações entre marcadores de diferenças e sistemas de poder, que potencializam a opressão, ampliam, perpetuam e atualizam as desigualdades, impactando diretamente na experiência de mulheres jovens. Exemplo disso é a violência contra as jovens negras que corporificam a interseccionalidade de raça, gênero e juventude e, por isso, em sua experiência, vivenciam a intensificação da violência e a diversificação das expressões desta em seu dia a dia, mais do que as jovens não negras.

Quando racismo, sexismo e adultocentrismo se conjugam, as consequências danosas se multiplicam, provocando uma espécie de “asfixia social” para estas jovens. Estes efeitos se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental, rebaixamento da auto-estima, expectativa de vida menor, menor índice de nupcialidade e, sobretudo, no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração (ZANNETTI; SACRAMENTO, 2013).

Ao analisar as similaridades e diferenças nos encontros, articulações e cruzamentos entre racismo e sexismo, Zanetti e Sacramento (2013) abordam os impactos do racismo, do adultocentrismo e do sexismo nas trajetórias individuais e coletivas das mulheres negras jovens, apontando que a trama formada pela intersecção de raça, gênero e geração promove várias hierarquizações, supervalorização de padrões hegemônicos que operam agressivamente para desqualificação e desumanizam a jovem negra.

Construir uma identidade positiva é um desafio enfrentado pelas jovens negras em nosso país. Desde muito cedo, nossa sociedade as ensina que para serem aceitas é preciso negar-se e/ou submeter-se a modelos adultos, ocidentais e masculinos. No caso em destaque, o processo de “tornar-se negra” pressupõe a reivindicação desta identidade entendida, nos termos de Castells (1999) como o processo de disputa de posições de poder (ZANNETTI; SACRAMENTO, 2013).

O conceito de interseccionalidade permite a visibilização, desnaturalização e, quem sabe, desconstrução das hierarquias e desigualdades ainda presentes, tanto na vida dessas mulheres quanto nas práticas sociais edinâmicas institucionais direcionadas a elas. Do ponto de vista de sua utilidade às políticas públicas, identificamos que a interseccionalidade pode informar esferas de desenho e negociação de prioridades entre as ações a serem direcionadas às jovens, para a correção de desigualdades de geração, gênero, classe e raça historicamente construídas. Isso aponta para a necessidade de se trabalhar com a transversalidade, desenvolvendo maneiras de se fazer entender a agir para a incorporação dessas dimensões, nem sempre reconhecidas como constitutivas dos sujeitos e da forma como são encarados pelas políticas públicas.

Consideradas as proposições das jovens nos processos de conferência, suas intervenções no âmbito dos canais de participação instituídos, como o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ainda, a criação de um GT específico, que se dedicou a discutir e atualizar a agenda das jovens mulheres para as políticas públicas de juventude, desde o final de 2011, realizando um seminário amplo em 2013, faz-se relevante apontar desafios para os próximos passos dessa construção institucional, que tem a SNJ e a SPM como espaços de articulação privilegiados.

Caminhos para a transversalidade nas políticas públicas para as mulheres jovens

Uma das estratégias que tem sido utilizada para a incorporação da perspectiva de gênero, de raça e geração na ação do Governo Federal é a transversalidade. Assumida como um instrumento estratégico para a gestão de políticas públicas, que dependem de um organismo governamental específico para dialogar com as demais áreas do governo, as quais se pretende levar a perspectiva de determinado tema ou dos sujeitos ligados a este tema, cujos direitos se pretende promover (PAPA, 2012).

Como conceito, surge no final dos anos 1990, impulsionada por forte atuação dos movimentos feministas, no contexto da IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher, realizada em 1995, em Pequim, China, e de sua respectiva Plataforma de Ação. Nomeada pelo conceito

anglo-saxão de *gender mainstreaming*, a transversalidade tornou-se uma das principais estratégias para se colocar a perspectiva de igualdade de gênero na definição das políticas de instituições do Estado ou não estatais (ibid:14).

No Brasil, o termo passou a ser difundido por meio do trabalho de agências da ONU e de outras organizações de cooperação internacional, sendo recomendado como estratégia para atuação de ONGs, de prefeituras e governos estaduais e nacional, que passaram a criar organismos governamentais voltados à promoção de políticas públicas para as mulheres, entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000 (ibid:14). Foi a ação das mulheres negras engajadas nesse processo que possibilitou a utilização do conceito de transversalidade nas políticas de promoção da igualdade racial, especialmente a partir dos anos 2000.

No caso dos governos locais, basicamente se propunha a incidência sobre os núcleos de planejamento das diferentes áreas de governo, com a recomendação de que observassem os impactos que as ações planejadas, sobretudo as prioritárias, teriam sobre mulheres e homens, e se alguma medida específica deveria ser adotada para corrigir desigualdades no acesso aos direitos e/ou benefícios daquela política.

Há registros de diferentes experiências de governos locais que conseguiram avançar em relação à incorporação da perspectiva de gênero nas ações do conjunto do governo, porém são mais frequentes as queixas sobre a dificuldade de levar adiante essa tarefa (PAPA,2012:95). Em muitos casos, os organismos específicos se dedicaram principalmente a estruturar as políticas de combate à violência contra a mulherpois, sem essa pró-atividade, dificilmente outras áreas de políticas setoriais se dedicariam a articular ações intersetoriais e a criar novos serviços para atender a essa demanda central e histórica dos movimentos de mulheres. Cabe ao organismo específico promover o trabalho conjunto com a saúde, a assistência social, trabalho e renda, etc.

Do ponto de vista das políticas nacionais, é anterior à criação da SPM a atuação do CNDM e da SEDIM - Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, criada em 2002, ligada ao Ministério da Justiça -, para articular com outras áreas de governo ações e políticas pela promoção da igualdade de gênero. Mas é a partir do trabalho da SPM e da SEPPIR,

como ministérios, que se passou a destacar a incorporação formal da transversalidade de gênero e raça como princípio de governo, o que se reflete em documentos de orientação estratégica como o Plano Plurianual de 2008-2011 (BRASIL, 2009).

Construídos a partir dos processos participativos de conferências nacionais de políticas para as mulheres, em 2004, 2007 e 2011, respectivamente, os I, II e III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) são considerados os resultados desse diálogo e negociação com os outros ministérios, que se concretizam em ações e metas orçamentárias, que devem responder às prioridades definidas para as políticas para mulheres, a partir das definições das conferências nacionais. As jovens estiveram presentes nesses processos e estão diante da oportunidade de avanços na mesma direção em relação às políticas de juventude, devido ao processo em curso de proposição do Plano Nacional de Juventude.

O Plano Nacional é uma das ações determinadas pelo Estatuto da Juventude, aprovado e sancionado por meio da Lei 12.852/2013, em agosto de 2013. O processo de elaboração do Plano tem o respaldo institucional do Comitê Interministerial da Política de Juventude - Decreto 8.074 de 14 de agosto de 2013 -, que conta com a participação de diferentes ministérios e, em diálogo com a SNJ e a participação da sociedade civil, vão desenhar uma proposta de Plano Nacional de Juventude, nas respectivas áreas de atuação, a ser submetida ao processo da III Conferência Nacional de Juventude.

Além de ter passado a contar com esses instrumentos que formalizam a necessidade de atuação transversal da SNJ, a Secretaria já tem atuado com a transversalidade da perspectiva juvenil nas políticas do Governo Federal, a partir de iniciativas estruturadas em torno das agendas de enfrentamento à violência contra a juventude negra e de autonomia econômica para a juventude rural. Essas duas frentes prioritárias do trabalho da SNJ indicam o início de um importante esforço de utilizar as lentes de raça e gênero para fazer e complexificar a leitura dos problemas sociais e temas com os quais trabalha.

No caso do Juventude Viva, plano de prevenção à violência contra a juventude negra, coordenado em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e implementado a partir de 2012, a SNJ

vale-se dessa experiência de diálogo horizontal entre diferentes espaços governamentais e com a participação da sociedade civil para trabalhar a co-responsabilidade e a cooperação dos diferentes atores para fortalecer a ação do Estado em relação ao problema dos crescentes índices de homicídios que atingem jovens negros no país.

A necessidade do fortalecimento da perspectiva de gênero nessa iniciativa constitui um exemplo dos esforços atuais de maior incorporação das demandas das mulheres jovens às ações da SNJ. As reflexões trazidas do Seminário Nacional de Políticas Públicas para as jovens mulheres, entre outros espaços de escuta e participação abertos pelo Juventude Viva, contribuem para esse compromisso, que também tem sido considerado para o programa voltado à juventude rural. Nos dois casos, e levando em conta a interseccionalidade a se observar na condição juvenil das jovens mulheres, a tarefa que está colocada é a de agir para que as múltiplas dimensões constitutivas dessas e desses sujeitos jovens sejam consideradas pelas diferentes ações ministeriais voltadas a esses segmentos. Seja na educação, na cultura, na saúde, no trabalho, no esporte, na ciência e tecnologia, na justiça, nos direitos humanos e assim por diante.

É importante ressaltar, ainda, que parcerias com as agências da ONU têm sido relevantes, da mesma forma que observadas no percurso registrado em relação às políticas para as mulheres. A cooperação estabelecida em diferentes iniciativas, como o programa de fortalecimento de jovens lideranças, além dos esforços conjuntos e concretos de um grupo de trabalho interagencial sobre juventude, têm trazido para perto da ação da SNJ a oportunidade de fortalecer seu diálogo com a multiplicidade de atores juvenis, como indígenas, quilombolas, ciganas e outros grupos, e de fortalecer a agenda pelos direitos das jovens na ação intersetorial e transversal cotidiana que constitui o trabalho da Secretaria.

O estudo da transversalidade em um dos programas “carro-chefe” da SPM, bem como a experiência atual de articulação de ações em torno do fortalecimento dos direitos das juventudes, permitem a observação do que potencializa a transversalidade no diaadía da gestão governamental, com o intuito de alterar para melhor a condição de vida das mulheres jovens brasileiras. Entre os fatores que explicam a possibilidade de avanços a partir da transversalidade, destacam-se:

- A existência do organismo específico articulador das políticas para as mulheres e para a juventude – e aqui valeria destacar também o organismo específico para políticas de igualdade racial - com capacidade técnica e de negociação política, além de habilidades de relacionamento interpessoal e boa escuta, para trabalhar a partir da intersetorialidade. Isso significa atuar com outras áreas de políticas setoriais, que executam programas em grande escala e com quem se pretende trabalhar a dimensão transversal de geração, gênero e raça;
- A atuação intersetorial facilita a aproximação de interlocutores que não interagiriam se não houvesse a necessidade formal e prática de terem que trabalhar em conjunto em torno de um problema comum, ao qual, a experiência, as ações e recursos de todos são importantes. Investir também em aproximação com cada área a partir de conversas bilaterais também é muito importante;
- Formalizar um ponto de encontro, como espaço de gestão intersetorial para negociação da transversalidade é fator que contribui para o fortalecimento dos compromissos com a agenda em questão. São exemplos destes espaços os grupos de trabalho interministeriais, comitês de monitoramento, câmaras técnicas de gestão ou comitês gestores, a exemplo do COIJUV e do Comitê de Monitoramento do PNPM;
- Promover maior entendimento sobre diferentes lados do problema em comum a ser tratado é igualmente importante. Para isso, as áreas específicas como SNJ e SPM devem contar com argumentos consistentes, baseados em dados oficiais, que contribuem para a incorporação da perspectiva de promoção da igualdade, do enfrentamento ao racismo e da valorização da juventude, com especial atenção às necessidades das mulheres. Além dos dados desagregados de Censo, PNAD etc., pesquisas como a Agenda Juventude Brasil 2013, realizada pela SNJ, contribuem para uma maior compreensão do que pensam as juventudes brasileiras, complementando o que os dados oficiais não trazem: a voz desses e dessas jovens;
- A participação da sociedade civil é central e se apresenta como importante referência para qualificar o debate também para dentro do governo;

- A sensibilização de servidores e servidoras, por meio de processos de formação para atuar em conferências governamentais e na gestão cotidiana das políticas contribui para ampliar o corpo técnico comprometido com a promoção da igualdade, do reconhecimento das jovens como sujeitos de direito e dos impactos que o racismo institucional provoca;
- A instituição de comitês de igualdade de gênero nos demais ministérios é vista como um passo inicial importante para que esses órgãos incorporem em seu cotidiano a reflexão e ação permanentes em relação às políticas de inclusão das mulheres e promoção da igualdade. O fortalecimento de seu trabalho com a inclusão da perspectiva geracional e racial pode contribuir para que o *status* da agenda das jovens mulheres seja elevado.

Nota-se também que, se não houver decisão política para valorizar esses espaços e iniciativas, os esforços por avanços serão enfraquecidos. Portanto, é preciso reconhecer, de forma central, que a alteração do quadro de desigualdades de gênero, raça e geração em que vivem muitas mulheres brasileiras requer prioridade política. Construir essa prioridade, em meio às diretrizes gerais de um ministério, exige também disputar a visão de mundo em que se reconhecem as desigualdades e a necessidade de agir de forma específica para alterá-las;

- Superar choques de visão sobre determinadas realidades, reconhecendo a necessidade de boa escuta e cuidado para não causar atropelos em relação à forma como outras áreas conduzem as questões de gênero, raça e geração a que nos propomos fortalecer, contribui para que diretrizes diferentes que orientam as políticas não se tornem excludentes e impeditivas de avanços conjuntos;
- Essas mudanças de percepção que podem impactar na ação da gestão pública levam tempo. E o tempo da Administração Pública para absorver as mudanças de valores que devem orientar as “novas políticas públicas” é diferente do tempo de duração de um governo, o que por vezes leva à frustrações.

Enxergar a construção das perspectivas de gênero, raça e geração de forma transversal, como processo no tempo e espaço da Administração Pública permite compreender que, ainda que não verificados em todas as áreas,

os avanços para uma mudança na definição das políticas, na direção de maior inclusão das mulheres jovens estão em curso. Para fortalecermos essas ações existentes de promoção e garantia dos direitos das mulheres jovens de maneira transversal é importante:

- Destinar recursos no orçamento para o fortalecimento das ações transversais e desenvolvimento de ações indutoras da transversalidade;
- Garantir estrutura institucional que possibilite fortalecer a ação de pontos focais e/ou a constituição de equipes com condições técnicas e políticas de estruturar e desenvolver o trabalho;
- Estimular a incorporação de perspectiva afirmativa de raça e gênero na composição das equipes e nas estruturas hierárquicas das organizações;
- Elaborar e implementar planos de identificação e enfrentamento ao racismo institucional e às desigualdades de gênero com recorte de juventude nas instituições;
- Aliar transversalidade e intersetorialidade com participação e controle social.

Para continuar a reflexão...

Colaborar para a articulação positiva de elementos que possibilitem a construção da autonomia material e afetiva das mulheres jovens é uma responsabilidade institucional que deve ser compartilhada por diferentes atores na gestão pública. O primeiro passo para as estratégias de incorporação da perspectiva juvenil nas políticas voltadas para as mulheres e incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas de juventude já está sendo dado. E se relaciona com o compromisso e maior abertura para a análise dos problemas e agendas próprios desses sujeitos e com o desenvolvimento depolíticas que incorporem as dimensões geracional, de gênero e raça.

Trabalhar para que as mulheres possam vivenciar sua condição juvenil de forma plena e saudável é cooperar para o desenvolvimento e aprimoramento da democracia no país. É igualmente importante para potencializar, qualificar e radicalizar o alcance das políticas públicas. São muitos desafios e oportunidades marcados por cores que nunca imaginamos. Mas elas começam a ficar visíveis e mais fortes a cada dia.

Referências

ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

AZEREDO, S.M.M. Encrenca de Gênero nas Teorizações em Psicologia. **Revista Estudos Feministas**.UFSC, v. 18, p. 175-188, 2010.

BORGES, L. A. **Nas periferias do gênero**: transitando entre hip hop, funk e feminismo. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós Graduação em Psicologia, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 10, n.1, 2002, p.171-189.

KERNER, I.. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. In: **Novos estudos**, CEBRAP, (93), 2012.

LOPES, F.; WERNECK J.. Saúde da População Negra: da conceituação às políticas públicas de direito. In: WERNECK, J. (org). **Mulheres Negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Criola, 2013.

MORA, M. E. H. Indicios de una reflexión política: desafíos feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes. In: **Cotidiano Mujer**: Articulación Feminista Marcosur (AFM), 2009.

PAPA, F.C.. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil**: percursos de uma pré-política. Dissertação. (Mestrado em Administração Pública). Escola de Administração Pública e Governo EAESP-FGV, São Paulo, 2012.

PERALVA, A.O jovem como modelo cultural. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. (Coleção Educação para Todos; 16).

ROLAND, E. O Movimento das Mulheres Negras Brasileiras: Desafios e Perspectivas. In: GUIMARÃES, A. S.; Huntley, L. (Orgs.) **Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil**. SP: Paz e Terra, 2000.

ROMIO, J. Ap. F. **Mortes femininas violentas segundo raça/cor**. Dissertação. (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: **Revista Nueva Antropología**, ano 8, n. 030, p. 95-145, 1986. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/159/15903007.pdf>

SOARES, V. O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (orgs) **Tirando a máscara: ensaio sobre o racismo no Brasil**. SP: Paz e Terra, 2000.

WELLER, W.. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. In: **REF, Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005

WERNECK, J. Mulheres negras e violência no Rio de Janeiro. In: **Mulheres de Brasília e do Rio de Janeiro no monitoramento da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Rio de Janeiro, CRIOLA; CFEMEA, 2010.

ZANETTI, J; SACRAMENTO, M. Jovens negras: ressignificando pertencimentos, construindo práticas. In: WERNECK, J. (org). **Mulheres Negras: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Criola, 2013.

O Plano Plurianual e o Orçamento

Eliana Magalhães Graça

Introdução

Este texto pretende oferecer subsídios para uma maior reflexão das/os gestoras e gestores de políticas para as mulheres e para a juventude nos estados e municípios sobre a importância que tem o planejamento e o orçamento para a efetividade das políticas públicas.

A elaboração de políticas públicas direcionadas à juventude e mais especificamente às jovens mulheres requer de seus gestores e gestoras uma atenção especial aos anseios e reivindicações dessa parcela da sociedade, assim como exige que as propostas estejam incluídas nos planos de governo estaduais e municipais e encontrem correspondência nos respectivos orçamentos.

A concepção e o desenho dessas políticas devem enfrentar os problemas detectados e ter legitimidade junto ao público ao qual se destina. Hoje, a Administração Pública Federal está pautada pela transparência e pela participação e controle social, o que poderá inspirar os governos estaduais e municipais. O planejamento das ações de governo é uma etapa organizadora das prioridades da gestão, que deve refletir as demandas e propostas fruto de consultas, discussões e audiências, como base para sua construção.

A inclusão das propostas de políticas públicas, originadas nos processos de participação, no planejamento e orçamento governamental é a garantia de condições para sair do discurso e se transformar em realidade. Por isso, é fundamental que os/as gestores e gestoras tenham conhecimento de como se dão os processos de planejamento e de orçamento em cada estado e município.

A Constituição de 1988 aperfeiçoa o processo orçamentário e estabelece as suas diferentes fases dentro de um ciclo que deverá se cumprir com prazos e procedimentos próprios. Assegura a transparência e propõe formas de diálogo e participação. Ficar atento a isso é fundamental para que as propostas de políticas sejam incorporadas a tempo e de maneira adequada, com recursos suficientes. Monitorar e avaliar o percurso de sua execução, propondo redirecionamentos e correção de rumos é outro desafio para quem está na gestão dessas políticas.

Este documento está composto de esclarecimentos sobre o ciclo orçamentário, seguido de considerações sobre o caráter político do PPA e do orçamento. Além disso, há uma seção sobre a relação entre as políticas públicas, o planejamento e o orçamento. Ao final são apresentadas algumas indicações de como proceder para tornar as políticas públicas exequíveis, como conclusões.

O Ciclo Orçamentário



O Ciclo Orçamentário foi criado pela Constituição de 1988 e prevê a elaboração de três leis: a Lei do Plano Plurianual, conhecida como PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, chamada de LDO e a Lei Orçamentária Anual, que todos identificam como Orçamento ou LOA. Esse ciclo também é conhecido como *ciclo integrado de planejamento e orçamento* por se configurar em uma sequência de leis que se relacionam entre si e formam um todo, dentro de uma lógica específica. Fazem parte do ordenamento legal da União, dos estados e dos municípios e do Distrito Federal.

O Plano Plurianual (PPA) é elaborado no primeiro ano do mandato do/a Presidente/a da República, do/a governador/a dos estados e do Distrito

Federal e dos/as prefeitos e prefeitas. O governante recém-eleito deve, juntamente com sua equipe de governo, transformar suas promessas de campanha, pelas quais foi eleito, em políticas, programas e ações governamentais para serem executados nos próximos quatro anos. Sua vigência, portanto, engloba os três anos de mandato daquele/a governante e avança no primeiro ano de mandato do/a sucessor/a, de forma a garantir a continuidade administrativa. Ou seja, o PPA é o planejamento de médio prazo do governo federal, estadual, distrital e municipal.

No PPA devem estar explicitadas as estratégias, as diretrizes e as metas de governo e os respectivos programas a serem executados no período. Por se tratar de uma lei, o PPA será encaminhado pelos chefes de cada poder executivo ao poder legislativo de cada uma das esferas de governo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como o próprio nome indica, é uma lei que trata de diretrizes, que devem ser cumpridas ano a ano, dentro da previsão dos quatro anos constante do PPA. Determina as metas e prioridades a serem seguidas no ano seguinte. Ou seja, nela se determina o que vai ser alcançado a cada ano para, ao final, se conseguir cumprir o que foi previsto para o período coberto pelo PPA. A LDO estabelece também regras que orientam a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, pelo Poder Executivo e que também devem ser observadas pelo Legislativo na sua discussão, votação e aprovação.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) dispõe sobre todos os programas e ações que serão executados no decorrer do ano com as suas respectivas dotações de recursos. É nessa Lei que se prevê o quanto será gasto com cada item. Os programas e ações orçamentárias deverão constar do PPA e estar de acordo com as regras estabelecidas na LDO. Ou seja, é na lei orçamentária que se concretizam as condições de execução do que está estabelecido no PPA.

No Brasil, o orçamento é autorizativo, o que significa que o Poder Legislativo dá uma autorização ao Poder Executivo para gastar até o limite previsto na Lei Orçamentária. Por isso, o Executivo pode não efetuar os gastos aprovados pelo Legislativo. Outra característica da Lei Orçamentária é a apresentação de uma estimativa de receitas e da previsão de despesas. São feitos cálculos com base no orçamento do exercício anterior e em análises da dinâmica da economia, dos seus principais

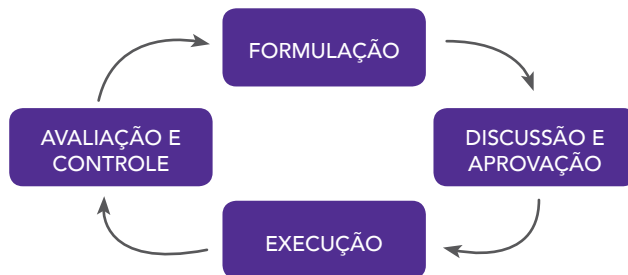
indicadores, obtendo-se assim uma estimativa de quanto se espera arrecadar de recursos da sociedade (via impostos e contribuições) para financiar o volume de despesas proposto. Essa conta deve fechar, ou seja, o resultado de receitas e despesas deve ser zero.

Tanto no caso do PPA quanto do orçamento, a Constituição prevê um processo orçamentário, com atribuições específicas a cada poder e com prazos e regras que devem ser rigorosamente seguidos. Ao Poder Executivo é atribuída a função de elaboração dos projetos de lei e encaminhá-los ao Legislativo, dentro de prazos, que podem variar no estado ou no município. Como esse é um processo importantíssimo para os/as gestores/as de políticas públicas, torna-se imperativo acompanhar as datas limites que estão previstas nas constituições estaduais e nos regimentos internos das assembleias legislativas e, no caso dos municípios, nas respectivas leis orgânicas e regimento das câmaras municipais.

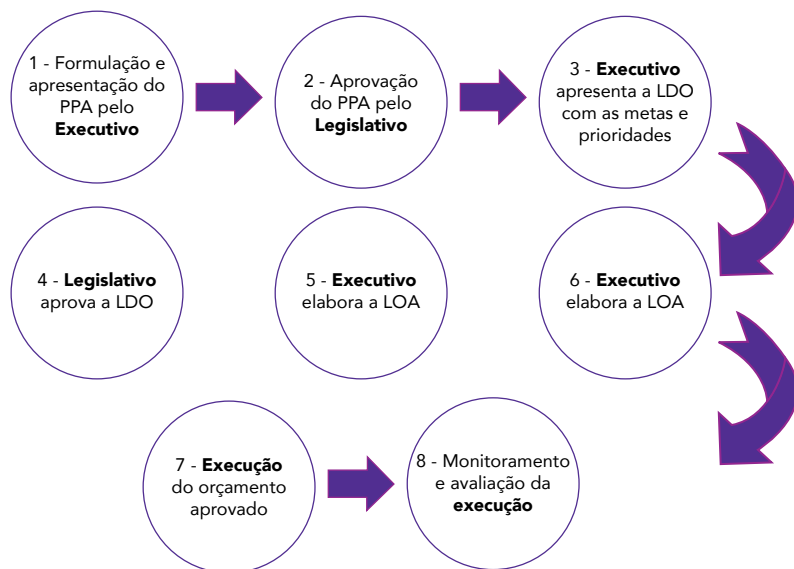
Processo orçamentário

A participação dos gestores e das gestoras de políticas públicas se dará prioritariamente no período em que a Administração Pública estará na fase de elaboração do projeto de lei, tanto do PPA quanto do Orçamento, antes do seu envio ao Legislativo. Em geral, as secretarias de planejamento fazem o papel de aglutinadoras das várias propostas setoriais no sentido de consolidar um documento que revele as contribuições dos vários órgãos e secretarias.

Ciclo orçamentário integrado



A participação dos gestores e das gestoras de políticas públicas se dará prioritariamente no período em que a Administração Pública estará na fase de elaboração do projeto de lei, tanto do PPA quanto do Orçamento, antes do seu envio ao Legislativo. Em geral, as secretarias de planejamento fazem o papel de aglutinadoras das várias propostas setoriais no sentido de consolidar um documento que revele as contribuições dos vários órgãos e secretarias.



O caráter político do PPA e do orçamento

Exposto dessa forma, o ciclo e o processo orçamentários podem parecer meros procedimentos técnicos com formalidades estabelecidas, prazos e prerrogativas fixadas. No entanto, não se pode deixar enganar, pois a questão da distribuição e alocação dos recursos recolhidos da sociedade é essencialmente política. É uma disputa política a definição de onde e em que ações os recursos serão alocados, e o que os governantes decidem como prioridade para seu mandato. O planejamento e o orçamento são momentos reveladores da intencionalidade política dos/as governantes. Ou o discurso político se concretiza no planejamento e orçamento ou se reduz à mera retórica.

Há uma ideia difundida propositadamente de que o orçamento público é uma questão técnica e que cabe somente aos iniciados opinar e decidir. Por muitos anos esse discurso tecnicista afastou a sociedade organizada da discussão sobre a distribuição de recursos financeiros pelo Estado.

A área da administração pública que trata do planejamento e do orçamento em geral é constituída de técnicos e gestores com algum grau de conhecimento específico, dado que existem tecnicidades inerentes ao processo de elaboração. No entanto, a Constituição de 1988 trouxe à tona a gestão compartilhada, por meio da criação de conselhos de políticas e das conferências. Ou seja, a sociedade tem o direito de participar, monitorar e controlar os gastos públicos. À tese do cobertor curto, em que os recursos arrecadados não são suficientes para atender a tudo que a sociedade demanda, há que se acrescentar o fato de que, historicamente, o Brasil está marcado pelas desigualdades sociais e pelo alijamento da maioria da população dos espaços de poder e decisão.

O que a Constituição traz de novo é a perspectiva de que a democracia formal, representativa precisa se renovar por meio da participação, da cidadania ativa. Hoje não basta só votar, a cidadania cobra a participação e o controle sobre as ações de governo. Para que a democracia real avance e se consolide, é importante que os detentores de cargos eletivos tenham consciência da necessidade de compartilhar decisões e poder. Devem se lembrar de que o verdadeiro poder vem do povo, é o poder originário, que não pode ser confiscado pela representação.

É necessário entender que a democracia custa caro, demora e às vezes nos parece inconveniente, incômoda. Uma decisão política de tornar o Estado mais democrático, mais participativo, mais transparente, proporciona a superação da nossa cultura autoritária. Pode parecer aos gestores e gestoras que a participação e o controle social perturbam a sua ação gerencial, a sua eficiência em cumprir prazos, metas e aplicar recursos. Muitas vezes, pode parecer que é melhor tomar decisões solitariamente, sem consultas e sem interferências.

No entanto, não se pode esquecer que a eficiência vem acompanhada de outros dois conceitos: o de eficácia e o da efetividade. Como garantir que as ações realizadas foram suficientes para alcançar os objetivos propostos e para sanar os problemas detectados? Não basta ser eficiente. A eficiência

gerencial pode levar a uma discricionariedade e a um autoritarismo perigosos para a democracia. Por isso, os constituintes optaram pela democratização do Estado e criaram mecanismos concretos para viabilizar a participação e o controle social, como é o caso dos conselhos e das conferências.

Ao longo da história do país constata-se uma ineficiência da Administração Pública que, conjugada com a corrupção e a manutenção de privilégios, contribui para se ter um Estado promotor de desigualdades e de discriminação. Mas, o discurso da eficiência a qualquer preço não permite superar essas mazelas, nem promove o avanço da democracia, inclusive, porque o olhar da cidadania pode ser efetivo para o controle da ação governamental.

Não há participação nem controle social sem transparência e sem disposição para o diálogo. A tecnologia da informação permite maior transparência. Mas, qual o significado do dado disponível? Permite saber as reais ações governamentais executadas? Permite acompanhar, monitorar, incidir, mudar rumos, dialogar, enfim, exercer a cidadania? No caso do orçamento isso é mais sério ainda: o dado disponível permite ter uma visão real do gasto público? A política pública inserida no planejamento e no orçamento está disponível para que a sociedade acompanhe, monitore e avalie a sua execução? Essas são questões importantes de serem feitas por parte de quem está na gestão das políticas.

As políticas públicas no planejamento e no orçamento

Os processos de participação de grupos organizados na gestão pública preveem alguns mecanismos e momentos especiais, quando é possível ouvir e coletar as principais reivindicações de setores específicos, interessados em políticas dirigidas para a solução de problemas reais e concretos. Os resultados das conferências e das discussões nos conselhos respectivos são fontes importantes que devem informar a construção das políticas, dos planos e programas. Essa transformação dos resultados em planos é uma atribuição da gestão administrativa da política, em articulação com parceiros que contribuem para o bom andamento das propostas. Alguns temas perpassam outras políticas e sua implementação depende de articulações com outros setores da administração.

Esses temas são considerados transversais, ou seja, se articulam horizontalmente, de forma não hierárquica e influenciam o desenho, a implementação e a gestão das políticas públicas. A gestão transversal permite atacar diferentes problemas de forma combinada, compartilhar responsabilidades e superar a “departamentalização” da política, o que torna as ações empreendidas mais eficazes.

No âmbito do Governo Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) publicou um documento chamado *Agendas Transversais*, durante a elaboração do PPA 2012-2015. Nele estão contidos os temas que se articulam de forma horizontal, a saber: políticas para as mulheres, igualdade racial, povos indígenas, criança e adolescente, juventude, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população de rua e população LGBT.

Essas agendas têm ajudado na compreensão de como a transversalidade pode ser construída no PPA. A partir delas pode se identificar quais programas e ações concorrem para o atendimento das reivindicações de determinado setor da sociedade. Por exemplo, no caso da agenda da juventude existem algumas propostas que estão articuladas dentro do *Programa Autonomia e Emancipação da Juventude*, específico sobre esse tema. No entanto, existem, na agenda transversal, mais 17 programas temáticos que tratam de interesses da população jovem, mas que estão localizados em outros setores da Administração. Por exemplo, na área de educação, de cultura, de saúde, de segurança pública, de políticas para as mulheres, de igualdade racial existem ações que atendem setorialmente às reivindicações da juventude.

A partir da consolidação dos resultados das conferências é possível construir planos de ação para cada política pública, ou seja, definir os principais componentes que coloquem em prática aqueles conteúdos definidos de maneira geral em forma de diretrizes. Para torná-los exequíveis é fundamental que sejam incorporados ao planejamento governamental. Os governos estaduais e municipais têm, quando da elaboração de seus respectivos PPA, um momento importante e privilegiado de inserir os compromissos, políticas e programas para a juventude a serem desenvolvidos por sua gestão.

Essa inserção no PPA deve iniciar com a definição, por parte dos governos estaduais e municipais, do compromisso de toda a Administração Pública com a política de autonomia e emancipação da juventude. Esse é o ponto de partida para que as políticas ocupem um espaço de destaque nas estratégias governamentais, objeto de elaboração dos planos plurianuais. É necessário que as propostas sejam incluídas no Plano Plurianual, transformadas em programas e, posteriormente, sejam incorporadas nos orçamentos anuais, como ações que recebem recursos para sua realização. Essa inclusão no PPA é a garantia de que durante quatro anos os programas propostos farão parte dos orçamentos, pois o que não está no PPA não pode ser objeto de inclusão no orçamento.

Além desse esforço de inclusão no PPA, deve haver também um cotejamento das ações propostas no plano com todas as outras ações previstas. Isso permite saber onde as ações do plano estão localizadas dentro do PPA, facilitando o acompanhamento, tanto por parte dos/as gestores/as da política específica, quanto da sociedade organizada interessada no tema. Para citar um exemplo, se existe no plano, definido na conferência, uma reivindicação de ações no sentido de enfrentar os altos índices de violência contra a juventude, a comparação com o PPA vai nos mostrar como os governos estão programando uma ação efetiva para dar concretude a esse pleito.

As propostas de ação devem também estar elaboradas mostrando qual o desenho da política, quais os seus objetivos, suas metas, indicadores de processo e de resultados e, ainda, uma previsão de custos. Tudo isso se encaixa no PPA, que tem uma matriz que deve ser preenchida com cada um desses itens. No caso do programa federal de *Autonomia e Emancipação da Juventude*, no PPA 2012-2015, a matriz do programa apresenta os seguintes itens:

- Indicadores: demonstram a situação dos/as jovens em determinado momento, como base para a atuação no período.
- Previsão de custos para os quatro anos.
- Previsão de metas.
- Objetivos e suas respectivas metas, que podem ser quantitativas ou qualitativas.

Ainda apresenta quais as iniciativas serão empreendidas para se atingir cada objetivo e cumprir as metas previstas.

Ao final dos quatro anos pode ser feita uma avaliação do que foi possível avançar com a atuação sistemática dos governos. Pode-se verificar se a situação concreta apontada nos indicadores foi modificada, se melhorou, piorou ou não foi alterada.

Continuando no exemplo acima com relação à violência: a taxa de homicídios de jovens apresentada no PPA é de 55,33 por cem mil habitantes, referente a 2009. Ao final do período, os dados podem revelar se as ações efetuadas foram eficazes para mudar esse indicador ou não.

O monitoramento e avaliação do plano a partir do PPA permitem fazer correção de rumos ou ajustar as ações propostas, no sentido de vencer possíveis obstáculos que se colocaram como dificuldades para se atingir as metas. No caso federal, o PPA está sujeito à avaliação anual, o que permite modificações a serem propostas pelo Executivo e apreciadas pelo Legislativo.

É bom lembrar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem sua elaboração e aprovação prevista para antes da lei orçamentária. A LDO obedece à regras e diretrizes originadas no PPA e orienta a elaboração da lei orçamentária para o ano seguinte. Uma das questões abordadas pela LDO é a definição de metas e prioridades para o próximo exercício. Um dos desafios importantes para o/a gestor/a é a inclusão das políticas e programas como prioridade na LDO. Isso facilita a execução posterior das ações previstas no orçamento.

O fato de que as ações já estejam incluídas no PPA facilita sua inserção no orçamento, ainda que este seja um momento crucial de disputa por recursos. Isso porque as prioridades e os conteúdos já foram definidos e exigem somente uma previsão de custos para aquele ano, a partir das metas que se colocam para os quatro anos. Essa previsão deve ser feita com muito cuidado e rigor garantindo que os recursos sejam suficientes para o atendimento ao que está proposto.

Durante a vigência da lei anual do orçamento é importante o monitoramento das ações por parte tanto da gestão quanto da sociedade. Esse acompanhamento vai indicar o que está ocorrendo com a execução

das ações, detectar obstáculos e fazer correções durante o andamento do processo. Como já foi dito anteriormente, não se pode executar um programa ou ação orçamentária sem que haja sua previsão no PPA e também não se pode gastar um centavo se não estiver previsto na lei orçamentária.

Um olhar especial ao acompanhar as ações orçamentárias é com relação ao desembolso financeiro. Muitas vezes os recursos não são liberados a tempo para que as ações sejam executadas, o que leva a um atraso no cronograma de desenvolvimento das atividades e a um comprometimento das metas a serem alcançadas. Esse momento da liberação dos recursos para a execução das ações é um momento chave na definição de prioridades, o que é prioritário recebe primeiro o dinheiro ou a autorização para gastar. O que não for considerado prioridade vai para o fim da fila. Por isso, a importância do monitoramento e da articulação política que envolve a construção de alianças para participar da arena de disputa pelos recursos.

Considerações finais

A partir do que foi exposto, não basta cuidar da concepção e do desenho das políticas e programas, há que proceder a sua inclusão no planejamento governamental e no processo orçamentário para que suas propostas sejam exequíveis e se efetivem como ações governamentais, com vistas a enfrentar problemas e atender reivindicações da sociedade.

Fica evidente também que a participação e o controle social são um método de governo e uma política de Estado, portanto, elementos importantes da gestão pública atual. Promover a cidadania faz parte da forma de gestão. O atendimento a direitos é um entendimento do papel do Estado e, por conseguinte, dos governos, em todas as esferas, no sentido da democratização da sociedade e da superação das desigualdades sociais.

Nesse sentido, há que privilegiar espaços de participação e controle que orientem as ações dos governos, no momento de elaborar políticas, planos e programas. É o caso dos conselhos de políticas e das conferências. Aos gestores e gestoras, fica o desafio de enfrentar o caráter político desses processos de planejar e alocar recursos. Uma aliança com os setores da população interessados naquele programa específico, facilita os enfrentamentos políticos que se apresentarem.

Elaborar os planos com base nos resultados das conferências é um passo importante para que as ações dos governos municipais e estaduais estejam de acordo com os anseios da população e por isso mesmo tenham legitimidade junto ao público a que se destina.

Quando se trata da gestão de uma agenda transversal é importante traçar estratégias conjuntas com outros órgãos da Administração que desenvolvem ações relacionadas. Essa articulação permitirá um monitoramento comum naquilo em que for convergente.

Essas são contribuições aos gestores e gestoras de políticas para jovens mulheres no sentido de aprimorar a efetividade das ações governamentais dirigidas a esse público específico. Considerar o planejamento e o orçamento em suas propostas de trabalho poderá levar a obter melhores resultados quanto à eficácia e efetividade das ações governamentais sob sua responsabilidade. O desafio é pensar boas políticas inseridas no planejamento e no orçamento a partir da escuta das populações envolvidas.

Referências

BRASIL. **Manual Técnico de Orçamento 2014**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

BRASIL. **Plano Plurianual 2012-2015**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

INESC. **O orçamento público ao seu alcance**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2006.

Mulheres jovens e a participação política

Marília Ortiz

Introdução

Este texto tem como propósito tratar dos desafios relacionados à participação política de mulheres jovens. Para tanto, o texto aborda a participação das mulheres jovens para além de sua importância para a “renovação” e a “transmissão” (cf. GONÇALVES; PINTO, 2011) intergeracional do feminismo brasileiro, mas se interessa precipuamente por elencar questões implicadas na representação desse segmento nos processos participativos e a legitimação de seus direitos específicos na agenda de políticas públicas.

Logramos compreender a participação política das mulheres jovens a partir de diferentes planos (adaptação de COSTA, 1998:11): i) nos movimentos sociais; ii) nas instituições do Poder Executivo e Legislativo; iii) em instâncias que formalizam o sentido da democracia participativa e iv) em um nível mais consciente de suas problemáticas específicas. Ainda que tais dimensões estejam misturadas e sobrepostas, merecem ser distinguidas por serem úteis analiticamente, na medida em que configuram espaços e pautas na prática política que possuem significados distintos para a discussão de democracia.

Essa diferenciação nos permite ampliar o escopo analítico sobre os dilemas que envolvem a participação para além da sub-representação de mulheres jovens em espaços de poder e observar em que medida as suas demandas específicas, partindo de uma perspectiva feminista, são incorporadas efetivamente pelas políticas públicas. Nesse sentido, a luta por uma maior representatividade das mulheres jovens nos processos participativos deve ser compreendida não apenas como justa pelo seu sentido inclusivo, mas ainda pelo seu potencial de contribuir para que as demandas deste segmento sejam efetivamente observadas na esfera das negociações políticas.

Conforme apresenta Anne Phillips (1995) - ao tratar especificamente da defesa de cotas de gênero nos processos de participação política - haveria uma *potencialidade* atribuída à experiência vivencial compartilhada pelas mulheres que, uma vez no poder, tenderia a torná-las sensíveis aos interesses das reivindicações feministas. A autora faz a ressalva de que esse nexo não é automático, tampouco necessário, mas à medida em que se amplia a inclusão política de grupos historicamente discriminados, aumenta-se também a possibilidade de aprimoramento das políticas públicas.

Por sua vez, Verloo (1999) confirma essa impressão, ao avaliar que o alto índice de mulheres parlamentares na Noruega e Suécia constitui fator preponderante para facilitar o processo de fortalecimento do recorte de gênero nas políticas públicas. A pesquisadora percebeu que as mulheres parlamentares desses países europeus frequentemente advogam com maior força a pauta feminista e apresentam postura favorável às políticas de igualdade de gênero, comparativamente aos homens que desempenham o mesmo papel. Ou seja, a autora reforça a ideia de que para avançar na construção de políticas sensíveis à questão de gênero, é necessário que se garanta uma boa representatividade das mulheres na esfera política.

Partindo da percepção de tais autoras, podemos depreender que uma maior representação das mulheres jovens nas esferas de negociação políticas pode *potencialmente* contribuir para que sejam vistas como sujeitas de direitos pelas políticas públicas. No entanto, mais do que lutar pela bandeira de “mais mulheres jovens no poder”, é também imperativo dar visibilidade para as pautas das mulheres jovens brasileiras e sensibilizar a classe política para que atue em favor desta agenda.

Se, por um lado, nos últimos anos as demandas específicas das mulheres e da juventude têm assumindo maior relevo na agenda governamental¹, por outro, tais “categorias” na maioria das vezes são interpretadas de forma estanque pelas políticas. Assim, para garantir visibilidade às demandas

1 A ampliação do número de organismos de políticas para mulheres e juventude nos últimos dez anos em municípios, estados e Governo Federal ilustra o fortalecimento das agendas para esses segmentos no país. De acordo com a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC/IBGE (2013), considerando as prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013, o número de municípios com estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para mulheres passou de 1.043 (18,7%) para 1.533 (27,5%). Por sua vez, a Secretaria Nacional de Juventude contabiliza que existam aproximadamente mil municípios e 25 estados com organismos de políticas para a juventude (entre secretarias, subsecretarias, conselhos e coordenadorias).

das mulheres jovens, é necessário construir e disseminar um olhar interseccionado entre as especificidades de gênero e geração que permita compreender os problemas enfrentados pelas mulheres jovens e elencar as estratégias para enfrentá-los adequadamente na esfera governamental.

Partindo dos pressupostos acima elencados, este texto subdivide-se em três partes além desta introdutória. Na próxima seção evidenciam-se os dilemas enfrentados pelas mulheres jovens na política, a partir da apresentação dos fatores limitantes que impedem a ascensão desse segmento ao poder, bem como dados sobre a representação feminina nos cargos eletivos e nos conselhos de participação social. Posteriormente, aborda-se a construção da mulher jovem como sujeita de direitos específicos tratando de evidenciar as suas especificidades. Por fim, conclui-se o texto apresentando as reivindicações das mulheres jovens por maior participação na esfera política visando ao fortalecimento desta agenda no país.

Contextualizando as desigualdades de gênero e geração na participação política

Os desafios para que tenhamos uma representatividade significativa das mulheres na esfera da democracia representativa não são pequenos. Nas palavras de Araújo (2005:193-194):

[...] para compreendermos o que ocorre com a participação das mulheres nos partidos e nas rotas de ingresso aos cargos eletivos de representação política, faz-se necessário considerar, simultaneamente, sua dimensão histórica, ou seja, a exclusão das mulheres no advento da condição de cidadãs e da ordem política moderna; as manifestações culturais – atitudes e práticas preconceituosas ou explicitamente discriminatórias que envolvem as relações de gênero em geral e que se reproduzem, também, no interior dos partidos políticos –; as características socioeconômicas mais gerais dos países, assim como as dimensões institucionais do sistema político, incluindo-se as características do sistema partidário.

Especificamente no caso das mulheres jovens, esses fatores limitantes colocados pela autora acentuam-se ainda mais, uma vez que, para além dos efeitos derivados de uma cultura machista e sexista em nossa sociedade, coadunam-se padrões adultocêntricos que reiteram a ideia de que as pessoas jovens são consideradas menos habilitadas do que as adultas para ocupar determinadas posições.

Esses padrões tendem a reproduzir representações estereotipadas sobre a juventude, associando-a a características como imaturidade, irresponsabilidade, individualismo e comportamentos de risco. Tem-se uma espécie de “ideologia da imaturidade”, que naturaliza e justifica a ocupação preferencial dos espaços de poder pelo universo adulto e preconiza que as/os jovens não teriam preparo e experiência suficientes para discutir questões de interesse coletivo, lidar com a gestão pública e assumir cargos de responsabilidade. Além disso, fatores como a suposição de que a juventude é desinteressada por política e por temas “adultos” e a falta de reconhecimento social de que expressões culturais próprias da juventude constituem atos políticos, contribuem para deslegitimar a participação desse segmento na esfera pública.

Os dados sobre o perfil da/os nossas/os representantes na esfera política não deixam dúvidas de que os fatores elencados acima como limitadores da participação de mulheres e jovens materializam-se em desigualdades bastante concretas. De acordo com uma pesquisa realizada no contexto da América Latina e Caribe pelo escritório regional do PNUD², a média de mulheres no parlamento é de 25%, sendo que, paradoxalmente, em países nos quais a presidência é ocupada por mulheres – como Brasil, Chile e Argentina – predomina um número baixo de parlamentares do sexo feminino. A mesma pesquisa demonstrou que a juventude também padece de sub-representação nessa esfera de poder. Em levantamento junto a 25 parlamentos dessa região, entre os representantes abaixo de 30 anos foram verificados apenas um total de 68 parlamentares do sexo masculino (2,7% do total de parlamentares) e 32 mulheres (ínfimos 1,3% do total).

Especificamente no caso brasileiro, embora a Lei 12.034/2009 tenha instituído uma cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres por

² Ver notícia de divulgação dos dados da pesquisa em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3830> (consulta em 15 de abril de 2014).

partido nas eleições do âmbito legislativo, bem como a previsão de tempo na propaganda eleitoral gratuita e recursos para a campanha, os avanços na esfera de representação política das mulheres caminham a passos lentos.

O ano de 2012 foi o primeiro no qual o cumprimento da referida Lei passou a ser obrigatório em todos os níveis da federação. Observou-se como efeito dessa determinação, um aumento considerável de mulheres candidatas a cargos eletivos em 2012 – com 31,9% - quando comparado ao ano de 2010 – com 20,3%³. Contudo, essa ampliação do número de mulheres como candidatas não foi revertido em um aumento significativo do número de eleitas. No legislativo federal (Câmara dos Deputados e Senado), considerando o ano de 2010, contabilizou-se 52 mulheres (9%), ao passo em que há 515 parlamentares do sexo masculino (91%). Se analisarmos a proporção de mulheres e homens como prefeitas/os e vereadoras/es no ano de 2012, constatamos que as mulheres representam apenas 11,8% das/os candidatas/os eleitas/os para prefeita/o e 13,3% das/os eleitas/os para vereador/a.

Além da desigualdade de representação da mulher no legislativo federal, devemos olhar ainda para a baixíssima participação desse segmento nas mesas diretoras da Câmara e do Senado. Atualmente, apenas no Senado existe uma mulher na mesa diretora, entre as 11 vagas no total. Na Câmara dos Deputados não temos nenhuma mulher como integrante desse grupo de 11 parlamentares. Ainda, nos cargos de liderança partidária, elas representam uma minoria: 1 mulher entre as 18 vagas no total para a Câmara e 4 entre as 32 vagas no Senado.

Os cargos de direção no Poder Executivo também refletem um dos níveis de participação política. No país, até a eleição da presidenta Dilma Rouseff em 2010 – o que representa 121 anos de República - apenas 18 mulheres haviam sido nomeadas ministras. Dessas, onze nomeadas ao longo do governo Lula. Por sua vez, os dados mais recentes de um levantamento realizado em 2012 pelo Ministério do Planejamento revelam que até este período contávamos com 10 mulheres ministras e 29 homens ministros.

³ Os dados apresentados sobre mulheres em cargos políticos eletivos são do Tribunal Superior Eleitoral (2012) disponíveis em RASEAM (2013).

Os conselhos de políticas públicas⁴ representam instâncias consagradas da democracia participativa desde a Constituição Federal de 1988 e configuraram-se como espaços privilegiados para a defesa de interesses dos segmentos historicamente discriminados. Nestes mais de vinte anos de vigência da Constituição Federal, a disseminação de conselhos setoriais por todo o Brasil foi bastante intensa nas três esferas de governo chegando a atingir o número de mais de 28 mil conselhos⁵.

Estudos relacionados ao mapeamento do perfil de atrizes e atores dos conselhos de políticas públicas têm demonstrado que as mulheres representam pelo menos a metade do total de participantes (quando não é a maioria) em muitas das instâncias, contrariando a lógica de participação feminina em cargos políticos eletivos que, conforme vimos, ainda é incipiente no país (LUCHMANN e ALMEIDA, 2010; ORTIZ e ROMBACH, 2013).

Mesmo diante dessa maior presença das mulheres nesses espaços, a pesquisa *Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros* do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (BRASIL:2012), contendo o perfil de 21 conselhos e 03 comissões nacionais de políticas públicas entre 2010 e 2011, demonstrou que, considerando a totalidade dos conselhos na esfera federal, a predominância dos conselheiros na esfera federal ainda é masculina (63% de homens e 37% de mulheres). Nos conselhos de garantia de direitos (como educação, assistência social, criança e adolescente etc.), as mulheres são maioria, totalizando 54,4% dos conselheiros, ao passo em que nos demais conselhos a quantidade de homens supera os 70%.

Com vistas a assegurar a participação de mulheres nos conselhos, recentemente no município de São Paulo foi instituída a Lei nº 15.946, de 23 de dezembro de 2013, que garante a composição mínima de 50% de mulheres nos conselhos gestores e de controle social. De acordo com a referida Lei, essa participação feminina se dará de forma paulatina conforme forem sendo realizados os processos de renovação dos conselhos.

4 Os conselhos de políticas públicas são caracterizados por serem estruturas híbridas que reúnem membros da sociedade civil e do Poder Público com o objetivo de contribuir para a incorporação de demandas da sociedade civil nas políticas públicas, bem como para fomentar a fiscalização das ações do governo pelos próprios cidadãos.

5 Dado da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC/IBGE (2001).

Atualmente, o Poder Executivo do município de São Paulo tem estudado formas de viabilizar a implementação da lei respeitando as especificidades de composição de cada conselho. Tal experiência em âmbito municipal fornece bases importantes para que possa ser disseminada na esfera federal, bem como em outros municípios e estados brasileiros. Curioso notar que essa lei fora elaborada com base nas proposições das jovens conselheiras no âmbito do Conselho Municipal de Juventude de São Paulo que, em 2013 - durante as discussões sobre a reformulação do conselho - advogaram a necessidade de que as mulheres ocupassem pelo menos 50% das cadeiras disponíveis.

Não menos importante quando tratamos da participação política de mulheres e jovens é percebê-la de forma mais ampla para além da representação desses segmentos em instâncias da democracia representativa e participativa. A participação das mulheres nos movimentos sociais tem sido historicamente importante para denunciar diversas dificuldades enfrentadas por elas no âmbito privado, como a violência doméstica, a ausência de moradia digna e a necessidade de creches, contribuindo para lograr muitos dos avanços conseguidos nessas áreas. Por sua vez, a juventude possui um papel central na mobilização de uma série de movimentos que impulsionaram e impulsionam mudanças significativas para o país.

Recentemente, o incontestável protagonismo da juventude nas manifestações de junho de 2013 - que levou o governo paulistano a conter o aumento da passagem do transporte público - demonstra a avidez das/os jovens por participar da esfera pública para além da representação política em instâncias formais de poder.

A participação dos movimentos sociais na vida política deve ser entendida, ainda, incluindo a esfera virtual. Por meio de blogues, redes sociais e outros canais de interação virtuais, a participação política vem se transformando e ampliando aquilo que se entendia por esfera pública até alguns anos atrás. Seja como veículo para escutar demandas, articular grupos, expressar opiniões, mobilizar encontros, disseminar campanhas, entre muitas possibilidades, a participação *on-line* não para de se reinventar.

Especificamente em relação aos movimentos protagonizados de forma autônoma por mulheres jovens para visibilizar suas demandas e disseminar novas formas de pensar o feminismo, destacam-se como exemplos:

a mobilização da *Marcha das Vadias* presente em 18 cidades brasileiras, a campanha do Movimento #EuNãoMereçoSerEstuprada nas redes sociais e as comunidades *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*.

A incorporação das mulheres jovens como sujeitas de direitos específicos na agenda de políticas públicas

Ainda que nos últimos anos estejamos vivenciando um processo de mudança de paradigma nas políticas públicas de garantia de direitos para as mulheres e juventude, a partir da criação de organismos específicos de políticas para esses segmentos nas esferas federal, estadual e municipal e da adoção de cotas para as mulheres nos partidos políticos e nos conselhos, não é sem fundamento dizer que o reconhecimento das mulheres jovens como um segmento que demanda políticas específicas ainda padece de um lugar substantivo na agenda governamental.

A imagem das mulheres jovens como um segmento específico no cenário político brasileiro não deve ser compreendida de forma cindida do processo de reconhecimento das especificidades de outros grupos de mulheres que buscaram contribuir para a legitimação de identidades plurais invisibilizadas. Conforme nos conta Zanetti (2011) e Biondi (2000), durante a década de 80 as mulheres fora do perfil “branco, classe média e heterossexual” passariam a identificar-se com “hífens” – como “feminista-negra”, “feminista-lésbica”, “feminista-proletária”, “feminista-rural”, etc. – buscando o reconhecimento de novas identidades obscurecidas dentro do movimento feminista.

Muito embora esse movimento de reconhecimento e de incorporação de novas identidades tenha sido construído com a participação ativa de militantes jovens, o reconhecimento da identidade “feminista-jovem” só viria a emergir a partir dos anos 90, juntamente com a ampliação do reconhecimento dos debates sobre juventude e da criação de políticas públicas dirigidas especificamente para este segmento (ZANETTI, 2011).

Conforme pontua Zanetti (2011:50-51), a juventude como categoria analítica passaria por inúmeras definições ao longo de sua história:

[...] ora focando a faixa etária, ora elementos físicos e comportamentais, delimitando construções que associavam as/os jovens à preparação para a vida adulta, a problemas sociais ou ao papel de agentes de transformação social.

Entretanto, no contexto brasileiro, a partir da década de 90, surgiria a visão da/o jovem como sujeita/o de direitos específicos, considerando suas singularidades que passariam então a orientar as políticas públicas para esse segmento no país. (ABRAMO e LEÓN, 2005).

Alguns marcos na esfera federal que assinalam as/os jovens como sujeitas/os de direitos podem ser destacados, como: i) a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude, da Política Nacional de Juventude e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); ii) a realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Juventude e I Pacto pela Juventude; iii) a aprovação, em 2010, do II Pacto pela Juventude e Aprovação da PEC da Juventude; iv) a realização, em 2011, da II Conferência Nacional de Juventude e v) a aprovação, em 2013, da Lei 12.852, que instituiu o Estatuto da Juventude.

Esse percurso de afirmação dos direitos da juventude fora delineado com base em pressupostos importantes como o da ampla participação das/os jovens nas políticas públicas, bem como da atenção às especificidades de gênero, raça, classe, orientação sexual, local de moradia, entre outros. Outro importante pressuposto das políticas voltadas para a juventude é a noção de que o olhar para as especificidades das/os jovens deveria perpassar de forma transversal outras agendas de políticas públicas setoriais, como educação, saúde e emprego e renda.

Para além de situar a emergência das políticas de juventude como um marco importante que viria a contribuir para destacar as mulheres jovens como sujeitas de direitos específicos, o delineamento do percurso de afirmação de direitos para esse segmento pressupõe compreendê-lo a partir do encontro dessa agenda, juntamente com a de políticas públicas para as mulheres. Sobretudo, esse olhar deve ser problematizado à luz da construção participativa dessas agendas conforme a tônica do Governo Federal brasileiro que, desde 2003, tem contribuído para ampliar canais,

instâncias e mecanismos institucionalizados de participação da sociedade civil entendendo-os como parte de um “método de gestão”, que deve perpassar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Foram marcos importantes a realização no país de três Conferências⁶ de Políticas para as Mulheres e duas Conferências de Políticas para a Juventude, visando à construção das prioridades na agenda de políticas públicas para ambos os segmentos. Na última Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro de 2011, participaram mais de 200 mil pessoas das etapas preparatórias, sendo 2.125 delegadas nacionais. Por sua vez, na última Conferência de Políticas para a Juventude, também realizada em dezembro de 2011, estiveram envolvidas/os cerca de 500 mil jovens nas etapas preparatórias, reunindo 3 mil delegadas/os no encontro nacional.

No âmbito federal a construção e/ou revisão dos documentos norteadores que subsidiam o planejamento das políticas para as mulheres e para a juventude para todo o país são elaborados com base nas prioridades tiradas das Conferências. O *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (PNPM) possui um capítulo intitulado *Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência*, que menciona como especificidades da mulher jovem:

Ser mulher jovem está associado a diversos aspectos, pressupostos, expectativas, temores e idealizações que, historicamente, podem implicar em posições de desigualdade social marcadas pelas diferenças de classe, raça, cor, etnia, orientação sexual, presença de deficiências, falta de acesso e controle dos serviços de educação e saúde – em especial a garantias de direitos sexuais e reprodutivos – exposição à violência e variadas formas de abuso e/ou exploração sexual, inserção

⁶ As conferências constituem espaços de participação social voltados à discussão e articulação de propostas sobre determinado tema. Tanto representantes da sociedade civil, quanto do governo participam desses espaços visando à construção das prioridades norteadoras do planejamento das políticas públicas. Em geral o processo de uma conferência é constituído de etapas municipais, estaduais e a nacional, entretanto, podem acontecer conferências em apenas um dos níveis da federação, como também “conferências livres”.

precarizada no mercado de trabalho, bem como o acúmulo de jornadas de trabalho, estudo e em muitos casos das atividades de cuidado (BRASIL, 2013b:90).

Partindo dessa percepção, o III PNPM prevê como concepção orientadora da política para a juventude a diretriz de que [...] *não podem ser únicas, mas heterogêneas; com características distintas e ações afirmativas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais* (BRASIL, 2013b:90). As ações previstas para as mulheres jovens no III PNPM estão apresentadas de forma articulada com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), por meio do Plano Nacional de Juventude. Entre as ações de maior destaque e abrangência previstas para as mulheres jovens⁷ estão:

- Estimular instituições públicas a elaborarem programas, projetos e ações para meninas e mulheres jovens;
- Realizar campanha, com produção de materiais e vídeos, direcionada à divulgação dos direitos e incentivo à autonomia de adolescentes, mulheres, jovens, idosas e com deficiência, contemplando diversidades étnicas e raciais;
- Executar as ações previstas no Plano Juventude Viva de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra, observando questões de raça e gênero;
- Apoiar a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Garantir o direito à participação de mulheres jovens com deficiência intelectual e transtornos mentais em projetos, programas e políticas de governo;
- Estimular a implementação de grupo de trabalho para articulação, monitoramento e avaliação das ações para mulheres jovens;
- Realizar a jornada de formação de mulheres jovens; e
- Estabelecer parceria entre Observatório de Gênero (SPM) e Observatório Participativo da Juventude (SNJ) para produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre a igualdade de gênero e juventude.

7 Algumas das ações citadas nesta seção do PNPM incluem também mulheres idosas e portadoras de deficiência. Optou-se neste trabalho ilustrar as diretrizes previstas restringindo-as às mulheres jovens.

Tais ações previstas para a mulher jovem no III PNPM, ainda que representem um esforço importante para a consolidação desse segmento, caracterizam-se mais como intenções, estímulos e sensibilizações do que propriamente políticas públicas estruturadas.

Por sua vez, no documento *Política Nacional de Juventude - Diretrizes e Perspectivas* - elaborado em 2006 pelo CONJUVE para orientar a construção das políticas desenvolvidas para a juventude no país - existe uma seção específica que apresenta um diagnóstico mais aprofundado acerca da realidade das mulheres jovens brasileiras comparativamente ao III PNPM. Nele se afirma que as mulheres representam pouco mais da metade do total de jovens brasileiras/os entre 15 e 29 anos e se encontram em situação econômica menos privilegiada no país, bem como são vítimas de grandes violações que *explicitam a perpetuação da ideologia machista em nossa sociedade* (CONJUVE, 2006:87-88).

Como questões específicas das desigualdades enfrentadas pelas mulheres jovens ressaltam-se no documento da Política: i) a menor remuneração das mulheres jovens no mercado de trabalho, comparativamente aos homens jovens na mesma posição - apesar dos índices crescentes de escolaridade das jovens; ii) porcentagem maior de mulheres jovens que declaram não estudarem e não estarem ocupadas, comparativamente aos homens jovens; iii) alto índice de mulheres jovens em situação de violência doméstica; iv) alto índice de abortos clandestinos e inseguros e v) mulheres jovens, principalmente afrodescendentes, como as maiores vítimas da exploração sexual e tráfico de pessoas.

A ampliação da participação das mulheres jovens é destacada de forma contundente no documento. O diagnóstico apresentado demonstra que no processo de Conferência Nacional realizado pela SPM em 2004 [...] *ainda que não tenha havido uma preocupação específica com a participação das jovens, elas participaram de todo o processo e, muitas vezes, sentiram-se discriminadas pelo fato de serem jovens* (CONJUVE, 2006:92). Com base nessa percepção, o documento prevê como proposta o [...] *surgimento, mobilização e a organização das jovens como processo importante para o empoderamento destas na cena pública e política* (idem).

Outras recomendações apresentadas no documento para a construção de políticas para as mulheres jovens foram (CONJUVE, 2006:92-93): i) o direito à interrupção voluntária da gravidez de forma segura no Sistema

Único de Saúde (SUS); ii) a criação de campanhas de modo a desconstruir também entre os homens os valores e práticas machistas, homofóbicas e lesbofóbicas; iii) a ampliação de programas e projetos em torno da temática da gravidez na adolescência, considerando as pesquisas sobre a temática; iv) a promoção nas escolas públicas de iniciativas de acolhimento e atenção de mulheres jovens grávidas; v) a desconstrução dos estereótipos e estigmas em torno da gravidez das mulheres jovens com respeito à escolha; vi) a inclusão de homens jovens no debate de paternidade responsável; vii) a criação de mecanismos de monitoramento da implementação da Lei Maria da Penha com participação de mulheres jovens e viii) a garantia de atendimento adequado às mulheres jovens em situação de violência.

Mulheres jovens e os seus desejos políticos

Alguns movimentos de mulheres jovens feministas no país – principalmente nesses últimos dez anos – têm contribuído para assinalar a importância de que suas especificidades sejam garantidas na agenda governamental e para apontar a insuficiência das iniciativas governamentais delineadas para as jovens. A Articulação Brasileira de Jovens Feministas e o Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas (conhecido como Forito) constituíram-se como lócus estratégicos para a visibilização da mulher jovem como sujeita de direitos. Tais espaços de articulação de mulheres jovens, compostos de diferentes grupos feministas Brasil a fora, forneceram contribuições fundamentais para que a construção de uma agenda própria para as mulheres jovens começasse a ser esboçada no país.

As mulheres envolvidas na articulação dessas redes de jovens feministas estiveram presentes em diversos espaços – entre eventos, encontros, fóruns nacionais e internacionais, conferências e projetos de intervenção político-cultural – pautando as demandas das jovens. As militantes desses movimentos, dentro de trajetórias diversas junto a partidos políticos, ONGs, governo e movimentos independentes, foram tecendo a construção de uma história de mais de dez anos que viria a desaguar na constituição de um marco de suma importância para a construção de uma agenda para as mulheres jovens *1de poder*, foram elencadas treze prioridades organizadas em quatro eixos estratégicos (ver quadro I). Alguns aspectos sobre as propostas observadas merecem ser destacados e problematizados à luz das questões abordadas por esse texto.

**Quadro I:
Prioridades para as mulheres jovens sobre participação e relações de poder**

Fortalecimento institucional das políticas públicas de jovens mulheres:

1. Fortalecimento da pauta de jovens mulheres na SPM e na SNJ.
2. Fortalecimento institucional dos organismos de jovens e de mulheres estaduais e municipais.
3. Criação de um comitê interministerial que possa garantir a inserção, fortalecimento e permanência de jovens mulheres em espaços de poder.

Incentivo, fortalecimento e formação de jovens mulheres:

4. Criar um programa permanente que desconstrua os estereótipos de gênero e geracional, e que fortaleça a participação da mulher na vida pública com foco na vida política.
5. Campanha que estimule a participação de jovens mulheres na política.
6. Empoderamento e fortalecimento de jovens mulheres que ocupam espaços de poder para que elas possam permanecer nesses espaços com uma perspectiva feminista, solidária e pela equidade.
7. Formação política de mulheres jovens para atuação e permanência nos espaços de poder.

Garantia da presença de jovens mulheres em espaços de participação e de decisões de políticas públicas:

8. Conselhos de mulheres tenham cadeiras para jovens mulheres.
9. Paridade (mulher/homem) no Conjuve em cada cadeira.
10. Garantir a presença de jovens mulheres nos espaços de decisão na elaboração e efetivação de políticas públicas.
11. Garantir a participação de jovens mulheres no Sistema Nacional de Participação Social.
12. Garantir que os espaços de participação das jovens mulheres contemple as diversidades regionais, étnico-racial, socioeconômico, diversidade sexual, diversidade de atuação.

Garantia da pauta das mulheres na Reforma Política:

13. Reforma política que garanta o financiamento público de campanha e a paridade na lista fechada pré-ordenada com alternância de gênero e cabeça de lista para as mulheres.

Um primeiro aspecto interessante a ser notado é que propostas como a ampliação da participação política das jovens mulheres foram apresentadas junto de outras vinculadas ao fortalecimento da pauta de jovens mulheres

em organismos específicos de políticas para a juventude e para as mulheres. Ou seja, a articulação de tais propostas no eixo *participação e relações de poder* evidencia que as demandas das mulheres jovens na esfera da participação política incluem não apenas mecanismos, visando à superação da sub-representação nas instâncias de poder, mas também requerem o reconhecimento desse segmento como sujeito político das políticas públicas.

Também foram elencadas como propostas ações afirmativas visando a garantir de forma justa a representação de jovens mulheres em espaços de participação e de decisões de políticas públicas. Entre as propostas chama atenção o destaque para que os conselhos de políticas para as mulheres reservem cadeiras para as jovens – o que reforça a percepção de que os espaços voltados às mulheres ainda não possuem a inserção do recorte geracional de forma satisfatória, segundo as próprias jovens.

Outras propostas como a garantia da pauta das mulheres jovens no Sistema Nacional de Participação Social e das mulheres na reforma política demonstram a avidez dessas jovens de que sejam vistas como sujeitas de direitos em mudanças substantivas no cenário da participação política do país e garantam efetivamente seu lugar em espaços estratégicos como esfera legislativa e os conselhos de controle social.

Sobretudo, tais propostas sobre *política e relações de poder* das jovens nesse Seminário assinalam algo fundamental sobre os seus desejos políticos: elas não querem ser *preparadas* para aquilo que as espera no futuro quando *forem políticas*, mas sim ter espaços garantidos para que estejam presentes no que acontece hoje e agora no cenário político brasileiro. **Jovens feministas presentes: ontem, hoje e sempre!**

Referências

ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. **Juventude e Adolescência no Brasil:** referências conceituais. São Paulo, Ação Educativa, 2005.

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 193-215, 2005.

BRASIL. **Boletim de análise político-institucional**. IPEA, Nº 2. Brasília, 2012.

BRASIL. **RASEAM**: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: SPM, 2013. Disponível em: <http://www.controversia.com.br/uploaded/pdf/17619_raseam-interativo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013a.

BRASIL. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres, 2013b.

CONJUVE(Org.) **Política nacional de juventude**: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

COSTA, A. A. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA, Assembleia Legislativa na Bahia, 1998.

GONCALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional não feminismo brasileiro In: **Cad.Pagu**, Campinas, n. 36, junho de 2011.

LUCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C. C. R. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas In: **Rev. Katálýsis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, Junho, 2010.

PHILLIPS, A.. **The politics of presence**.Oxford; Oxford University Press, 1995.

ROMBACH, M.; ORTIZ, M. Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e as Mulheres: avaliando a efetividade da Comissão a partir dos dilemas de representação, 2002 a 2008 In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, 37, 2013, Águas de Lindoia. Anais. Águas de Lindoia: ANPOCS, 2013.

VERLOO, M. **Gender mainstreaming: practice and prospects**. Netherlands: University of Nijmegen, 1999.

ZANETTI, J. P. Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais In: **Cad. Pagu**, Campinas, n.36, junho de 2011.

Desafio da implementação das políticas na gestão estadual

Ariane Leitão

Introdução

Elas serão as futuras médicas, engenheiras, secretárias e, porque não, presidentas da república brasileira. Em outras palavras, elas são o nosso futuro e darão continuidade à luta que travamos para transformar a sociedade em um meio mais igual e sem preconceitos de gênero. As jovens mulheres são peças fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, sem contar que estão fortemente envolvidas na busca de seus direitos.

Vale lembrar, que em 1940, havia mais homens do que mulheres na população brasileira. Desde essa época, as mulheres se tornaram maioria e a cada ano têm aumentado o superávit feminino na população brasileira. O censo demográfico 2010 apontou um superávit de 4 milhões de mulheres. Nas próximas décadas, esse excesso de mulheres na população deve aumentar ainda mais. (ALVES; CAVENAGHI, 2012: 3).

Em 2013, participamos, em Brasília, do I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, que serviu para fomentar o debate em relação às mulheres jovens sobre sua participação nas áreas da educação, trabalho, saúde, cultura, comunicação e violência. Em busca de autonomia, na oportunidade cerca de 100 gestoras de governos estaduais e municipais, representantes de movimentos sociais e pesquisadoras de 17 estados e do Distrito Federal participaram do Seminário, que foi promovido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), pela Secretaria-Geral e pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

Foi uma ótima oportunidade para a continuidade e o avanço da participação das mulheres jovens no poder, quando efetivamos estratégias para garantir o recorte geracional nas políticas para as mulheres e fortalecemos a agenda política desse segmento da população. Por mais que esse seja um tema

muito discutido, ainda é preciso fazer um paralelo das jovens mulheres com assuntos de interesse coletivo.

Para se ter noção da representatividade feminina, os números mostram que, atualmente, as jovens mulheres são cerca de 25 milhões das brasileiras, pouco mais de 50% da juventude. Segundo a *Análise das Condições de Vida dos(as) Brasileiros(as)* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE:2013), cerca de 18% delas estão casadas e quase 40% têm filhos e filhas, sendo responsáveis por chefiar cerca de 12,7% dos domicílios. Ainda que tenha aumentado o percentual de trabalhadores e trabalhadoras na juventude, apenas 45,1% das jovens mulheres trabalham. Muito embora as mulheres sejam maioria entre os(as) estudantes de todos os níveis, entre 18 e 24 anos de idade, 40,9% das jovens sem filhos(as) ainda estudavam, enquanto 13,4% não estudavam, na maioria cursando o Ensino Médio.

A temática das jovens mulheres também é uma das prioridades da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres do RS (SPM/RS). Para fortalecer, ainda mais, as políticas públicas para esse segmento, é preciso levar em conta as discussões que surgiram nas últimas três conferências nacionais de políticas para as mulheres. É nesse momento que as jovens estão presentes como interlocutoras e foram ganhando cada vez mais espaço e reconhecimento. Tais discussões geraram os planos nacionais de políticas para as mulheres, que trazem avanços no diálogo e reconhecimento das especificidades dessas jovens, uma vez que o próprio entendimento do que é ser jovem mulher está mais bem desenhado.

Educação e trabalho

Quando se fala em educação, logo se pensa em qualificação, percebida como uma das formas mais eficientes para a mulher construir sua independência e se lançar no mercado de trabalho. Elas precisam ter acesso garantido a cursos profissionalizantes, no entanto, a permanência na escola regular e em sistemas de formação profissional é muitas vezes comprometida pela ausência de acolhimento. Por isso, é preciso criar um ambiente de respeito e valorização das diferenças, tanto nas escolas quanto nos locais de trabalho. Para as mulheres, estado conjugal e maternidade são fatores que parecem associados à condição de não trabalhar e não estudar, o que determinaria uma transição para a vida adulta “diferenciada” por sexo (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2006).

No início deste ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um relatório sobre *Trabalho decente e a juventude na América Latina*. O documento contém dados sobre a situação dos jovens da América Latina em relação à educação e emprego. O estudo aponta uma feminização do desemprego, e o quanto atinge mais as mulheres jovens.

Entre 2005 e 2011, em um contexto de crescimento econômico, o desemprego de jovens entre 15 e 24 anos diminuiu de 16,4% para 13,9%, mas essa taxa continua sendo o dobro da taxa global e três vezes maior do que a taxa entre adultos. Cerca de seis em cada 10 jovens que conseguem um emprego estão em condições informais. O documento mostra que, no Brasil, a probabilidade de jovens ficarem desempregados – 20% – é superior ao resto da população – 7% – e as mulheres jovens são as mais propensas a ficar desempregadas. Cabe lembrar que as mulheres das classes populares encontram-se tradicionalmente entre as beneficiárias dos programas governamentais de geração de trabalho e renda que, via de regra, estão voltados para atividades marcadamente femininas, isto é, que reproduzem os estereótipos de gênero e resultam da divisão social do trabalho entre os sexos (COSTA *et al.*:2012).

Segundo o Censo Demográfico 2010, 62% dos homens jovens tinham algum trabalho enquanto apenas 45,1% das mulheres jovens o tinham. Entre as mulheres jovens, 61,3% têm rendimento de até um salário mínimo enquanto 51% dos homens jovens têm o mesmo rendimento. E ainda são as jovens mulheres que trabalham sem carteira assinada, somando 27,2% enquanto 23,3% dos homens jovens têm emprego formal.

Nesse sentido, a SPM gaúcha conta com o Programa Cimento eBatom, curso que promove a qualificação profissional de mulheres na área da construção civil, tradicionalmente ocupada por homens. Mantido pela SPM/RS, a Casa Civil, por meio do Programa RS Mais Igual, a Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), através do Pacto Gaúcho pela Educação, a capacitação é voltada para mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social e que são beneficiárias do Bolsa Família. Com esse curso, as mulheres recebem noções básicas na área, para que possam atuar no setor e, conseqüentemente, buscar sua independência financeira.

Outro projeto da SPM/RS, que também atua nas áreas de educação e trabalho, é o Pronatec Lilás. Esse é um programa de formação e qualificação profissional dirigido às mulheres e meninas gaúchas. É uma das iniciativas da Rede Lilás, voltadas para a conquista da independência das mulheres. Fruto de uma parceria com o Programa Pacto Gaúcho pela Educação, com a Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia do RS e com o Programa RS Mais Igual, o Pronatec Lilás é mais uma ação inédita em políticas públicas para as mulheres no nosso estado. Através do projeto, o governo do estado do Rio Grande do Sul, disponibiliza cursos de formação inicial e continuada e qualificação profissional em diferentes áreas de interesse das mulheres.

O Pronatec Lilás é uma ferramenta também utilizada para mulheres vítimas de violência, representando uma das portas de saída para vencer este ciclo. Os cursos disponibilizados dialogam com a realidade local de cada gaúcha, unindo independência intelectual e empregabilidade, atendendo as mulheres do campo e da cidade.

Por isso, é preciso dar subsídios para que as mulheres, principalmente as jovens, tenham qualificação profissional e, conseqüentemente, tenham mais facilidade para acessar o mundo do trabalho em qualquer área ou setor.

Enfrentamento à violência

Uma das frentes prioritárias da SPM gaúcha é o enfrentamento à violência contra a mulher, que logrou a diminuição dos índices de violência desde que a Secretaria foi criada, em 2011. No entanto, enfrentar a violência e reduzir a violação dos direitos humanos das mulheres ainda é um desafio para todos e todas nós. O conceito de violência é amplo e compreende diversos tipos de violência.

O abuso e a exploração de mulheres jovens é uma questão social e um crime. Representa uma violação de direito humano fundamental, especialmente do direito ao desenvolvimento de uma sexualidade saudável, e uma ameaça à integridade física e psicossocial. Existem três formas de exploração sexual comercial e que possuem uma relação entre si: a prostituição, a pornografia e o tráfico com fins sexuais, incluindo o turismo sexual.

No último mês de abril, a Assembleia Legislativa reforçou a importância das políticas estaduais para as mulheres do Rio Grande do Sul, aprovando o Projeto de Lei 148/2013, de autoria do deputado Aldacir Oliboni (PT), que amplia a divulgação do Telefone Lilás. De acordo com a proposta, a central ganha mais visibilidade em locais de atendimento ao público e publicidade institucional dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo órgãos da administração direta e indireta, autarquias e empresas públicas ou com participação societária do estado do Rio Grande do Sul.

O Telefone Lilás (0800-541-0803) é a principal ferramenta de defesa da mulher operacionalizada pela SPM/RS. O atendimento é realizado por psicólogas, assistentes sociais e advogadas, junto ao Centro de Referência Estadual da Mulher *Vânia Araújo Machado* (CRMVAM), podendo ser feito via telefone ou encaminhado para acolhimento presencial. Com uma ligação, a mulher pode mudar sua vida e se libertar da opressão e da violação de seus direitos. O Telefone Lilás é a principal porta de entrada da mulher em situação de violência para a Rede Lilás – rede estadual de atendimento, proteção e encaminhamento de mulheres que sofreram violência doméstica. A rede articula ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, ao mundo do trabalho e à justiça.

Desde 2011, quando a SPM gaúcha foi criada, o maior número de atendimentos realizados pelo Telefone Lilás foi registrado em 2013, com 3.134 acolhimentos realizados, o último ano teve crescimento de 357% em relação a 2012. Em números gerais, desde 2010, foi registrado um acréscimo de 1.291,35%. Em três anos de funcionamento, a central telefônica registra mais de 6.700 atendimentos.

As ações da SPM gaúcha ganharam impulso depois da adesão ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em 2011. O pacto é um acordo federativo entre as três esferas de governo que impulsiona políticas públicas integradas no território nacional. Ele prevê a implementação de políticas públicas amplas e articuladas, direcionadas prioritariamente às mulheres rurais, negras e indígenas que vivem em situações de violência, em razão de sua maior vulnerabilidade social. O pacto define um conjunto de ações e metas em diversas áreas, como: educação, assistência social, segurança, trabalho, saúde, entre outras. O projeto prioriza atuar em estados escolhidos por critérios como: tamanho

da população feminina, índices de violência e número de serviços de atendimento existentes.

O pacto consolida a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e tem como pontos principais: aprofundar a implementação da Lei Maria da Penha; fortalecer o combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e ao tráfico de mulheres; promover os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e os direitos humanos das mulheres em situação de prisão; promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, regionais e de deficiência. É necessário também garantir a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha, por meio de difusão da lei e do fortalecimento dos instrumentos de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência.

Enfrentando a violência, principalmente combatendo as violações contra as mulheres jovens, estamos preservando nosso futuro. É nosso dever garantir a segurança delas, criando mecanismos de punição severa para os agressores, incentivando e apoiando a criação de campanhas de conscientização e mantendo sempre atuantes os diversos programas de acolhimento à mulher que a gestão pública oferece.

Saúde Integral

O acesso aos serviços de atenção básica de saúde é um direito das jovens mulheres. No entanto, esse serviço deve ter qualidade de atendimento. No âmbito da saúde integral da mulher, o Poder Público vem garantindo recursos próprios para ações de prevenção ao uso de drogas e enfrentamento à violência contra adolescentes e jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Os direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres também vêm sendo promovidos através de ações imediatas e de longo prazo. São exemplos os programas de acesso à contracepção de emergência, não só para adolescentes e jovens, mas também para as mulheres do campo, das comunidades quilombolas, as caiçaras, as indígenas e as ribeirinhas.

Por meio da sensibilização e capacitação de profissionais de saúde e de agentes comunitários de saúde, a perspectiva de combate à discriminação

geracional, ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia e a todo e qualquer tipo de preconceito foi incluída nas ações governamentais. Mas ainda é preciso fortalecer a assistência à saúde das mulheres adolescentes e jovens, no que tange, por exemplo, à saúde mental, bucal e laboral, principalmente, através do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias do Sistema Único de Saúde. Conformam, portanto, um segmento social fundamental para as políticas de saúde, especialmente porque as históricas desigualdades de poder entre mulheres e homens implicam em forte impacto nas condições de saúde das mulheres. Associadas às questões referentes às relações sociais de gênero, outras variáveis como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual e idade, aprofundam ainda mais as desigualdades vividas pelas mulheres, exigindo do SUS cada vez mais o olhar para esse segmento da população (BRASIL, 2013).

Especificamente, por ter uma grande incidência de câncer de mama, por exemplo, a SPM gaúcha promove a prevenção das mulheres desde sua juventude. O governo mantém a campanha *Outubro Rosa*, realizada por diversos entes no mês de outubro, dirigida às mulheres, e que informa sobre a importância do diagnóstico precoce. Nesse sentido, o Rio Grande do Sul vem promovendo várias ações para conscientizar as jovens e as mulheres sobre a importância da consulta periódica aos profissionais de saúde. A criação das unidades de referência para diagnóstico da doença foi uma conquista dos nossos esforços para ampliar e qualificar as políticas públicas direcionadas à saúde integral da mulher.

Cultura e comunicação

O acesso às mais variadas formas de cultura e de comunicação ainda é um dos maiores desafios para o Poder Público. A busca é intensa para garantir que as mulheres jovens tenham acesso às novas tecnologias de informação e aos equipamentos culturais. Principalmente as jovens do campo, das comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e ribeirinhas.

A tecnologia que une o mundo, por meio das redes sociais, faz com que identifiquemos a força dos meios de comunicação como propulsor

de denúncias de violência/violações, antes não publicizadas. Há alguns meses, por exemplo, o mundo acompanhou o caso das meninas nigerianas que foram sequestradas e ficaram à venda para o tráfico de pessoas e exploração sexual. O preço de cada uma era de aproximadamente 12 dólares. Movimentos sociais, em diferentes países, se mobilizaram através das redes exigindo a libertação imediata dessas jovens mulheres. Forçaram as autoridades internacionais a solucionarem o impasse, enfrentando o fundamentalismo religioso que subjuga, violenta e mata mulheres nos quatro cantos do mundo. Os manifestos serviram para a reafirmação dos direitos humanos das mulheres, das jovens e das meninas como uma pauta universal, internacional e inegociável.

Nesse sentido, a construção de uma nova sociedade, promotora de uma cultura de paz e de direitos, passa também pela formação de um conceito mais amplo e inclusivo de comunicação. Produções mantenedoras de estereótipos – principalmente os femininos – a incitação ao sexismo, ao machismo e ao racismo, por exemplo, representam um desserviço para a consolidação dessa cultura de igualdade.

Cientes do papel da imprensa na promoção da igualdade de gênero e raça/etnia, com investimentos da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a SPM gaúcha, em parceria com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS, a Secretaria de Comunicação, a Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura e a Rede Escola de Governo (FDRH) executam o projeto Gênero e Raça/Etnia na Mídia. Esse projeto visa ampliar a visibilidade das mulheres e suas diversidades nos meios de comunicação, como forma de garantir direitos humanos, em especial, o direito à comunicação para as mulheres negras, indígenas, ciganas e de orientação sexual LBT, pois a comunicação deve estar sempre à serviço de uma ordem democrática e plural.

Participação e relações de poder

Em 2014, a bancada feminina na Câmara Federal representa apenas 9% do total, com 46 deputadas. No Senado, há 10 senadoras, entre os 81 lugares. Esses dados são preocupantes, impulsionando ainda mais o debate sobre a reforma política no Brasil. Avanços já foram percebidos na legislação eleitoral, com o preenchimento de 30% de candidaturas de mulheres e

com a destinação de 10% do tempo de propaganda eleitoral por sexo. Nas eleições de 2012 já existia um superávit de mais de 5 milhões de mulheres aptas a votar no eleitorado brasileiro. Esse maior poder do voto feminino deve crescer nas próximas décadas (ALVES; CAVENAGHI, 2012: 3). Mas ainda são necessárias mudanças, uma vez que país tem um dos menores índices de participação feminina no parlamento, lugar onde as leis são propostas, discutidas e votadas.

Na política, o Brasil tem menos mulheres que o Equador, a Bolívia e a Costa Rica. O Ibope e o Instituto Patrícia Galvão já apontavam que 8 em cada 10 brasileiras e brasileiros concordam com a obrigatoriedade da participação de 50% das mulheres nos espaços públicos de poder do país. Esse estudo, encomendado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, ouviu homens e mulheres de todas as regiões do país. Pela pesquisa, 71% de brasileiros e de brasileiras consideram muito importante alterar a legislação eleitoral para garantir paridade entre os sexos. Para 73% das pessoas, partidos que não apresentarem 50% de candidatas devem receber punições. Pelo *ranking* de avaliação da penetração política por gêneros da União Interparlamentar, dentre 146 países, o Brasil ocupa 110ª posição.

O fim do financiamento privado para as campanhas eleitorais pode impulsionar melhoras, ao romper com ciclos de interesses. Esquemas de corrupção e a manutenção dos mesmos quadros no poder devem ser desmontados nas disputas eleitorais. O interesse da população deve ser prioritário. As mulheres representam peça fundamental para que esta mudança ocorra de fato, afinal, somos mais da metade da população e exigimos maior participação na vida pública deste país. Defendemos a instituição do voto em lista preordenada para parlamentos, assegurando a paridade e o empoderamento feminino.

Somente com pluralidade política poderemos construir mandatos realmente comprometidos com a grande diversidade do povo brasileiro, com os direitos das mulheres, com a juventude, com a laicidade do Estado, e com o enfrentamento ao preconceito e ao conservadorismo.

Somos parceiras na luta por uma reforma política que responda aos movimentos que vimos nas ruas e que indicam que o atual sistema eleitoral mercantilizado e elitista não contempla o novo momento da democracia

brasileira, em que a população exige mais direitos e maior transparência com uso do dinheiro público.

Nessa nova conjuntura brasileira, a iniciativa do governo gaúcho em apoiar uma Assembleia Constituinte para tratar a reforma política do país, foi imprescindível. Um plebiscito, proposto pelo Governo Federal, definiria as mudanças no sistema eleitoral e ampliaria a participação popular em consonância com os movimentos da sociedade. Mas, infelizmente, o Congresso decidiu sepultar a ideia, impedindo o avanço da democracia. Somos contrárias a essa decisão. Acreditamos na participação cidadã como mote para as tomadas de decisões. Sempre estaremos atuantes na luta pela garantia dos direitos e alinhadas aos anseios das brasileiras e dos brasileiros.

Precisamos garantir a participação de mulheres jovens em todas as suas diversidades, em projetos, programas e políticas de governo nas áreas de educação, saúde, emprego e renda, entre outros, ampliar a participação das mulheres jovens nos principais mecanismos de controle social e garantir a visibilidade das jovens nos mecanismos já existentes.

É urgente garantir o atendimento das mulheres jovens nas políticas públicas promotoras de cidadania. É preciso incentivar que as mulheres jovens também façam parte da política, tendo voz ativa em âmbito nacional, estadual e municipal. As mulheres jovens são o futuro da política brasileira e, cada vez mais, estão ganhando espaço. Isso mostra que lugar de mulher é onde ela quiser.

Para não concluir

As políticas públicas para as mulheres estão avançando e se mostrando exitosas. Estamos lapidando o protagonismo feminino nas mais variadas áreas sociais. Para vencer a violência, nossa atuação tem de se dar especialmente na perspectiva da garantia da igualdade de direitos que levam à independência feminina, com mais educação e trabalho para as mulheres e meninas gaúchas.

Buscamos romper com os preconceitos, promovendo novos paradigmas de emancipação. Temos ainda muito que avançar, mas estamos preparadas e trabalhando para isso. Mas a nossa vontade e o nosso esforço não podem parar.

Referências

ALVES, J.E. D.; CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. In: **Aparte Inclusão Social em Debate**, Rio de Janeiro: 2012.

Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf>

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**. Brasília: Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres, 2013.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Semelhanças e diferenças nas transições ao longo do ciclo da vida por regiões e cor/etnia. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

COSTA, D.M; AZEVEDO, P.; SOUZA, R.de. (orgs.). **Políticas públicas, empreendedorismo e mulheres: olhares que se encontram**. Rio de Janeiro: IBAM, 2012.

O I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres

Ana Laura Lobato
Gabriela Ferraz

Um seminário nacional com jovens mulheres da sociedade civil e da gestão pública, realizado em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), faz parte do esforço da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em garantir e ampliar a participação da juventude em diferentes espaços de diálogo para a construção de sua agenda política. Tendo como premissa de governança a participação social, essa atividade buscou adensar as discussões sobre a elaboração de políticas públicas para e com as jovens mulheres, para destacar suas especificidades, por meio da troca de conhecimento entre lideranças e gestoras que atuam em diferentes segmentos da sociedade.

Foram convidadas cerca de 60 jovens mulheres das cinco regiões do país, sendo metade delas lideranças da sociedade civil e a outra metade gestoras de organismos de políticas públicas para mulheres e para juventude. Dentre as organizações da sociedade civil, havia representantes de diversos movimentos sociais, dentre as quais se destacam aqueles ligados aos temas do feminismo, das mulheres negras, das lésbicas e/ou trans, das indígenas, da violência, do trabalho, do campo e da floresta, da cultura e da comunicação, bem como da juventude. Também estiveram presentes representantes de ministérios, organizações internacionais e pesquisadores, com os quais importantes diálogos foram constituídos, ao longo de três dias de trabalho.

As jovens mulheres vêm se articulando e se mobilizando em busca de reconhecimento por parte do Estado sobre suas especificidades na agenda das políticas públicas. Questões como trabalho e autonomia econômica, direitos sexuais e reprodutivos, educação de qualidade e uma

vida livre de ameaças ou violência as mobilizam. As jovens obtiveram o reconhecimento de suas questões, especialmente a partir do II Plano Nacional de Política para Mulheres (PNPM 2008), muito embora muitas delas já estivessem presentes na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres desde 2004.

Em 2008, na primeira Conferência Nacional da Juventude, esse segmento também se fez presente, possibilitando sua inclusão como uma das 22 prioridades. Isso significa, portanto, que a definição das propostas no campo da educação e da sexualidade esteve atenta às especificidades desse grupo. Na segunda Conferência Nacional da Juventude, as jovens mulheres continuaram atuando e tendo suas demandas incorporadas em diferentes temas.

Entendemos a juventude como um processo intenso e de alta complexidade no ciclo da vida, através do qual há concorrência de um conjunto de elementos para a autonomização (material e afetiva) dos sujeitos. Esses elementos se refletem em eventos fundamentais à entrada da vida adulta, tais como escolarização, profissionalização, inserção no mercado de trabalho, experiências afetivas, de maternidade/paternidade, de conjugalidade e também de constituição de um capital cultural e social. Para realizar o processo de transição à vida adulta é preciso compor uma equação na qual a quantidade e a qualidade dos recursos disponíveis sejam propícios para uma transição segura e inclusiva.

Contudo, em um contexto de desigualdades estruturantes como as de gênero em nossa sociedade, é difícil não apenas o acesso das mulheres a uma série de benefícios e recursos através dos quais ela possa garantir direitos e condições equivalentes aos homens em todas as esferas de sua vida, mas também o seu controle. Isso afeta o desenvolvimento da autonomia em diferentes esferas da vida doméstica, familiar, afetiva e sexual, no trabalho e também em relação aos contextos de violência.

Por essa razão, torna-se fundamental a atenção das políticas públicas para esse segmento, de modo a oferecer educação de qualidade, formação profissional diversa e qualificada, trabalho decente, moradia, saúde integral, entre outros. Essas são condições fundamentais para que a autonomização ocorra de forma plena e a transição para a vida adulta se dê de forma estruturada e refletida na diversidade das escolhas e preferências que as jovens venham a ter.

Construir políticas públicas que sejam capazes de considerar as especificidades desse momento da vida, associadas às questões de gênero que estruturam nossa sociedade, figura-se como um grande desafio às políticas públicas contemporâneas. E foi exatamente no intuito de discutir sobre esses desafios que se realizou o seminário.

O evento

O seminário idealizado pela SNJ e pela SPM tinha por objetivos: fortalecer a agenda política das jovens mulheres no âmbito das ações do Governo Federal; evidenciar as questões específicas das jovens mulheres nas políticas públicas de gênero e de juventude; garantir a transversalidade de juventude e gênero nas políticas de juventude e de mulheres.

O evento foi discutido e desenhado no Grupo de Trabalho de Jovens Mulheres, criado pela SNJ em 2011, que contou com a participação da sociedade civil, SPM, MEC e ONU Mulheres. Ao longo do período de 18 meses, o referido grupo discutiu diferentes temas relativos à vida das jovens mulheres e elegeu alguns deles como prioritários para integrar a programação do seminário. Para tanto, a intersecção entre os campos da educação e trabalho na constituição da autonomia e emancipação das jovens mulheres foi o tema escolhido para destaque.

Definidos os temas, delineou-se a metodologia através da qual pudessem ser discutidas cada uma das questões com a profundidade necessária, bem como permitisse traduzir o acúmulo do conhecimento das jovens presentes em seus diferentes espaços de atuação política e temática. Desse modo, como demonstra o quadro abaixo, o espaço do debate foi privilegiado em relação às mesas e conferências, como comumente se figuram atividades desta natureza.

Dia 6 de junho	
15:00	CERIMÔNIA OFICIAL DE ABERTURA
16:30	MESA: Trabalho e educação para autonomia e emancipação das jovens mulheres
17:30	Debate
DIA 7 de Junho	
9:30	Oficinas temáticas - 1.Educação e trabalho; 2. Saúde sexual e reprodutiva; 3. Desenvolvimento local e sustentável; 4. Cultura e comunicação; 5. Participação e relações de poder e 6. Enfrentamento à violência
12:00	Almoço
14:00	PAINEL: AS JOVENS MULHERES E O PNPM
15:00	Debate
15:30	Síntese dos temas discutidos nas oficinas temáticas
16:00	Oficinas propositivas - 1.Educação e trabalho; 2. Saúde sexual e reprodutiva; 3. Desenvolvimento local e sustentável; 4. Cultura e comunicação; 5. Participação e relações de poder e 6. Enfrentamento à violência
DIA 8 de Junho	
9:30	Síntese das propostas definidas nas oficinas
11:30	Sessão de encerramento

Para cada um dos seis temas foram realizadas duas oficinas, uma para a discussão dos conteúdos e outra para a definição de propostas. No primeiro caso, as participantes escolheram um tema de interesse e durante duas horas puderam trocar experiências e conhecimentos, acumulando subsídios para a elaboração de propostas. Na segunda oficina, os grupos tiveram o tempo dividido entre quatro dos seis eixos temáticos de modo a contribuir em mais de um deles fortalecendo as propostas e diversificando as perspectivas. Cada participante pode discutir a fundo um tema de preferência e colaborar na definição de propostas para outros três. Seguiremos agora assinalando as principais discussões e proposições abordadas no seminário.

No que tange ao **eixo de trabalho e educação**, foi estabelecido um rico debate e pactuação de prioridades. No campo da educação, mais

especificamente, ficou evidente a necessidade de um esforço articulado para que sejam exterminados os velhos hábitos da escola patriarcal, fortalecendo programas que prevejam a permanência das jovens mulheres dentro do sistema de ensino, com foco no conteúdo escolar não sexista e na ampliação de vagas em universidades. Para isso, se faz necessário maior empenho na criação de residências estudantis que possam abrigar jovens mulheres sem recursos e projetos que garantam a continuidade dos estudos das jovens grávidas, como a concessão da licença maternidade para estudantes. Outras iniciativas que precisam ser concretizadas são a criação de um sistema público de transporte escolar que facilite o acesso das jovens mulheres do campo às instituições de ensino, bem como o bom funcionamento da escola agrícola.

Porém, para alcançar esses avanços, faz-se necessário empoderar as ouvidorias das escolas públicas para que estejam atentas aos casos de assédio e outras violações sofridas pelas jovens mulheres dentro dos estabelecimentos educacionais. Ampliar o acesso ao ProJovem para adolescentes residentes em zonas urbanas e rurais, desde que seus cursos rompam com a divisão sexista do ensino, também deve ser instrumento fundamental na conquista da autonomia da mulher pela educação igualitária.

É na juventude que se manifestam mais fortemente as condições da divisão sexual do trabalho e as desigualdades entre homens e mulheres refletindo na inserção precária das mulheres no mercado. Por isso, no que tange ao campo do trabalho da jovem mulher, o Governo Federal precisa priorizar a criação de um ambiente de justiça social, que tenha por base a própria legislação trabalhista nacional, incentivando políticas de discriminação positiva que ajudarão a garantir a paridade de gênero em ambientes laborais.

Para isso, no âmbito do legislativo é preciso estar atento e propor importantes mudanças, como a criação de cotas para o ingresso de jovens mulheres em concursos públicos e a previsão de metas formais como a exigência legal de haver o mínimo de 30% de mulheres em empresas público privadas com mais de 100 empregados. Nessa seara, uma proposta interessante é provocar a discussão em torno da redução da jornada de trabalho para mulheres. Outra importante ação legislativa é estudar e propor medidas de ampliação da licença parental, aprimorando a licença

materna já existente e ampliando a paterna que atualmente não ajuda na conquista da independência da mulher que é mãe.

Por outro lado, já existem algumas medidas que devem ser melhor trabalhadas para que possam alcançar seu escopo de forma eficaz e sustentável. Um bom exemplo dessa afirmação é a necessidade de estender o alcance da lei do primeiro emprego para que passe a abarcar jovens mulheres e egressas. Nesse sentido, outra iniciativa é ampliar a rede de restaurantes populares e o número de creches públicas que funcionam em período integral e noturno - incluindo aquelas localizadas na zona rural.

No plano internacional, o país deve se mostrar aberto a ratificar a Convenção 156/1981 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre a Igualdade de oportunidade e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores: trabalhadores com encargos de família. Vale ressaltar que o Brasil é o único país do Mercosul que ainda não assinou esse documento internacional. A Convenção defende a formulação de políticas nacionais que contemplem mulheres e homens e que visem à harmonização do trabalho com a vida familiar. A não assinatura dessa Convenção transmite uma imagem que não condiz com a de um país que almeja a igualdade de gênero no ambiente de trabalho sendo, portanto, fundamental e urgente que o Brasil ratifique a dita Convenção.

Seguindo essa linha de raciocínio, também é preciso criar e fiscalizar o cumprimento de normas que imponham a manutenção da identidade de gênero no ambiente de trabalho. Essa estratégia deve estar acompanhada da previsão do pagamento de multa para empresas que pratiquem a desigualdade salarial com base em gênero, raça ou orientação sexual. Importante prever, porém, que os valores pagos à título de multa por descumprimento de determinação legal devem ser direcionados a um fundo local com o objetivo de combater práticas discriminatórias. O Governo Federal deve também criar políticas públicas que visem combater a precarização do trabalho feminino em geral, além de desenvolver ações afirmativas que garantam que a população transexual seja plenamente absorvida nos locais de trabalho e nos meios educacionais.

O eixo dos **direitos sexuais e reprodutivos** mostrou que a situação das jovens mulheres deve ser pensada à luz das ações imediatas, mas também com foco nas iniciativas de longo prazo, priorizando práticas preventivas

e educativas que viabilizem o processo de autonomização das jovens. As jovens mulheres concentraram seu debate no descaso governamental e na falta de capacitação dos profissionais da área de saúde, uma vez que eles não recebem qualquer treinamento especializado para lidar com essa população, cuja vulnerabilidade merece especial atenção.

Para tanto, foram apresentadas propostas que visam criar um programa intersetorial de atenção integral à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres de 12 a 18 anos e de 18 a 29 anos, pautado em normas técnicas capazes de promover a saúde com a garantia de um tratamento digno, humano e sempre atento às especificidades desse público.

Além deste programa de natureza genérica, faz-se necessário pensar, de forma mais aprofundada, nas populações femininas invisíveis e, portanto, carecedoras de atenção e cuidados especiais. Foi proposto que se faça um recorte de gênero dentro da política governamental de atendimento psiquiátrico do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, a fim de que o mesmo seja capacitado para atender jovens mulheres em situação de transtorno psicossocial.

Outra população invisibilizada é a de mulheres encarceradas. A necessidade de implementar um atendimento médico contínuo e de qualidade dentro das penitenciárias, centros de detenção provisórias, hospitais psiquiátricos e unidades da Fundação Casa é urgente. Essa política deve ser contínua e deve prever a distribuição de absorventes e métodos contraceptivos para as mulheres em situação de cárcere, além da realização periódica de exames ginecológicos como o papanicolau, aqueles relacionados ao acompanhamento do pré-natal e outros serviços direcionados ao bem estar e à saúde sexual da mulher presa.

Ainda é preciso lançar um olhar sobre as jovens mulheres com deficiência física, através do atendimento em espaços adaptados onde possam trabalhar sua sexualidade, garantindo, dessa forma, a manutenção integral e plena dos seus direitos reprodutivos.

Por fim, outro âmbito carecedor de atenção individualizada e políticas especiais é o das jovens mulheres portadoras do vírus HIV ou outras doenças crônicas e incuráveis como o condiloma. Precisam constar na agenda do Governo Federal políticas públicas que prevejam a criação e

o acompanhamento de programas de atenção integral à sexualidade e à saúde dessas mulheres, além da cobertura do seu tratamento.

Pensando em pautas focadas na ação preventiva, as jovens mulheres consideraram a necessidade de abrir um canal de diálogo horizontal entre sociedade civil e Governo Federal, fomentado por jovens promotoras de saúde que recebam um financiamento/bolsa, de acordo com a importância do trabalho realizado. Aliado a isso, foi proposto o desenvolvimento de cursos de educação sexual voltado para mulheres apenas e adolescentes internadas na Fundação Casa, além da criação de campanhas de conscientização da sociedade civil sobre saúde, direitos sexuais e reprodutivos das jovens mulheres e o aumento do acesso às novas tecnologias de fertilização.

Pensando nas mudanças legislativas que devem ser efetuadas para garantir a laicidade e a existência de um Estado não sexista, é preciso propor, de fato, a pauta sobre a legalização do aborto e a punição dos abusos obstétricos. Esses dois pontos merecem ser debatidos e apreciados sob a ótica da redução de danos, a fim de evitar a morte de milhares de mulheres por ano neste país.

O terceiro eixo temático diz respeito à conquista da autonomia da jovem mulher através do **desenvolvimento local e sustentável**. As propostas apresentadas envolvem a superação do modelo hegemônico de desenvolvimento capitalista, que prevalece no país através da adoção de alternativas sustentáveis que proporcionem o empoderamento e a autonomia das jovens, em todas as dimensões de suas vidas e em todos os territórios geográficos.

Visando tal objetivo, o ponto de partida seria a criação de políticas públicas que considerassem a territorialidade e as especificidades raciais e étnicas das jovens mulheres, desde que não reproduzam o estereótipo machista da sociedade patriarcal. Uma dessas políticas deverá prever a criação do PRONAF Jovens Mulheres, enquanto outra precisará incentivar e fomentar os bancos comunitários e feiras de troca e/ou solidárias para que, juntos, possam colocar a jovem mulher em posição de protagonismo. Porém, para alcançar essa política é preciso dar um passo atrás e começar sensibilizando as agências de fomento para que concedam crédito às jovens mulheres empreendedoras. Além disso, estes mesmos bancos

precisam aumentar o apoio ao financiamento e à abertura de editais públicos voltados para garantir o acesso à terra, com titularidade para as jovens mulheres.

O Governo Federal deve concentrar esforços para criar projetos que incentivem a inclusão produtiva das jovens mulheres, através dos valores da autogestão, economia solidária e feminista, para criar uma extensão da educação para o trabalho com uso de recurso local e baixo impacto ambiental.

Faz-se igualmente importante lançar luz sobre as mulheres que vivem em condição de invisibilidade. Nesse sentido, devem ser pensadas políticas que garantam a permanência e sustentabilidade de povos e comunidades tradicionais em seus próprios territórios, além da construção e fortalecimento de ações que minimizem o impacto devastador provocado pelos altos índices de consumo incutidos nessas jovens. A fim de garantir qualidade de vida sustentável e geração de renda para jovens mulheres do semiárido brasileiro, será preciso fortalecer as economias dos Programas de Cultura do Trabalhador (PCT) e valorizar os conhecimentos, práticas e culturas tradicionais.

Pensando na conquista do espaço geográfico da jovem mulher, devem ser criadas políticas que proponham o fortalecimento do turismo sustentável local para ampliar sua participação e visibilidade, além de garantir geração de renda para aquelas que vivem, inclusive, em áreas de risco. Essas iniciativas pretendem evitar o êxodo e a concentração desigual de pessoas em grandes centros urbanos, assumindo, portanto, um caráter preventivo e se aliando à necessidade de fortalecer a educação no campo, para que considere as especificidades da reforma agrária, o papel da mulher em diferentes ambientes e a quebra dos estigmas ligados à divisão sexista do trabalho.

Para que as mulheres assumam um papel de destaque no desenvolvimento sustentável da sociedade será preciso afastar paradigmas discriminatórios. Trata-se de uma mudança de princípios que só virá através da valorização da educação no campo e na cidade. Está na hora de pensarmos em uma educação que considere as características dos alunos e seu gênero. Porém, isso não é suficiente e deve estar atrelado à estratégias de mídia que divulguem o papel assumido pelas mulheres nas práticas tradicionais,

valorizem suas funções e demonstrem que o seu trabalho se tornou peça fundamental para a sustentabilidade do planeta.

Houve propostas que influenciam positivamente a agenda do quarto eixo de **comunicação e cultura** ao defender a necessidade de ampliar esses espaços através de políticas transformadoras. O primeiro ponto levantado defende a não existência de financiamento público para obras, eventos e/ou peças midiáticas que prevejam conteúdos sexistas, racistas, homofóbicos, discriminatórios ou que incitem, de qualquer maneira, a violência. Em contrapartida, a estratégia é publicar editais de financiamento que fomentem a arte feita por jovens mulheres, com trâmites menos burocráticos. Além disso, o legislativo deve se ocupar de incluir na lei de incentivo à cultura, um artigo específico que vise o fortalecimento das expressões culturais protagonizadas por mulheres jovens tradicionais e contemporâneas, desvinculadas de instituições, à luz do Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), da Prefeitura de São Paulo. Mas, para que esse sistema funcione, é preciso promover o treinamento de agentes públicos sobre os direitos das jovens mulheres para que elas possam ocupar espaços sociais em segurança, exercendo seus direitos de cidadãs.

O Governo Federal precisa priorizar na sua agenda a implementação das resoluções oriundas da I Conferência Nacional e do Plano Nacional de Comunicação que visam garantir a inserção das mulheres jovens na produção e difusão de conteúdos. O objetivo é que as jovens mulheres assumam o papel de protagonistas nas políticas voltadas para a democratização da comunicação. Mas, para alcançar uma real democratização, o primeiro passo é a criação de um órgão público, em parceria com a sociedade civil, com competência para fiscalizar e controlar todas as publicidades, banindo aquelas de cunho discriminatório.

Outras estratégias com foco na democratização podem ser alcançadas se o governo incentivar o tema do novo marco regulatório, atualmente trancado no Congresso e formar um grupo de trabalho com membros da sociedade civil que se dedique a refletir políticas que: (1) estimulem a difusão das mídias alternativas e comunitárias independentes produzidas por jovens mulheres; (2) premiem as boas práticas de inclusão das jovens mulheres na mídia (pública e privada); (3) proíbam outorgas estatais (rádio/televisão) para todas e quaisquer instituições religiosas em nome da laicidade do

Estado; (4) estimulem a publicidade igualitária de gênero; (5) fomentem produções que valorizem a diversidade; (6) coíbam manifestações discriminatórias em todos os meios de comunicação, principalmente na internet com criação de meios de denúncia e investigação; (7) efetivem o direito de resposta, considerado como instrumento de cidadania e reparação de violações aos direitos humanos; (8) recuperem o conceito de liberdade de expressão em espaços de formação e outras formas de debate público, criando um observatório público voltado para mensurar a liberdade de expressão e, por fim, (9) redijam uma moção contra a impugnação dos editais de cultura negra.

Na tentativa de abordar a educação pelo viés da cultura, a transformação da escola pública em um verdadeiro espaço de produção, difusão cultural, lazer e prática esportiva da juventude é fundamental. Promover a Educomunicação é dar visibilidade à realidade das jovens mulheres e promover a participação juvenil nos espaços escolares. Nesse mesmo ambiente, faz-se necessário promover campanhas educativas para enfrentar o assédio moral, sexual e promover o amplo conhecimento sobre a lei Maria da Penha, atentando para que sua abrangência vá além das relações heterossexuais.

Valorizar e estimular a produção de conteúdos de rádio e TV que divulguem as práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais é, sem dúvida, um ponto a ser inserido na agenda governamental. Universalizar o acesso à banda larga através de políticas que visem superar a brecha digital de gênero é outro ponto fundamental que merece atenção estatal.

No campo do esporte, as mulheres identificam que é preciso criar campanhas que quebrem sua divisão sexista, derrubando, dessa forma, estereótipos e tabus. Linhas de financiamento que incentivem a participação de jovens mulheres em todas as modalidades esportivas e, não só naquelas tradicionalmente reservadas para as mulheres, é uma boa prática a ser perseguida.

O quinto eixo trabalhado e considerado como sendo fundamental para alavancar a independência da jovem mulher é a sua **participação** no cenário político. Pensando em fortalecer a mulher dentro da esfera política, faz-se necessário fortalecer o sistema em si, bem como as políticas públicas voltadas para as jovens mulheres. Para isso, o Governo Federal

deve contar com o apoio da SPM e da SNJ, verdadeiras molas propulsoras dessa agenda junto aos organismos estaduais e municipais.

A primeira iniciativa é criar um comitê interministerial focado em garantir a participação das jovens mulheres nos espaços de poder. A partir daí, criar programas que desconstruam os estereótipos de gênero e geracional para que as meninas cresçam sabendo que podem e devem ocupar espaços públicos. E, por fim, pensar em políticas que incentivem, estimulem, fortaleçam e formem jovens mulheres, a fim de que estas se mantenham dentro das esferas do poder.

Nesse diapasão, é preciso refletir sobre programas capazes de erradicar a violência sofrida pela mulher nos cargos públicos de forma permanente, além de dar instrumentos para que elas possam consolidar uma perspectiva feminista e solidária nesses espaços.

Para garantir a presença das jovens mulheres em espaços de participação e de decisões de políticas públicas é preciso que existam cadeiras reservadas dentro dos conselhos de mulher, além de paridade entre homens e mulheres no Conjuve, contribuição no sistema nacional de participação social e ampliação dos espaços onde as jovens mulheres possam contemplar suas diversidades regionais, étnico-raciais, socioeconômicas, sexuais e de atuação.

Para garantir a pauta das jovens mulheres em uma reforma política, focada no financiamento público de campanha e na paridade na lista fechada pré-ordenada com alternância de gênero e cabeça de lista para as mulheres, é preciso ampliar para 10% a destinação dos recursos do fundo partidário aos programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (atualmente previsto 5% no inc. V, artigo 44 da Lei 9096/1995) e prever, ainda, no âmbito da lei, uma porcentagem de, pelo menos, 5% dos recursos do fundo para apoiar a candidatura de jovens entre 18 e 29 anos.

Por fim, a **violência**, último eixo temático de fundamental importância cuja prevenção dessa prática contra a jovem mulher deve ser enfrentada, violação que precisa ser exterminada para que tenhamos uma sociedade livre de desigualdade e opressão. A primeira proposta formulada é a criação de uma rede de atendimento integral à mulher que conte com o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especiais de Atenção à Mulher (DEAMs) e do Instituto Médico Legal (IML) para que todas as

práticas de violência doméstica sejam reportadas e registradas em ficha de notificação compulsória.

Nesse diapasão, é preciso garantir que a ficha de atendimento de saúde sirva como prova da violência sofrida e tenha o mesmo peso do laudo do IML, evitando, assim, a repetição dos exames e do sofrimento vivido. Para isso, os serviços de atendimento médico que já existem devem ser ampliados, e a integração dos sistemas CRAS, CREAS e CREAMS deve acontecer para, inclusive, facilitar o acesso das meninas de 12 a 18 anos a esses serviços, reconhecidos pela sua especialização.

Propostas voltadas para a capacitação e formação dos agentes e técnicos da área de atendimento são fundamentais e precisam ser urgentemente elaboradas. Dentro dessa perspectiva preventiva, deverão também ser criados programas de educação para enfrentamento do machismo e da educação sexista (inserção da lesbofobia e transfobia na lei), além de campanhas públicas de educação que trabalhem o tema do assédio e da violência sofrida por jovens mulheres no seu ambiente de trabalho e que contemplem a ampla diversidade, já que as campanhas atuais não garantem esse recorte.

Ainda no campo preventivo, urge a criação de um comitê de trabalho focado na elaboração de um plano nacional voltado para refletir a crescente relação existente entre a política de drogas e as mulheres. Considerando que o tráfico de drogas é o crime que mais aprisiona mulheres no Brasil, que este aprisionamento cresceu exponencialmente nos últimos anos e que a figura das mulas está atrelada à sua condição de gênero, esse plano deve prever políticas que garantam a absolvição e a ressocialização da mulher apenada e da adolescente que cumpre medidas socioeducativas, além de criar medidas preventivas que protejam e reduzam a vulnerabilidade dessas jovens mulheres.

No campo legislativo, é preciso priorizar a aprovação da Lei Eloá Pimentel para punir o crime de feminicídio (morte de mulheres em razão de gênero) no país e a ampliação do espectro da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) em vigor desde 2006. No que tange ao executivo, é preciso inserir a figura das jovens mulheres no Programa Juventude Viva da SNJ que, até o presente momento, trabalha apenas com a população masculina.

Levando em consideração o contexto dos grandes eventos e da execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil, a agenda governamental precisa focar em ações positivas que fortaleçam os espaços de controle social, através da criação de observatórios e núcleos regionais que visam combater a exploração sexual e o tráfico de mulheres, uma vez que o país está passando por um período extremamente sensível em relação à temática de gênero.

Importante ressaltar, por fim, que nenhuma das propostas acima detalhadas poderá ser pensada ou implementada se não houver uma mudança comportamental e principiológica para que as jovens mulheres sejam, de fato, reconhecidas como sujeitos de direitos e para que nossa sociedade se livre de amarras sexistas que atrasam o desenvolvimento paritário. As propostas acima são frutos de um longo processo democrático e participativo que começou com a realização de conferências municipais, estaduais e nacionais que trataram de políticas para mulheres e juventude, fortaleceu-se na criação de um grupo de trabalho específico e culminou na realização deste importante seminário no qual estiveram presentes diferentes esferas da sociedade, favorecendo a diversidade e a interdisciplinaridade.

Os diagnósticos participativos estão sendo cada vez mais utilizados no país e devem ser percebidos como um instrumento de cidadania ativa que abrem os microfones para que a sociedade e os grupos especializados opinem sobre as mudanças legislativas, comportamentais e políticas que querem ver refletidas no seu cotidiano. Esse processo democrático, instaurado em 2011, rendeu propostas que devem ser observadas pelo Governo Federal no desenvolvimento das políticas voltadas para as jovens mulheres.

As jovens mulheres buscam autonomia e igualdade de oportunidades, mas igualdade não significa padronização. Esperar que políticas públicas sejam pensadas por executivos de gravata que, muitas vezes, estão, mesmo que inconscientemente, absorvidos em um universo de valores sexistas e opressores é injustificável. Atualmente, percebemos que nossas políticas não combatem a cultura de violência e segregação que vivemos. Restou claro que, políticas como essas não refletem o real desejo das mulheres e, por isso, processos participativos e abertos como do seminário que acaba de ocorrer devem ser, sempre, incentivados e valorizados.

Nesse processo, a responsabilidade pela construção de uma política é dividida entre a sociedade civil, que demanda, o Estado, que avalia sua pertinência, e os órgãos executores, que a colocam em prática. Já não existe tempo para pensar políticas públicas de forma individualizada, fora do contexto global e sem considerar uma perspectiva integracionista. Toda e qualquer política pública deve ser feita à luz do conjunto de direitos e deveres do cidadão, para que suas especificidades sejam garantidas em todos os âmbitos da sua vida. Fracassa aquele que pensa que políticas focadas e individuais podem garantir a plena cidadania do indivíduo e processos participativos demonstram que o país vem tentando fugir dessa visão falida de como construir políticas públicas.

As jovens mulheres de hoje desejam participar, ter voz pública, expressar seus desejos, cumprir seus deveres e ajudar a construir uma agenda positiva focada na igualdade de direitos. Nesse contexto, encerramos esse pequeno resumo com um trecho da declaração da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que prevê expressamente que *não há democracia sem igualdade de gênero*.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM), **SPM**. Brasília, 2005.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), **SPM**. Brasília, 2007.

BRASIL. Resoluções da I conferência Nacional de Juventude. **CONJUVE/SNJ/SG**. Brasília, 2008.

BRASIL. Resoluções da II conferência Nacional de Juventude. **CONJUVE/SNJ/SG**. Brasília, 2011.

NOVAES, Regina et al. **Política Nacional da Juventude**. São Paulo: Conselho Nacional da Juventude – Fundação Friedrich Ebert, 2006.



Ana Carolina Querino (OIT)
Mesa Trabalho e Educação para Autonomia e Emancipação das Jovens Mulheres.
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Leila Taeko (MEC)
Mesa Trabalho e Educação para Autonomia e Emancipação das Jovens Mulheres.
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Joana Pereira (SNJ)
Dinâmica de acolhimento e integração.

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Jovens Mulheres
Dinâmica de acolhimento e integração

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Jovens Mulheres
Dinâmica de acolhimento e integração

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Jovens Mulheres
Dinâmica de acolhimento e integração

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Cerimônia Oficial de Abertura

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Jovens Mulheres
Dinâmica de acolhimento e integração

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Jovens Mulheres
Dinâmica de acolhimento e integração

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Jovens Mulheres
Avaliação do Seminário

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Anne Karolyne e Odimara Ferraz – Intervenção cultural

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



1º Seminário de Políticas Jovens M

BRASÍLIA, 6 A 8 DE JU



Odimara Ferraz , Monica Costa (SNJ) e Anne Karolyne – Intervenção cultural
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

as Públicas para
Mulheres

INHO DE 2013





Foto de encerramento do Seminário

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Secretária Lourdes Bandeira (SPM) - Sessão de Encerramento

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Fernanda Papa (SNJ) – Oficina temática sobre Enfrentamento à violência
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Jovens mulheres - Oficina temática sobre Enfrentamento à violência

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Jovens Mulheres - Oficina temática sobre Saúde sexual e reprodutiva
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Secretária-Adjunta Ângela Guimarães (SNJ) - Painele: as jovens mulheres e o PNPM

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Áurea Carolina – Debate do Painel: as jovens mulheres e o PNPM

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Secretária Vera Soares (SPM), Carla Bezerra (SNJ) e Secretária Severine Macedo (SNJ) - Síntese das propostas definidas nas oficinas

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Juliana Wenceslau (PNUD) e Eunice Borges (ONU Mulheres) - Apresentação do Programa de Fortalecimento de Lideranças em Questões de Gênero e Juventude "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Odimara Ferraz – Intervenção cultural

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Secretária Severine Macedo (SNJ) - Síntese das propostas definidas nas oficinas
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Ministro Gilberto Carvalho (SG/PR) e Secretária Lourdes Bandeira (SPM)
Sessão de Encerramento

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

Ministro Gilberto Carvalho (SG/PR) e Secretária Lourdes Bandeira (SPM)
Sessão de Encerramento

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Secretária-Adjunta Ângela Guimarães (SNJ), Coordenadora Lurdes Rodrigues (SPM)
e Secretária Vera Soares (SPM)

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



ÂNGELA GUIMARÃES
Secretária Adjunta - SNJ

LURDINHA RODRIGUES
SPM

VERA SOARES
Secretária de Articulação Institucional
Alta Performance - SPM



Secretária-Adjunta Ângela Guimarães (SNJ), Coordenadora Lurdes Rodrigues (SPM)
e Secretária Vera Soares (SPM)

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres

BRASÍLIA, 6 A 8 DE JUNHO DE 2013



Secretaria de Políticas para as Mulheres

Secretaria Nacional de Juventude

Secretaria-Geral da Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Marcela Berte (MMA) - Debate - Paineis: as jovens mulheres e o PNPM

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Jovens Mulheres – Leitura de Moção ao projeto de lei do Estatuto do Nacituro
1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Integrantes do Grupo de Trabalho de Políticas Públicas para Jovens Mulheres

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.





Coordenadora Elisa Guaraná (SNJ) e Coordenadora Lourdes Rodrigues (SPM)

1º Seminário de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. Brasília, 6 a 8 de junho de 2013.



Foto de encerramento do primeiro encontro das integrantes do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.





Painel de Avaliação do Programa “Jovens Mulheres Líderes”
(SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.

Juliana Wenceslau, Ana Laura Lobato, Milren Saiz e Eunice Borges,
Coordenação do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.





Foto de encerramento do último encontro das integrantes do Programa
"Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Foto Final das integrantes do Programa "Jovens Mulheres Líderes"
(SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Tábita Moreira e Jorge Chediek (Cordenador Residente ONU Brasil) – Entrega de certificados do Programa “Jovens Mulheres Líderes” (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Rosane Cruz e Ana Laura Lobato - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Bárbara Nascimento e Carolina Tokarski (SPM) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Rosane Cruz e Severine Macedo (SNJ) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Tatiana Lima e Severine Macedo (SNJ) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Isabela Cruz e Lourdes Rodrigues (SPM) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Mia Lopes e Eunice Borges (ONU Mulheres) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.



Juliana Gonçalves, Akins Gonçalves e Nadine Gasman (representante da ONU Mulheres no Brasil) - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.

Miren Saiz (ONU Mulheres) e Rebecca Santos - Entrega de certificados do Programa "Jovens Mulheres Líderes" (SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.





Paolla Manchetti - Programa "Jovens Mulheres Líderes"
(SNJ/PNUD/ONU Mulheres)

Encontro Jovens Mulheres Líderes.

Parte 2

| Pautas e Demandas

A construção de uma agenda das jovens mulheres e o mundo do trabalho

Léa Marques

Introdução

No Brasil, nos últimos dez anos, a agenda de políticas públicas de juventude avança e modifica-se, institucionalizando-se e compreendendo cada vez mais a juventude enquanto sujeita de direitos. Ao mesmo tempo, a consolidada agenda de políticas públicas para mulheres inflexiona-se, passando a ter centralidade nas políticas que possam contribuir para a construção da autonomia econômica das mulheres.

Dois movimentos positivos, porém, em ambos as mulheres jovens pouco têm visibilidade e, quando tem, não são compreendidas à luz de sua diversidade e complexidade. Construir uma agenda de políticas para as jovens mulheres no campo do trabalho requer a compreensão desse cenário e, mais do que isso, requer a construção histórica desse sujeito político.

Este artigo busca contribuir nesse desafio ao dar visibilidade ao tema, traçar o cenário no qual as políticas públicas de juventude e de mulheres estão inseridas, retratar as principais características das jovens mulheres no mercado de trabalho e apontar os caminhos necessários para seu avanço.

Juventude e mulheres nas políticas públicas

A partir dos anos 1990, observamos as primeiras iniciativas de programas e ações específicas para jovens, marcadas fortemente pela ótica da prevenção e controle da juventude. Isso se expressou, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho, orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente aos moradores dos bairros periféricos das grandes

idades brasileiras. Nessa década também foram criados os primeiros órgãos municipais de juventude no país.

Nos últimos dez anos, esse tema ganhou força no debate sobre políticas públicas no Brasil. Observamos um crescimento significativo dessas experiências e um adensamento do debate, que produz reflexões importantes para que a juventude passe a ser tomada como foco de ação.

Normalmente, vista como uma fase problemática, vulnerável ou transitória para a vida adulta, a juventude passa cada vez mais a ser encarada a partir de sua integralidade, e avança a consideração dos/as jovens enquanto sujeitos de direitos e como atores necessários na discussão e formulação das políticas públicas voltadas a eles.

Um marco nessa mudança de enfoque desdobra-se em 2005 na criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), e na conquista, em 2010, da Emenda Constitucional 65, que incluiu a palavra “jovem” na Constituição Federal, estabelecendo como juventude a parcela da população com faixa etária entre 15 e 29 anos. Paralelamente à consolidação do campo de políticas públicas para juventude no Brasil, o debate sobre políticas públicas para as mulheres também avança e ganha uma nova dimensão.

Fruto da luta histórica e secular das mulheres, algumas conquistas nas últimas décadas no Brasil passam a se concretizar, dentre elas: ampliação da presença no mercado de trabalho, aumento do nível de escolaridade, maior presença em diversos âmbitos do mundo público, além dos indícios de mudanças do papel das mulheres nas unidades familiares. Contudo, não sem fortes embates, reações e discriminações.

No âmbito governamental, a agenda das políticas públicas para as mulheres, até recentemente, teve como centralidade o urgente combate à violência sexista. Essa centralidade das políticas públicas para as mulheres resultou na imprescindível aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006. Com a aprovação dessa lei, a questão da violência sexista passou a ser encarada não mais como problema particular de pequeno potencial ofensivo, mas dentro de uma agenda pública, como um crime a ser combatido, fruto do machismo estruturante de nossa sociedade. E assim, essa mudança

de perspectiva ajudou a abrir caminhos para agregar um outro ponto de vista sobre as políticas públicas para as mulheres, que é o olhar a partir da construção das condições para a autonomia, especialmente a independência econômica e o direito ao trabalho.

Homens e mulheres devem ter igual direito de acesso a um trabalho decente, com salários dignos, condições de saúde adequadas, garantia de direitos trabalhistas e de organização sindical. Esses aspectos, associados à inexistência de qualquer forma de discriminação são essenciais para reverter um processo de pobreza e para construção da autonomia econômica das mulheres. Seguindo esse entendimento, ao focar o debate na autonomia econômica, a agenda das políticas públicas das mulheres traz ao centro do debate a necessidade do reconhecimento do direito do trabalho das mulheres e o questionamento à sua divisão sexual.

A divisão sexual do trabalho e as jovens mulheres

A “divisão sexual do trabalho” é baseada em dois princípios. O primeiro é o da separação, isto é, há atividades que são consideradas como exclusivamente de homens e outras que são tidas como exclusivamente de mulheres. Assim, temos um modelo de sociedade no qual as mulheres são responsabilizadas pelo chamado trabalho reprodutivo, de cuidados com a reprodução da vida humana, de realização de tarefas domésticas e de cuidar dos filhos, marido, idosos e doentes. Ao passo em que aos homens atribui-se a responsabilidade pelo trabalho produtivo, de produção de mercadorias, realizado fora de casa.

O segundo princípio é o da hierarquização, que valoriza o trabalho produtivo em detrimento do reprodutivo. O trabalho dos homens tem mais reconhecimento e valorização social. Desse modo, a divisão sexual do trabalho é a base material da opressão das mulheres e da perpetuação das desigualdades entre os sexos.

Apesar das conquistas citadas, a divisão sexual do trabalho permanece, à medida em que a desigualdade entre homens e mulheres não foi rompida. O trabalho de cuidados continua a ser tratado como uma questão apenas das mulheres, em vez de ser tratado como um assunto público, de interesse de toda sociedade. Dessa forma, as mulheres que buscam sua autonomia

econômica e financeira, têm que administrar seu tempo para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado.

A condição de ser mulher é para a vida inteira, enquanto que ser jovem é somente um período da vida. Porém, já na juventude se manifestam condições da divisão sexual do trabalho que deixarão consequências para toda vida das mulheres e que refletem fortemente na situação dessas, quando inseridas no mercado de trabalho.

Cenário para construção de uma agenda política para jovens mulheres

Um debate sobre a construção de uma agenda política das jovens mulheres do mundo do trabalho, o redimensionamento das políticas públicas para mulheres e a consolidação do jovem enquanto sujeito de direitos, contribuem sobremaneira e precisam ser levados em consideração. É desde a juventude que as desigualdades de gênero se expressam. Os indicadores¹ de juventude, por exemplo, demonstram um forte componente de gênero.

Sabemos que a juventude brasileira é uma juventude trabalhadora, dado que mais de 70% está participando do mercado de trabalho (empregada ou procurando emprego). Desse percentual de jovens, a maioria tenta conciliar educação e trabalho. Especialmente no caso das jovens mulheres, há a busca pela conciliação entre trabalho, educação e responsabilidades familiares/domésticas.

Os eventos que mais caracterizam a juventude, de modo geral, são a escola e/ou a participação no mercado de trabalho. Entretanto, para as mulheres jovens, de 15 a 29 anos, casamento e maternidade ainda são os eventos mais importantes na sua inserção social, ainda que a participação na escola e no mercado de trabalho tenha crescido nos últimos anos.

Entre 2000 e 2010 aumentou o número de jovens que não estudavam nem trabalhavam (os chamados “nem-nem”). Saíram de 16,9% do total da população jovem para 17,2%. O crescimento foi diferenciado por sexo,

¹ Dados dos Censos demográficos de 2000 e 2010 e das PNADs de 2001 e 2011.

entre os homens esse número aumentou em 1.107 mil e entre as mulheres diminuiu 398 mil. Mas esses dados significam que do total das mulheres jovens, 23,2% não trabalham e não estudam, ou seja, mais de 6 milhões de mulheres, enquanto que os homens nessa condição menos de 3 milhões, ou 11,2%, do total.

A posição familiar desses jovens apresenta também um forte componente de gênero: a grande maioria dos homens “nem-nem” residiam como filhos/netos na época da pesquisa, ou seja, dependiam dos pais ou avós (83,7%), enquanto que entre as jovens mulheres mais de 66% vivem com cônjuges e 61% já tinham filhos. Isso nos permite afirmar que parte significativa dessas mulheres tem família e está desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa.

Esses jovens “nem-nem”, em sua enorme maioria, não são os filhos da elite, que podem optar por não trabalhar e não estudar. Ao contrário, esses são jovens de baixa renda que gozam de rendimento médio domiciliar R\$ 1.621,86. Para comparar com os jovens que trabalham e estudam, estes possuem um rendimento médio domiciliar de R\$ 3.024,34.

As jovens mulheres rurais

No contexto rural, a invisibilidade do trabalho feminino juvenil parece ser ainda mais intensa, isso porque grande parte do trabalho que contribui para o sustento da família ocorre dentro do próprio lar, por meio das atividades voltadas para o consumo da família e do trabalho que envolve a participação de todos seus membros. O trabalho familiar implica o envolvimento dos diferentes membros da família na produção, seja para o autoconsumo ou para a venda. No entanto, grande parte desse trabalho aparece apenas como complementar.

A divisão do trabalho no meio rural segue, portanto, a lógica patriarcal e da divisão sexual do trabalho que mantém invisível o trabalho feminino e responsabiliza as mulheres pelas tarefas de reprodução, considerando a pessoa do sexo masculino como aquela responsável pelo provimento na figura do “chefe” da família.

Além de grande parte do trabalho feminino juvenil rural não ser remunerado, o reduzido acesso de crianças à creche ou pré-escola contribui para sobrecarregar a jornada de trabalho das mulheres jovens rurais.

Jovens mulheres no mercado de trabalho

De acordo com a síntese da situação juvenil no mercado de trabalho brasileiro, apresentada na *Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude*, entre as mulheres que estão no mercado de trabalho, grande parte está presente em ocupações que indicam maior precariedade: trabalho sem carteira assinada, longas jornadas, baixos salários, locais insalubres e trabalho doméstico informal. Apesar da maior escolaridade alcançada pelas jovens, elas têm menos acesso ao trabalho com carteira assinada, quando comparado com os rapazes.

Entre as jovens mulheres que conseguem cursar faculdade, muitas se inserem em profissões relacionadas ao cuidado que, por serem tradicionalmente identificadas com habilidades “naturais” das mulheres, oferecem baixos salários.

Entre as jovens mulheres com Ensino Fundamental ou Médio, as ocupações de empregada doméstica, atendente de *telemarketing*, cabeleireira, manicure, vendedoras e recepcionistas englobam majoritariamente as possibilidades de emprego oferecidas na área urbana. Em ambos os casos, a trajetória da jovem mulher no emprego é fortemente marcada por discriminações sexistas, sendo elas o maior alvo do assédio moral e sexual.

Jovens mulheres e as reivindicações nas agendas públicas

A condição das jovens mulheres no acesso e permanência no mercado de trabalho é diferenciada e requer políticas que possam levar em consideração sua dimensão geracional e de gênero.

A tarefa de construção de uma agenda políticas das jovens mulheres no campo do trabalho não é fácil. Tendo como parâmetro os espaços das conferências públicas construídas pelo Governo Federal nos últimos anos, com ampla participação e mobilização social, podemos afirmar que o tema ainda não está consolidado nem entre a juventude e nem entre as mulheres.

Na resolução final da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no eixo de autonomia econômica e social encontramos duas resoluções generalistas:

1. Fomentar a participação de mulheres jovens, em sua diversidade, garantindo e fiscalizando a aplicabilidade da lei que oferece às mulheres adolescentes o primeiro emprego e o programa aprendiz.
2. Garantir possibilidade de geração de trabalho e renda às jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Na resolução final da II Conferência Nacional de Juventude, no eixo de desenvolvimento integral, localizam-se as propostas sobre trabalho, não tendo sido aprovada nenhuma que fizesse menção às jovens mulheres.

Um importante instrumento na consolidação das políticas de juventude no campo do trabalho é a *Agenda Nacional de Trabalho Decente para Juventude* (ANTDJ). Esse documento foi lançado em 2012, construído através da coordenação conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com a assistência técnica da OIT, composto por representantes de trabalhadores, empresários, órgãos governamentais e com participação do Conjuve.

Na ANTDJ há, entre as quatro prioridades traçadas, uma que trata especificamente da igualdade de oportunidade e tratamento, na linha de ação: “Igualdade de oportunidades e combate à discriminação”. O caminho para consolidação dessas linhas de ações é a divulgação e transformação da ANTDJ em um Plano de Ação de Trabalho Decente para Juventude, com metas, responsabilizações e programas concretos para sua implementação.

Demandas do I Seminário de Jovens Mulheres no eixo trabalho

Fruto do I Seminário Nacional de Jovens Mulheres, realizado em junho de 2013 em Brasília, foram sistematizadas algumas demandas das jovens mulheres com relação ao tema trabalho. Podemos perceber que elas tratam prioritariamente da garantia de mecanismos de inclusão das mulheres no mercado de trabalho, assim como da necessidade de criar políticas de Estado para compartilhar as tarefas de cuidados e as responsabilidades familiares atribuídas às mulheres. As demandas apontadas foram:

- Cotas raciais para jovens mulheres negras nos concursos públicos, como forma de garantir a inserção das jovens negras e indígenas;

- Garantir percentual (30%) de mulheres contratadas em empresas que atingirem 100 trabalhadores/as, desde empresas de serviços a indústrias;
- Criação da lei de primeiro emprego decente para as jovens mulheres, inclusive para jovens mulheres que saem da condição de cárcere;
- Criar ações de combate à precarização do trabalho das jovens mulheres, no campo e na cidade, de forma a garantir trabalho decente;
- Garantia de restaurantes populares;
- Creches públicas em período integral e noturno, nos locais de estudo e próximas às residências, inclusive na zona rural;
- Redução da jornada de trabalho para 40h/semanais sem redução de salários;
- Lei que prevê multa para empresas que pratiquem desigualdade salarial com base no gênero, identidade de gênero, orientação sexual e/ou raça e etnia, com reversão das penalidades administrativas a um fundo local de combate a essas discriminações;
- Licença parental de 1 ano;
- Aprovação da convenção 156 da OIT;
- Respeito à identidade de gênero no local de trabalho;
- Ações afirmativas para garantir o acesso e permanência da população transexual na educação e no emprego formal.

A agenda das jovens mulheres no mundo do trabalho

A sistematização deste inédito Seminário de Jovens Mulheres nos permite afirmar que construir propostas que viabilizem a autonomia econômica das jovens mulheres e a construção da igualdade, exige pensar políticas que rompam com a divisão sexual do trabalho, ou seja, políticas que permitam o acesso e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, em condições de igualdade aos homens e que, paralelamente, as livre da

exclusiva responsabilização com os trabalhos domésticos/familiares (tais como os restaurantes populares e as creches públicas).

É preciso também implementar políticas para que as jovens não tenham que trabalhar tão cedo, ou seja, que elas possam ter o direito de terminar seu ciclo educacional, e, somente depois, ingressar no mercado de trabalho, com condições mais favoráveis de acesso a um trabalho não precário. Além disso, é necessário promover orientação profissional que problematize as ocupações tradicionalmente femininas e masculinas.

Os caminhos para a construção da autonomia econômica das jovens mulheres exigem rompimentos nas relações machistas de nossa sociedade, de forma que elas possam se fortalecer como indivíduos autônomos, capazes de projetar seu futuro. São centrais, nesse âmbito, além das políticas públicas voltadas à construção da autonomia econômica, as condições adequadas para a iniciação na esfera da sexualidade e das relações afetivas, o direito das jovens ao território, de escolha em relação à maternidade, à experimentação e à vida segura e sobretudo, o direito à participação.

Será somente a partir da visibilidade desse tema, da problematização, do amplo debate entre academia, movimentos sociais e governo que será possível avançar nessa construção. Mas, sobretudo, são as jovens mulheres, em sua diversidade e complexidade, o sujeito histórico com a responsabilidade e capacidade de construir a agenda política para sua emancipação.

Referências

BRASIL. **Agenda nacional de trabalho decente para a juventude**. Brasília: MTE, 2010.

CAMPOS, A. S. **Juventude e Ação sindical**: crítica ao trabalho indecente. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Trabalho decente na estratégia da CUT**. São Paulo: CUT, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS (CONTAG). **Caderno de texto para estudos e debates**: desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, liberdade e igualdade. Brasília: CONTAG, 2011.

CORROCHANO, M. C. Trabalho e educação no tempo da juventude: entre dados e ações públicas no Brasil. In: **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011

FREITAS, M. PAPA, F. C. (orgs.). **Juventude em pauta**: políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

Enfrentamento à violência contra as mulheres

Iara Mora

Introdução

Entende-se por violência contra as mulheres *qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada* (CIDH, 2012).

Essa definição traz dimensões primordiais para se compreender a violência contra as mulheres e, conseqüentemente, para pensar em suas formas de enfrentamento. A primeira delas diz respeito a sua origem, uma vez que a violência contra as mulheres é praticada em função de seu gênero, isto é, em razão da construção sociocultural do que acredita-se ser seu papel. Nesse sentido, não é possível compreender a violência contra as mulheres sem reconhecer suas origens nas profundas desigualdades vivenciadas pelas mesmas em todas as esferas da sociedade, considerando que sua legitimação se dá através de valores de inferioridade e subordinação, disseminados até os dias atuais.

Esse entendimento está inserido no texto do *Plano Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres*;

A violência contra as mulheres só pode ser entendida no contexto das relações desiguais de gênero, como forma de reprodução do controle do corpo feminino e das mulheres numa sociedade sexista e patriarcal. As desigualdades de gênero têm, assim, na violência contra as mulheres, sua expressão máxima que, por sua vez, deve ser compreendida como uma violação dos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2011:22)

Outra dimensão contida na definição da *Convenção de Belém do Pará* são as diversas formas pelas quais a violência contra as mulheres é perpetrada. O artigo 2 da Convenção complementa:

Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CIDH, 2012).

A partir dessas definições é preciso ter como horizonte que o combate às diferentes formas de violência contra as mulheres requer um conjunto de ações no âmbito macro e micro social, de modo que as estruturas das desigualdades sejam transformadas, ao ponto de reduzir efetivamente qualquer situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres. As políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres devem envolver uma gama de ações que não se limitam à repressão e punição das formas de violência, mas abrangem também políticas de promoção de uma cultura não sexista e não discriminatória, de proteção e atendimento das mulheres vítimas de violência, combate das situações de vulnerabilidade em que estas se encontram, entre outras.

Apesar dos esforços e avanços obtidos nos últimos anos, muito ainda é preciso caminhar para a efetivação e ampliação das políticas de combate a violência contra as mulheres no Brasil. Embora o país não possua um sistema oficial de dados sobre a violência contra as mulheres, diversos estudos mostram índices alarmantes da questão no país, constituindo-se num grave problema político e social.

A pesquisa *Mulher Brasileira no Espaço Público e Privado*, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2010, constatou que uma em cada cinco mulheres já sofreram algum tipo de violência e que a cada 24 segundos uma mulher é espancada, ou seja, 5 mulheres a cada 2 minutos. Apresentando

um pequeno decréscimo em comparação a 2001, onde 1 mulher era espancada a cada 15 segundos (FPA; SESC, 2010).

No que diz respeito ao assassinato de mulheres, atualmente o Brasil ocupa a 7ª posição mundial. A pesquisa intitulada *Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres*, aponta que mais de 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil nos últimos trinta anos, 43 mil delas só na última década. Importante ressaltar que nesse contexto, 41% dessas mortes ocorreram dentro de suas próprias casas, sendo a maioria perpetrada por parceiros ou ex-parceiros (WAISELFISZ, 2012).

Diante dos altos índices de violência cometida contra as mulheres no âmbito doméstico (FPA; SESC, 2010), grande parte dos esforços para garantir a autonomia das mulheres se concentra no combate a esse tipo de violência. Essa prática continua sendo de extrema importância, no entanto, urge que sejam elaboradas e implementadas políticas de enfrentamento a outras formas de violência. Como paradigma dessa questão podemos citar a Lei Maria da Penha - um dos principais instrumentos legais de proteção às mulheres em situações de violência, referência internacional na matéria, que não abrange os casos de violência contra as mulheres perpetrados fora do âmbito doméstico. Faz-se necessário, portanto, além da ampliação e aperfeiçoamento das políticas existentes, a implementação de novas políticas públicas e a aprovação de legislações que visam coibir outros tipos de violações.

Outro desafio é articular as políticas públicas de enfrentamento à violência para outros eixos estruturantes da desigualdade no país, principalmente no que concerne o combate ao racismo e a outras formas de discriminação, como, por exemplo, contra mulheres lésbicas e mulheres jovens. Apesar das raízes da violência contra as mulheres encontrarem-se na opressão de gênero, essa também é potencializada e interage com outras formas de desigualdades sociais.

Dessa forma, embora qualquer mulher esteja exposta a sofrer violência, fatores como a idade, classe social, cor/etnia, orientação sexual, deficiências,

entre outros, colocam algumas mulheres numa situação de vulnerabilidade maior do que as outras e/ou com especificidades diferentes.

Apesquisa *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*, apontou que as mulheres negras, pobres e jovens são as maiores vítimas da violência doméstica no país. As mulheres negras foram as principais vítimas de óbitos em todas as regiões brasileiras à exceção do sul. Merece destaque a elevada proporção de óbitos de mulheres negras nas regiões Nordeste (87%), Norte (83%) e Centro-Oeste (68%). Em relação à faixa-etária, as mulheres jovens foram as principais vítimas: 31% estavam na faixa etária de 20 a 29 anos e 23% de 30 a 39 anos. Mais da metade dos óbitos (54%) foram de mulheres de 20 a 39 anos. A maior parte das vítimas tinha baixa escolaridade, 48% das que tinham 15 anos de idade ou mais possuíam até 8 anos de estudo.

Chama a atenção a falta de dados que evidenciem as violências sofridas pelas mulheres lésbicas e transexuais, decorrentes da interação do machismo com a lesbofobia e transfobia. No entanto, sabe-se que mulheres lésbicas são constantemente vítimas de violência sexual, denominados estupro corretivos, e as mulheres trans, de assassinatos e outras violências.

Diante deste quadro, é fundamental que esses recortes sejam visibilizados e analisados em todas as etapas da construção das políticas públicas, desde a produção de informações até a formulação de políticas transversais e/ou específicas. Para que todas as mulheres sejam de fato atingidas pelas políticas de enfrentamento à violência (...) requer do Estado e dos demais agentes uma abordagem intersetorial e multidimensional na qual as dimensões acima mencionadas sejam reconhecidas e enfrentadas. Além do mais, uma política na área de violência contra as mulheres exige uma atuação conjunta para o enfrentamento do problema, que envolva diversos setores, tais como: a saúde, a educação, a assistência social, a segurança pública, a cultura, a justiça, entre outros; no sentido de dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e de garantir a integralidade do atendimento àquelas que vivenciam tal situação (BRASIL, 2011:22).

A integração com outras políticas também é essencial para combater a violência contra as mulheres. Dentro dessa perspectiva, a melhoria da iluminação pública, um sistema de transporte eficiente e o maior acesso à educação e renda, podem contribuir para a diminuição de situações

de vulnerabilidade vividas pelas mulheres ou para aumentarem as possibilidades de romperem com uma situação de violência.

No caso das mulheres jovens, recorte do presente trabalho, a questão geracional traz algumas experiências e vulnerabilidades diferenciadas, que devem ser levadas em consideração na formulação de políticas públicas sob pena de que as políticas não atinjam esse segmento.

Para ilustrar essa demanda, citaremos algumas situações vivenciadas especificamente ou majoritariamente pelas mulheres jovens e sua abordagem – ou falta de – pelas políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Uma delas diz respeito a vulnerabilidade das mulheres jovens nas ruas e espaços públicos, principalmente no cometimento de diferentes assédios e estupros. Ainda que todas as mulheres estejam expostas a esse tipo de violência, a mercantilização do corpo da mulher jovem e as dinâmicas da vida das que estão mais ligadas a atividades externas, como escolas, universidades, trabalhos e lazer, tornam as mulheres jovens os principais alvos desse tipo de violência.

No caso do assédio nas ruas e transportes públicos, as mulheres vivenciam diariamente abusos como o assédio verbal *-cantadas*, além de serem *encoxadas, sarradas*, terem partes do seu corpo tocados e/ou filmados sem sua autorização, entre outros. A pesquisa *Chega de “Fiu-Fiu”* realizada pela internet, em 2013, revelou que 81% das mulheres já deixou de fazer alguma coisa por medo do assédio e 90% já trocaram de roupa pelo mesmo motivo. Esses dados dão uma dimensão do quanto essa violência, embora pareça sutil, é limitadora da autonomia e vivência das mulheres.

O estupro é outro tipo de violência pelas quais meninas, mulheres adolescentes e jovens são desproporcionalmente afetadas. Embora seja difícil mensurar o número de ocorrências de estupros no país, visto que é uma violência muitas vezes não denunciada e/ou notificada; de acordo com o estudo realizado pelo IPEA, em 2011, estima-se que 0,26% da população sofra violência sexual, o que significa que existem 527 mil tentativas ou casos de estupro no país, sendo 89% das vítimas mulheres e mais de 70% crianças e adolescentes. Embora existam mecanismos legais de punição previstos para esse tipo de violência, seu alto índice de ocorrência demonstra

a necessidade de elaboração de políticas que visem coibir e prevenir essa prática, especialmente, contra crianças e adolescentes, sendo necessário pensar formas diferenciadas de proteção, voltadas para esses segmentos.

Outros espaços que têm se demonstrado hostil para as mulheres, em especial as jovens, são a internet e as redes sociais. Vídeos de sexo ou fotos de jovens nuas ou seminuas são compartilhadas sem autorização em grupos de WhatsApp e outras redes sociais, como forma de vingança e/ou de exposição das mesmas. Em uma sociedade profundamente machista em que as mulheres ainda têm sua sexualidade reprimida e julgada, esse tipo de violência tem resultados assustadores, como o linchamento virtual, o abandono do convívio social, escola e trabalho, e até suicídio das vítimas.

O tráfico e exploração sexual forçada de mulheres é outra forma de violência que tem entre a maioria de suas vítimas as mulheres jovens. Apesar das dificuldades de obter dados – visto sua ilegalidade e clandestinidade – diante das motivações pelas quais as mulheres são levadas a situações de tráfico e exploração, estima-se que suas vítimas são majoritariamente jovens – de 18 e 30 anos, oriundas de classes populares, com baixa escolaridade, moradoras das periferias, algumas com histórico de prostituição, oriundas de famílias com presença de violência social, moradia precária, falta de saneamento, inseridas em atividades mal remuneradas e sem direitos assegurados, sem possibilidades de ascensão e melhoria, além de já ter sofrido algum tipo de violência intrafamiliar como abuso sexual, estupro, abandono e maus-tratos (BRASIL, 2011:15).

Da situação de vulnerabilidade apresentada em relação às mulheres vítimas de exploração sexual, resta a necessidade da efetivação de políticas de fiscalização e punição das redes de aliciamento e exploração das mulheres, aliadas a políticas que possibilitem que essas mulheres rompam com situações de vulnerabilidades anteriores, como políticas de acesso à educação, emprego e renda, políticas de apoio e proteção às jovens, entre outras.

Esses são apenas alguns exemplos das vivências das mulheres jovens com as diversas formas de violência e pode-se depreender a urgência de ampliar os enfoques das políticas e legislações de enfrentamento a violência contra as mulheres.

Um exemplo já citado dessa questão são as violências sofridas pelas mulheres nos espaços públicos por desconhecidos e na internet. Essas são formas de violência contra as mulheres para as quais pouco se direcionam campanhas e/ou políticas de prevenção e fiscalização. Contudo, como já demonstrado, essas práticas estão extremamente presentes na vida das mulheres, em especial das jovens.

Frisa-se ainda a importância de pensar políticas públicas para garantir os direitos e a proteção, a não-violência de mulheres em situação de rua, inseridas no sistema prisional ou em cumprimento de medidas socioeducativas, que encontram-se em situações de extrema vulnerabilidade social.

No campo legislativo, destacamos duas importantes iniciativas que incentivam a ampliação da proteção e punição a outras formas de violência contra as mulheres: 1) a proposta da CPMI da Violência contra as Mulheres é incluir o feminicídio no código penal, como fator agravante do crime de homicídio, nas hipóteses em que houver relação íntima de afeto ou parentesco entre a vítima e o agressor/a; prática de qualquer violência sexual contra a vítima e em casos de mutilação ou desfiguração da mulher e 2) o Projeto de Lei nº 6630/01, que visa tornar crime a divulgação de material íntimo na internet sem autorização.

Ainda no que diz respeito ao recorte geracional no enfrentamento à violência contra as mulheres, outra questão é a abordagem ou forma como essas políticas são implementadas, espelhando-se na maioria das vezes apenas em experiências de mulheres não jovens. Um bom exemplo dessa questão, são as campanhas publicitárias de combate à violência contra as mulheres que tem como enfoque a violência sofrida em casamentos e/ou relacionamentos estáveis, não informando que essas violências podem ocorrer em qualquer tipo de relacionamento - entre ficantes, namorados/as, entre outros - mais comum entre as/os jovens.

A mesma demanda se apresenta em relação à sensibilização e formação das/os agentes do Poder Judiciário e demais órgãos de atendimento às vítimas de violência para que reconheçam aquelas perpetradas no seio de distintas formas de relacionamentos, incluindo aquelas ditas não “tradicionais”. Essa prática, evitaria interpretações como a que foi dada ao caso Eliza Samudio, onde a juíza decidiu pela não aplicação da Lei Maria da Penha, por não se tratar de um relacionamento estável.

Retomando a questão das campanhas de sensibilização, também há a demanda de realização de campanhas que visibilizem outras formas de violência, como a violência psicológica, o controle, os estupros dentro de relacionamentos, entre outras, para que as mulheres possam reconhecer essas formas de violência, que muitas vezes antecedem a violência física e/ou que acontecem isoladamente. Visto que as pesquisas apontam que as mulheres só realizam denúncias a alguma autoridade policial ou judicial após a violência física ou sexual, essas mesmo assim não ultrapassam 1/3 dos casos de violência (FPA; SESC, 2010). Embora inúmeros fatores possam contribuir para o baixo número de denúncias, desde o medo até a falta de acesso a serviços, sem dúvida é a naturalização da violência e o não reconhecimento de algumas condutas como sendo práticas violentas, que mais contribuem para tal.

Embora os dados da violência contra as mulheres no Brasil revelem a magnitude dessa violência e a urgência da implementação de políticas públicas eficazes e diversas no seu enfrentamento, ainda não representam a totalidade dos casos nacionais. Dessa forma, reforça-se a necessidade de construir instrumentos de monitoramento da violência contra as mulheres, como o sistema nacional de dados e estatísticas previstos na Lei Maria da Penha, garantindo o recorte geracional, étnico/racial, de orientação sexual, entre outros, capaz de embasar as estratégias de enfrentamento. Além do aperfeiçoamento e garantia das notificações compulsórias no caso de violência doméstica e sexual contra mulheres, jovens, crianças e adolescentes na rede pública de saúde.

O relatório da CPMI da violência contra as mulheres também aponta essa necessidade:

Do trabalho deste Colegiado emerge, como constatação primeira, a ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo. Desponta, por conseguinte, a necessidade urgente de criar sistemas de informações sobre a violência contra as mulheres que permitam planejar, monitorar e avaliar as políticas públicas (SENADO FEDERAL, 2013:9).

A ausência de dados unificados sobre a violência contra as mulheres reflete, inclusive, nas informações sobre a rede serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência. Segundo informações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, há no país 314 DEAMs, 116 Núcleos Especializados de Atendimento às Mulheres, 204 Centros de Referências de Atendimento às Mulheres, 72 casas-abrigos, 52 Juizados Especiais, 38 Promotorias Especializadas da Mulher e 61 Defensorias Especializadas ou Núcleos da Mulher (idem). Esses dados correspondem a 1,72% dos 5.570 municípios do Brasil, concentrados principalmente nas capitais e regiões metropolitanas, denotando a necessidade de ampliação da rede e de sua interiorização, de forma a possibilitar o acesso das mulheres e, em especial, das que vivem em regiões, como a zona rural, da mata, comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e em municípios mais pobres. Outra questão relativa ao acesso são os horários de funcionamento das DEAMs, sendo necessário garantir que as mesmas funcionem 24 horas/dia, inclusive durante os finais de semana.

No que diz respeito à qualidade de atendimento, é imprescindível que haja recursos humanos e infraestrutura adequados e capazes de prestar um acolhimento eficaz das mulheres. É preciso frisar que na maioria dos casos, as DEAMs são a porta de entrada das mulheres na rede de atendimento às vítimas de violência. Reforçando a necessidade de formação continuada das/os agentes policiais para o atendimento às mulheres vítimas de violência, vale ressaltar que seu aperfeiçoamento vem a partir do entendimento das desigualdades de gênero e outras vivenciadas pelas mulheres, compreendendo as especificidades geracionais, étnico-raciais, de orientação e identidade sexual.

Sendo as DEAMs apenas um dos equipamentos da rede de atendimento às mulheres, reforça-se a necessidade da ampliação e qualificação de todos os serviços. Para isso, como reassalta o relatório da CPMI, é necessário o comprometimento e dotação orçamentária de todas as esferas do Estado Brasileiro.

Ademais, as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres devem ser efetivamente assumidas pelos poderes públicos constituídos. Isso requer a criação de mecanismos políticos de empoderamento das mulheres autônomos e bem estruturados, a exemplo

de Secretarias Estaduais e Municipais de Mulheres. Requer, ainda, tanto orçamento específico para o desenvolvimento de políticas públicas integradas e multissetoriais quanto o fortalecimento da Lei Maria da Penha, com a criação de Juizados, Promotorias e Defensorias Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além do julgamento célere dos agressores e homicidas, do enfrentamento das elevadas taxas de feminicídios e da superação de preconceitos e estereótipos profundamente arraigados (SENADO FEDERAL, 2013:8).

Conforme já enfatizado, tão imprescindível como as políticas de atendimento às mulheres vítimas das diversas formas de violência e repressão, é a promoção de valores que combatam as discriminações e estereótipos de gênero e contribuam para uma cultura não sexista e não discriminatória. A pesquisa *Tolerância social à violência contra as mulheres*, realizada pelo IPEA, mensurou o alto índice de aceitação da violência contra as mulheres em nossa sociedade. Esse estudo revela que 65% das/os entrevistadas/os concordam total ou parcialmente com a frase *mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar* e 26% com *mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas* (IPEA, 2014).

Para fortalecer a demanda pela incorporação da igualdade de gênero e combate ao machismo, racismo, lesbofobia, transfobia e outras discriminações, faz-se primordial incorporar essas questões nos currículos de novas metodologias e formação das/os profissionais da educação das escolas e universidades. Além disso, também ressaltamos a importância de ampliar campanhas educativas que questionem o machismo e as desigualdades de gênero, incorporando a diversidade das mulheres, além de divulgar seus direitos e a Lei Maria da Penha. Resgata-se, ainda, a necessidade já apontada de que essas campanhas abordem as situações e violências enfrentadas pelas mulheres jovens, de forma que as mesmas se identifiquem e sejam atingidas por tais iniciativas.

Essas são apenas algumas questões a partir das quais passamos a pensar a necessidade de que as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres incorporem tais dimensões em todas as suas etapas e níveis, de forma a contemplar as mulheres jovens. Para isso, é necessário a

transversalização das demandas das mulheres jovens em todos os âmbitos das políticas, assim como a garantia do recorte geracional nas políticas para as mulheres, o recorte de gênero nas políticas de juventude e a articulação destas com políticas públicas de todos os setores.

A partir das questões suscitadas, busca-se visibilizar as diferentes formas pelas quais as mulheres jovens são atingidas pela violência e a demanda por políticas públicas transversais e/ou específicas para esse setor da sociedade. Sem a pretensão de esgotar a complexidade das políticas de enfrentamento a violência contra as mulheres, enfatizamos a importância de que as mesmas sejam efetivas e ampliadas a partir da percepção da necessidade de enfrentar as desigualdades vivenciadas em todos os âmbitos da sociedade. Frisamos, por fim, que essas políticas precisam respeitar a diversidade e as especificidades dos diferentes grupos de mulheres, para que possam, de fato, propiciar uma vida sem violência para todas.

Referências

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Tolerância Social a Violência contra as Mulheres. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL. **Tráfico de Mulheres – Política Nacional de Enfrentamento**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República, 2011.

FPA; SESC. **Pesquisa Mulher Brasileira no Espaço Público e Privado**. SP: Fundação Perseu Abramo e SESC, 2010.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito**: Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Relatório Final. Brasília: Senado Federal, 2013.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil**. SP: Instituto Sangari, 2013.

Internet

BENEVIDES, C. **Ipea: 50,7% das vítimas de estupro no Brasil tem até 13 anos.** {on-line} Disponível na internet: <<http://oglobo.globo.com/pais/ipea-507-das-vitimas-de-estupro-no-brasil-tem-ate-13-anos-12007654>> . Acessado em 12 de Abril de 2014.

CIDH. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres.** Disponível na internet: <<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acessado em 10 de Abril de 2014.

CONSULTOR JURÍDICO. **Juíza diz porque não aplicou Maria da Penha a Bruno.** {on-line} Disponível na internet: <<http://www.conjur.com.br/2010-jul-13/juiza-porque-nao-aplicou-lei-maria-penha-bruno>>. Acessado em 12 de Abril de 2014.

GELEDES. **Mulheres negras, jovens e pobres são as maiores vítimas de violência doméstica no país.** Disponível na internet: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/180-artigos-de-genero/21201-ipea-revela-dados-ineditos-sobre-violencia-contra-a-mulher>>. Acessado em 12 de Abril de 2014.

HUECK, K. **Pesquisa Chega de Fiu-Fiu.** Disponível na internet: <<http://thinkolga.files.wordpress.com/2013/07/infografico-chega-de-fiu-fiu.jpg>>. Acessado em 12 de Abril de 2014.

Debates sobre comunicação e cultura a partir do ponto de vista das jovens mulheres

Cynthia Mara Miranda

Introdução

A comunicação tem uma importância vital na vida dos seres humanos: é ela que serve de ferramenta para integrar, instruir e estabelecer uma troca mútua de conhecimentos entre as pessoas. Para Paulo Freire (1977), a comunicação é o diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

Através da comunicação, valores e práticas culturais das mais distintas sociedades são divulgadas, reforçadas e cristalizadas de diversas maneiras, seja pela transmissão de um programa de TV ou rádio, seja por jornais, revistas ou até mesmo pelas propagandas. Embora existam legislações nacionais e internacionais que assegurem que os meios de comunicação devem respeitar a dignidade humana e transmitir a pluralidade cultural, nem sempre essa divulgação se dá de forma adequada e, igualmente, nem todas as vezes dissemina valores positivos de um determinado grupo social.

Os princípios e garantias para tornar a comunicação social mais democrática no Brasil estão presentes no Capítulo IV da Constituição Brasileira de 1988. No entanto, mostram-se distantes da prática ou, até mesmo, são inalcançáveis à maioria das cidadãs e dos cidadãos brasileiros que não exercem nenhum tipo de controle social sobre os meios de comunicação que, por sua vez, não promovem a circulação da multiplicidade de vozes e a divulgação da expressão da pluralidade cultural brasileira. Tal constatação se deve à notável invisibilidade midiática dos grupos menos favorecidos tais como os negros, índios, pessoas com deficiência, dentre outros grupos, assim como também não é comum a presença das religiões de matriz africana na programação, ao contrário do que se vê com o espaço dado para inserção das religiões católica e evangélica na programação midiática.

Para Moreno (2012), o tratamento dispensado pela mídia às mulheres é um caso extremo do que se pratica com relação a outros segmentos sociais. As demandas e a visão dos trabalhadores e dos movimentos sociais não encontram espaço de visibilidade na grande mídia.

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não deveriam ser restritas nos meios de comunicação, quando na prática, o que se observa é o contrário, ou seja, a restrição está presente de diversas formas, seja pela total invisibilidade de alguns segmentos sociais, seja pela forma inadequada que eles são retratados. Exemplo disso pode ser visto a partir de uma análise sobre a representação da imagem da mulher negra na TV. São poucas as negras que conseguem um papel de protagonistas nas novelas, pois seus papéis, em geral, se reduzem à cozinha, como empregadas domésticas, ou à cama, como figuras sensuais e disponíveis para relações sexuais.

As mulheres jovens, que são foco da presente publicação, apresentam-se como um extrato significativo da população brasileira, que não é representado de forma plural pelos meios de comunicação. A juventude, para os diferentes produtos midiáticos, é, inegavelmente, um ideal que deve ser perseguido por todas as mulheres, não importa a faixa etária. A forma como a imagem das mulheres jovens é representada pela mídia, além de enaltecer a jovialidade, acrescenta outras características que as jovens precisam ter para conquistar uma 'suposta' realização pessoal e profissional, tal como ser magra, ter olhos claros, ser alta e loira, ao estilo da boneca *Barbie*. De acordo com Chmiel, para ser considerado jovem não é importante o ano do nascimento, mas conta, sobretudo, a forma em que cada ator atua. Assim, a juventude se converte em uma estética particular que ignora o tempo dos relógios, ao passo que os anos podem ser esquecidos pela simples magia do mercado. O indivíduo tem um cuidado obsessivo com o corpo, manifestando o sentimento de que esse é o mais seguro pertencimento.

A criação de um modelo ideal de beleza feminina se coloca como perverso àquelas mulheres que não o conseguem alcançar. De fato, a pluralidade das mulheres jovens brasileiras não pode ser reduzida a um padrão tão distante da realidade. As mulheres jovens negras, índias, deficientes, gordas, rurais, entre outras diversidades de identidades, não se sentem, por essa ótica, representadas nos meios de comunicação. O Instituto Patrícia Galvão, em parceria com o

Data Popular, realizou, em 2013, uma pesquisa intitulada *Representações das Mulheres nas Propagandas na TV* para avaliar a opinião da população sobre a forma como a imagem das mulheres é representada nas propagandas e constatou que 56% dos entrevistados, homens e mulheres, consideram que os comerciais não mostram as brasileiras reais. O dado permite interpretar que as mulheres não são representadas em sua diversidade. Nessa direção, constata-se que a invisibilidade das mulheres negras é acentuada, pois 51% das pessoas entrevistadas gostariam de ver mais negras nos comerciais.

Tornar a comunicação social instrumento para propagação da igualdade entre os gêneros e para mudança da representação da imagem da mulher veiculada pelos órgãos de informação no país é um passo importante para a construção de uma nação desenvolvida que respeita e valoriza as suas meninas, jovens e mulheres adultas. A partir das reflexões promovidas pelo Grupo de Discussão – GT - *Comunicação, Cultura e Lazer*, que compôs a programação do I Encontro Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres, realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em junho de 2013, o artigo levanta considerações sobre os desafios para o estabelecimento de políticas públicas capazes de democratizar a comunicação e garantir a representação plural da cultura brasileira a partir do ponto de vista das jovens mulheres.

Comunicação como instrumento para construção da igualdade e valorização da cultura

A comunicação deveria ser considerada um direito humano primordial para os indivíduos, pois, como preconiza o capítulo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948),

todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

O acesso à comunicação é o que permite a garantia dos demais direitos como educação, trabalho, moradia, entre outros. Apenas um povo instruído tem condições plenas de lutar pela garantia dos seus direitos. Em uma

sociedade de rápidas transformações tecnológicas, o Poder Público precisa formular políticas que contemplem as dimensões da produção, da geração de conteúdos e da distribuição de bens e conhecimento culturais através dos meios de comunicação. A impossibilidade de controle social dos meios de comunicação pela população dificulta a consolidação de uma sociedade democrática em que o espaço público da comunicação possa ser acessado por todas e todos sem distinção de classe social, etnia, faixa etária ou gênero.

A mídia, em sentido amplo e diverso, é o espaço das práticas de consumo que demarcapadrões na atualidadee estabelece modos de ser e de viver em sociedade. A programação oferecida pelos meios de comunicação de massa no país, autorizados por concessão pública busca, na maioria das vezes, homogeneizar a diversidade das mulheres jovens brasileiras e isso tem um impacto ainda mais nocivo no imaginário social dessas mulheres, que estão num processo de busca de afirmação e espaço na sociedade. Para Moreno (2012):(...) *o problema se agrava quando percebemos a dimensão da propriedade cruzada – os “donos” das emissoras de TV também concentram em suas mãos a mídia escrita, falada, formando grandes monopólios e oligopólios.* Assim, inserir a pluralidade da cultura brasileira nos meios de comunicação torna-se um desafio já que eles (rádio, jornais, revistas, TV) se concentram nas mãos de poucos.

As mulheres jovens, nessa perspectiva, também são vítimas de invisibilidade das suas pluralidades decorrentes do seu local de fala, de sua orientação sexual, classe social e etnia. Reconhecer as especificidades das mulheres jovens é condição primordial para a compreensão de que a desigualdade de gênero não afeta as mulheres de maneira uniforme, pois as mulheres jovens não vivenciam, muitas vezes, os mesmos problemas das adultas e idosas.

Não é algo recente a busca por um espaço de comunicação democrático, que valorize a diversidade cultural e o papel diversificado que as mulheres desempenham na sociedade. A democratização da comunicação é algo que tem motivado a organização dos movimentos feministas em diferentes países, pelo menos desde a década de 1980. Os resultados dessas mobilizações, no entanto, são tímidos perante o poder das empresas de comunicação no mundo, mas, mesmo assim, podemos destacar alguns avanços no campo institucional internacional e nacional.

Na esfera internacional destaca-se, especialmente, a IV Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995, em Pequim, e organizada pela Organização das Nações Unidas. Para Miranda (2012), a conferência causou grande impacto mundial e se destacou tanto pela participação, quanto pelo enfoque na igualdade entre mulheres e homens. A conferência gerou, como resultado final, a Plataforma de Ação de Pequim, na qual foram elencadas 22 áreas prioritárias de ação para avanço da igualdade entre os gêneros no mundo, dentre as quais se destaca a comunicação.

O capítulo II da plataforma destaca o papel da comunicação para a igualdade entre os gêneros:

Nos últimos vinte anos o mundo tem sido testemunha de uma explosão no campo das comunicações. Devido aos avanços na tecnologia da informática e da televisão por satélite e a cabo, o acesso mundial à informação continua aumentando e expandindo-se, o que cria novas oportunidades para a participação das mulheres nos meios de comunicação e de difusão, assim como para a divulgação de informação sobre as mulheres. Por outro lado, as redes mundiais de comunicação têm sido utilizadas para difundir imagens estereotipadas e degradantes das mulheres para fins estritamente comerciais e de consumismo. Enquanto as mulheres não participarem equitativamente das esferas técnicas e de tomada de decisões das comunicações e dos meios de difusão, inclusive as artes, continuarão sendo objeto de falsas representações e seguir-se-á desconhecendo como é sua vida na realidade. Os meios de difusão têm muitas possibilidades de promover o avanço da mulher e a igualdade entre mulheres e homens, se mostrarem mulheres e homens sem estereótipos, de modo diversificado e equilibrado, e respeitarem a dignidade e o valor da pessoa humana (PLATAFORMA DE PEQUIM, 1995).

Embora o capítulo II destaque a mulher de forma universal, nota-se, ao longo do documento, uma preocupação em direcionar estratégias para a

busca da igualdade entre os gêneros com foco nas meninas e nas jovens. As imagens estereotipadas das mulheres que são disseminadas pelos meios de comunicação e a desigualdade de acesso aos mesmos são consideradas como uma das áreas críticas de preocupação pela plataforma que, por seu turno, sugere que os governos adotem medidas estratégicas para coibir e amenizar tais fatores de desigualdade.

No âmbito nacional, especialmente nos últimos dez anos, foram realizadas conferências municipais, estaduais e nacionais em diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente, entre outras, com o objetivo de envolver a população no processo de definição das prioridades de ação do Governo Federal através da elaboração de planos nacionais de políticas que foram criados nesses espaços. Nesse texto destacamos principalmente as conferências de políticas de comunicação, políticas de cultura, políticas para as mulheres e para a juventude que, em seu processo de elaboração, envolveram a participação intensa das jovens mulheres de vários municípios e estados brasileiros.

A I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, foi a conferência que encontrou mais obstáculos para acontecer e que ficou restrita a uma única edição, em razão da pressão que as empresas de comunicação exerceram para que não houvesse um debate nacional sobre políticas públicas de comunicação no país. Também podemos considerar que foi a conferência em que as resoluções aprovadas mais tiveram e ainda têm dificuldade de serem implementadas pela força que o monopólio das comunicações exerce no país.

No caderno das propostas aprovadas na plenária final é visível a preocupação com a disseminação da diversidade cultural e de gênero na mídia, porém apenas uma única proposta relacionada à juventude e ao gênero aparece, que é a *criação de programas educativos para jovens que abordem os direitos das mulheres e coibam a violência de gênero*, e, além desta, outra proposta trata da juventude de forma universal, sem, contudo, fazer o recorte de gênero, que é a seguinte: *articular parceria com o Conselho Nacional de Juventude, de modo a pressionar o governo brasileiro para dar mais representatividade aos jovens em eventos para a comunicação*.

O Plano Nacional de Cultura, construído a partir de discussões das conferências e instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010,

também não menciona as questões de gênero e de juventude de forma relacionada/interconectada. Nos capítulos III, IV e V, no que diz respeito às estratégias e ações, nota-se a menção à juventude quatro vezes, como se pode ver nos recortes a seguir:

Ampliar o acesso à fruição cultural, por meio de programas voltados a crianças, jovens, (...);

Estimular a formação de redes de equipamentos públicos e privados conforme os perfis culturais e vocações institucionais, promovendo programações diferenciadas para gerações distintas, principalmente as dedicadas às crianças e aos jovens;

Instituir programas para a formação de agentes culturais aptos ao atendimento de crianças, jovens (...); e

Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social.

Como podemos notar, a gestão cultural vista pelo Plano Nacional de Cultural não faz distinção de gênero para juventude e também não considera a juventude no seu caráter plural. Já o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM - (2013-2015), que é o terceiro plano construído a partir do processo das conferências, demonstra uma preocupação em relacionar as questões de gênero e juventude. O PNPM (2013-2015) é o plano que destaca, diferentemente do primeiro e do segundo planos de políticas para as mulheres, uma preocupação maior em considerar as demandas das jovens mulheres, especialmente no Capítulo X, que trata da igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiências. As metas e as ações previstas no plano, que tem como foco as jovens mulheres, estão concentradas nas temáticas: educação, saúde, trabalho e combate à violência.

Ações e metas que mencionem políticas de cultura com recorte para as jovens mulheres são invisíveis, embora se reconheça a preocupação com

a inclusão das diversidades culturais. No que se refere à comunicação, podemos destacar algumas ações, tais como:

- Produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre igualdade de gênero, mulheres jovens, idosas e com deficiência;
- Realizar campanha, com produção de materiais e vídeos, direcionada à divulgação dos direitos e incentivo à autonomia de adolescentes, mulheres jovens, idosas e com deficiência, contemplando diversidades étnicas e raciais;
- Estabelecer parceria entre o Observatório de Gênero (SPM) e Observatório Participativo da Juventude (SNJ/SG) para produção, fomento e publicação de estudos, pesquisas, dados e indicadores sobre igualdade de gênero e juventude; [e uma meta]
- Formar 5 mil jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.

O Plano reconhece a importância da comunicação na difusão da informação e da cultura para a população e reconhece a necessidade de garantir a pluralidade na comunicação, compreendendo que ela pode valorizar o papel das mulheres na sociedade e respeitar sua diversidade. Como destaca o capítulo VIII, na atualidade considera-se que a preocupação com:

(...) o valor simbólico dos conteúdos veiculados nos diferentes meios de comunicação é também uma preocupação do Estado, pois esses conteúdos atuam na construção simbólica dos marcadores de gênero, etnia, raça, geração e classe.

O documento reforça, como se pode verificar, a necessidade da promoção de uma imagem não estereotipada das mulheres, valorizando-as em sua diversidade. Embora o capítulo não expresse textualmente ‘jovens mulheres’, é razoável concluir que a promoção de uma representação mais plural das mulheres incluiria as jovens. As jovens mulheres são reconhecidas como demandantes legítimas de políticas públicas ao longo de todo o

documento, que expõe as propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2011, em Brasília. No entanto, embora haja o reconhecimento e, ainda, que um dos cinco eixos temáticos da conferência tenha sido *Direito ao Desenvolvimento Integral: educação, trabalho, cultura, comunicação*, não há propostas que relacionem diretamente e textualmente a questão da cultura e comunicação às jovens mulheres.

A transversalidade entre as questões das jovens mulheres e as questões de cultura e comunicação configuram-se como um grande desafio para os movimentos das jovens mulheres e para o próprio Governo Federal. Se, por um lado, a presença das palavras gênero e juventude em documentos institucionais no âmbito internacional e nacional demonstra o reconhecimento da pauta, por outro, é preciso traduzir o discurso institucional em ações concretas que tenham impacto na vida das jovens mulheres. O espaço político de maior visibilidade conquistado pelas jovens mulheres, como pode ser notado, se deu na Secretaria Nacional de Políticas para Juventude que, por meio da realização de duas conferências nacionais, garantiu vez e voz às suas demandas, mesmo com todas as dificuldades mencionadas.

É importante ressaltar que a presença de um movimento de jovens mulheres no país foi fundamental para criação desse espaço político. As prioridades e os desafios, que são apresentados a seguir, evidenciam a necessidade de políticas para as jovens mulheres nas áreas da cultura e da comunicação, que, por sua vez, são consideradas estratégicas para o avanço da igualdade entre os gêneros no país.

Prioridades e desafios para a construção de políticas públicas para jovens mulheres na área da comunicação e da cultura

Ao longo das reflexões ocorridas no *GT Comunicação, Cultura e Lazer*, foram considerados pontos-chaves para a construção de políticas públicas para jovens mulheres na área da comunicação e da cultura, a saber: produção, saberes e práticas culturais, democratização da comunicação, meios de comunicação e publicidade. O GT elencou três princípios gerais para a construção de uma sociedade mais igualitária para as jovens mulheres, que são os que seguem:

1. Fortalecer políticas públicas específicas de comunicação, cultura e lazer, reconhecendo as singularidades de cada campo;
2. Garantir os recortes étnico-racial, de identidade de gênero, de orientação sexual e de território - campo, cidade e comunidades quilombolas - em todas as políticas de comunicação e cultura; e
3. Garantir que eventos culturais e peças midiáticas financiados com recursos públicos não reproduzam práticas e representações sexistas, racistas, homofóbicas, discriminatórias, ofensivas e/ou que incitem qualquer tipo de violência.

No que se refere à *produção, saberes e práticas culturais*, foi pontuada a necessidade de criar linhas de fomento à produção cultural de mulheres jovens do campo e da cidade, indígenas, negras e quilombolas; criar linhas específicas para financiar a produção cultural de mulheres jovens nas leis de incentivo e nos fundos de cultura; fortalecer expressões culturais protagonizadas por mulheres jovens, tradicionais ou contemporâneas. A proposta é que os editais permitam que as mulheres jovens participem de forma autônoma, sem exigência de vínculo institucional.

No que toca à *democratização da comunicação*, área prioritária para as jovens mulheres, foi destacada a necessidade de: estabelecer diálogos e instituir grupos de trabalho no Governo Federal para a construção de um novo Marco Regulatório das Comunicações, com participação da sociedade civil; implementar as resoluções aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, garantir que as mulheres jovens sejam inseridas na produção e difusão de conteúdos e que atuem como protagonistas das políticas voltadas à democratização da comunicação e, ainda, criar editais de estímulo à comunicação comunitária e mídias independentes produzidas por mulheres jovens. Outros pontos destacados foram: premiar boas práticas de inclusão das mulheres jovens em veículos de comunicação públicos e privados; proibir outorga estatal de rádio e televisão para todo e qualquer tipo de instituição religiosa; valorizar e estimular a produção de conteúdos de rádio e TV que divulguem e fomentem práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais e, por último, universalizar o acesso à banda larga, criando políticas públicas para superação da brecha digital de gênero.

No ponto *meios de comunicação e publicidade*, foi destacada a invisibilidade da diversidade das mulheres jovens nos produtos midiáticos e, assim, foram colocadas as seguintes propostas: instituir um órgão para fiscalizar e punir publicidade discriminatória, com participação permanente da sociedade civil; coibir manifestações discriminatórias em todos os meios de comunicação, principalmente na *web*, criar mecanismos de denúncia e investigação em tempo real; estimular que a publicidade construa representações igualitárias de gênero; efetivar o direito de resposta como instrumento de promoção da cidadania e reparar violações de direitos humanos nos meios de comunicação e na publicidade.

As propostas construídas pelas jovens mulheres, diferente dos documentos institucionais aqui apresentados onde foi evidenciada a dificuldade ou até mesmo inabilidade em transversalizar as questões de gênero e juventude no âmbito da comunicação e cultura, demonstram uma atenção especial para essa temática justamente por serem as jovens mulheres que vivenciam os problemas decorrentes da ausência de políticas públicas de comunicação e cultura, atrizes políticas legítimas para demandar tais políticas.

Aqui se destaca a necessidade da participação dos distintos segmentos da sociedade no processo de elaboração das políticas públicas. O processo que resultou na criação do GT Jovens Mulheres e do I Encontro Nacional de Políticas Públicas para as Jovens Mulheres foi um importante passo dado pelo Governo Federal para incluir as jovens mulheres na construção de suas demandas visando num futuro, não tão distante, a criação de políticas públicas específicas para esse segmento.

Considerações finais

A democratização da comunicação é um passo estratégico para o desenvolvimento de qualquer nação, pois contribui diretamente para as mudanças sociais, principalmente no que diz respeito à formação sociocultural dos indivíduos. Além disso, torna o ambiente favorável para a disseminação de valores pró-igualdade de gênero. O retrato das mulheres jovens, apresentadas pelos meios de comunicação de massa, é o de uma sociedade machista, racista e sexista, que não reconhece o papel que as mulheres desempenham em diversas esferas societárias.

Ao propor uma reflexão sobre a comunicação e a cultura a partir do ponto de vista das jovens mulheres, apontamos a existência de uma demanda que tem sido pouco reconhecida pela gestão pública, mas que apresenta potencial para criação de políticas públicas, desde que o diálogo que foi estabelecido entre os movimentos de jovens mulheres, SNJ e SPM, a partir do processo que resultou no I Encontro Nacional de Políticas para as Jovens Mulheres, seja mantido.

Temas como comunicação e cultura sempre foram colocados em segundo plano no campo das disputas políticas, juntamente com outras temáticas e suas limitadas políticas públicas evidenciam a dificuldade de se avançar em sua democratização. Associar, portanto, a essas questões a transversalidade de gênero e juventude é um grande desafio colocado para o futuro, o que poderá resultar em uma melhor condição de vida para as jovens mulheres em nossa sociedade.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MIRANDA, C. M. **Integração de políticas de gênero no Estado: Brasil e Canadá em perspectiva comparada**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MORENO, R. **A Imagem da Mulher na Mídia: Controle Social Comparado**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MARGULIS, M. (Org). **La juventude es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3 ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 241.

PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM. **IV Conferência Mundial sobre da Mulher.** Nações Unidas: Pequim, China, 1995.

Internet

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Pesquisa Representações das mulheres nas propagandas na TV (2013).** Disponível na internet: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/pautas-midia/pesquisa-revela-que-maioria-nao-ve-as-mulheres-da-vida-real-nas-propagandas-na-tv/>>

BRASIL. **Propostas finais aprovadas na II Conferência Nacional de Juventude.** Disponível na internet: <<http://www.juventude.gov.br/conferencia/resolucoes-finais/propostas-finais>>. Acesso em: 02 jun 2014.

Jovens mulheres e os desafios da região amazônica: contribuições para o debate de meio ambiente e sustentabilidade entre jovens mulheres

Anne Karoline
Marccella Berte

As mulheres jovens, especialmente as que habitam a Região Norte do Brasil, concentradas na Amazônia, enfrentam um enorme desafio: garantia de suas próprias vidas e das futuras gerações deste planeta. Os obstáculos para estudar, para participar da esfera política, a inserção em trabalhos mais precarizados, salários desiguais para desempenhar as mesmas funções que os homens, maior vulnerabilidade e exposição à violência, gravidez indesejada, são alguns desses desafios. As jovens mulheres na Amazônia são as mais atingidas pela pobreza, na maior floresta tropical do mundo, responsável por equilibrar o clima e prestar serviços ecossistêmicos globais.

Há alguns anos, iniciaram-se no Brasil esforços governamentais e não-governamentais para interromper a reprodução desse ciclo de pobreza e exclusão social, considerado pelo governo brasileiro como um dos vetores de desmatamento da floresta, que, por sua vez, é a principal causa de emissões de gases que provocam o efeito estufa no Brasil, que contribuiu com o aquecimento global.

O Brasil possui uma enorme população jovem, considerada a maior da história. Segundo o Censo de 2010, há 51.330.569 jovens de 15 a 29 anos. Isso representa $\frac{1}{4}$ da população brasileira. Historicamente, o Censo mostra que a população brasileira é em sua maioria feminina, porque embora nasçam mais homens do que mulheres, a partir dos 20 anos de idade, eles morrem mais do que mulheres. Essa equação se mantém assim até a população idosa.

As mulheres jovens da Região Norte são vítimas de diversas formas de violência. Segundo a pesquisa realizada por Waiselfisz (2012) que apresentou um mapeamento da violência no Brasil, com os dados referentes aos homicídios femininos, ou feminicídios, nas Unidades Federativas, o Pará está na 6ª posição, o Tocantins na 11ª posição e o Amazonas na 22ª posição. Quando os dados são direcionados para as capitais, a Região Norte continua com índices alarmantes. Destacam-se, pelas elevadas taxas, nas 7 primeiras colocações Porto Velho, Rio Branco, Manaus, Boa Vista, Belém, Macapá e Palmas, todas com níveis acima dos 10 homicídios em 100 mil mulheres.

O Tráfico de Seres Humanos (TSH) para exploração sexual é outro problema vivenciado pelo Brasil, especialmente na Região Norte e nas fronteiras do Brasil com outros países. Esse tipo de crime acontece com frequência no mundo, principalmente nos países em desenvolvimento, e onde há pessoas em situação de extrema pobreza e com baixa escolaridade.

Segundo dados do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, há cerca de 241 rotas de tráfico de pessoas no Brasil. A informação consta da *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de exploração Sexual Comercial no Brasil* (Pestraf, 2002), a única disponível sobre o tema no Brasil. Do total, 110 são relacionadas com o tráfico interno – intermunicipal e interestadual – e 131 com o tráfico internacional. A Região Norte possui a maior concentração de rotas (76), seguida pelo Nordeste (69), Sudeste (35), Centro-Oeste (33) e Sul (28).

No Brasil, os estados da Região Norte são potencialmente suscetíveis a essa prática criminosa, pois se encontram desfavorecidos de políticas públicas mais atentas às suas especificidades e aos problemas da população. As mulheres jovens e as meninas em situação de pobreza são as principais vítimas do TSH para a exploração sexual.

A violência pode ser encarada como fruto de processos de transformação social, que em cada momento traduzem as condições políticas e sociais, mas também das condições de produção discursiva dominantes nessa sociedade. Esse fenômeno, contextualizado na problemática da exclusão e da pobreza, surge em forma de resposta ao estigma do qual são alvo; a não-consideração das necessidades básicas, as desiguais condições de acesso acarretam o não rompimento com o ciclo de pobreza; privação cria a necessidade de encontrar alternativas pela violência (MADEIRA, 2002).

Há diferentes tipos de exclusão social, como a exclusão econômica, a social, a cultural, etc., além de categorias sociais desfavorecidas como grupos étnicos e culturais “minoritários”, associados à precariedade e às condições de vida. Sem aprofundar, mas considerando a desigualdade regional do Brasil, que coloca a Região Norte em evidência e que ao mesmo tempo abriga a maior quantidade de povos e comunidades tradicionais do país.

Transformar a realidade socioambiental das jovens mulheres da Amazônia é o grande desafio em questão. E associado a ele, a possibilidade de uma convivência menos sujeita à violência e, nesse mesmo sentido, territórios livres de crimes ambientais de maneira geral, que passam pelo desmatamento ilegal e o tráfico de pessoas, de animais, biopirataria, homicídios, bem como outras formas e alternativas violentas.

Dentre outras, ações de segurança pública também estão associadas a esse contexto, por exemplo, as operações Arco Verde e Arco de Fogo. A Operação Arco Verde tem como proposta desenvolver junto às populações locais novos modelos de exploração econômica, invertendo a lógica do desmatamento. A operação envolve diversos órgãos de várias instâncias do governo, coordenados pela Casa Civil da Presidência da República, além de prefeituras municipais e organizações não governamentais. Já a Operação Arco de Fogo visa combater o desmatamento ilegal na Amazônia por meio de ações de segurança pública promovidas pelas Polícias Federal, Civil e Militar e órgãos das três instâncias governamentais.

Políticas Públicas no contexto das jovens mulheres da Amazônia

Visando transformar esse cenário lamentável, o Governo Federal passa a olhar as mulheres, bem como as meninas e as jovens como demandantes de políticas públicas. Assim, se pensou nas especificidades dos problemas vivenciados pelas mulheres jovens em suas diferentes dimensões: cultural, geográfica, política e econômica.

Essas especificidades devem ser consideradas pela compreensão de que a desigualdade de gênero não afeta as mulheres jovens de maneira uniforme. Vale lembrar que o as relações de gênero estrutura-se a partir da ênfase das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, etc.

Evidente que há outras desigualdades associadas, além daquelas ligadas a diferenças de raça/etnia, de classe, de gerações etc, tais como de acesso a outras dimensões da esfera pública, a saber, à justiça, à tecnologia, à saúde, ao sistema bancário/financeiro, entre outros, entre as mulheres negras, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco, parteiras tradicionais ou pobres, que consequentemente enfrentarão maiores obstáculos para ocupar os espaços públicos.

Nesse sentido, pontuamos que as mulheres jovens na Região Norte, por exemplo, vivenciam problemas que muitas vezes as mulheres jovens da Região Sul não vivenciam. As políticas públicas devem ser elaboradas com recorte geracional para que as demandas das mulheres jovens não sejam diluídas de forma universal nas políticas públicas para as mulheres e nas políticas públicas mais gerais para juventude.

Apesar das inúmeras conquistas das mulheres e das jovens brasileiras nos últimos anos, com algumas merecendo destaque especial, como a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Estatuto da Juventude, sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, a reestruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a criação do Conselho Nacional de Juventude, a maioria dos estados brasileiros não se atentaram para a necessidade de assumir um compromisso com as mulheres jovens. A criação de um Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher com ações que intensificarão o atendimento às mulheres do campo, da floresta e nas fronteiras do País, vítimas de violência apontam concretamente nesse sentido.

O fato de a Região Norte ser a menos desenvolvida do país traz grandes desafios para as jovens, que além de lidarem com as condições adversas relacionadas ao isolamento, conflitos de terra, déficit de saneamento ambiental nas residências, taxas elevadas de mortalidade materna e a exploração sexual juvenil, lidam cotidianamente com problemas advindos da feminização da pobreza, da baixa escolaridade das mulheres e dos altos índices de violência contra elas.

Ao propor contemplar a diversidade das jovens mulheres nas políticas públicas para esse segmento, busca-se retirá-las da zona de silenciamento

que enfrentam, em razão da ausência de políticas públicas atentas às suas especificidades, integradas e que considerem a realidade do ecossistema da Amazônia.

Tal silêncio pode ser exemplificado pelas jovens mulheres indígenas que não têm os seus direitos reconhecidos e incorporados nas decisões e no desenho das políticas públicas, e na própria cultura tradicional, o machismo muitas vezes prevalece.

Segundo relatório da ONU, divulgado em 2010, com o título *A situação dos povos indígenas no mundo*, uma em cada três mulheres indígenas é estuprada durante a vida, além disso, historicamente, elas foram massacradas pelos invasores.

A entrada dos homens brancos nos espaços dos povos tradicionais na Amazônia provocam ruptura em sua tradição. O estupro é usado pelos agressores como arma de “desmoralização” desses povos, assim, as mulheres são as mais atingidas, em especial as jovens, pois segundo o índice de vulnerabilidade juvenil, 50,7% das vítimas de estupro no Brasil tem até 13 anos de idade (BRASIL, 2014). A inferiorização dos povos indígenas reforça a discriminação, em particular, das mulheres indígenas que se tornam ainda mais suscetíveis a exploração sexual.

Em busca de “desenvolvimento”, cidades pacatas na Amazônia recebem grandes obras que trazem impacto para a população local. Pessoas oriundas de diversos estados mudam para essas cidades e provocam uma mudança na realidade local. A devastação do meio ambiente e essas obras podem ser facilmente relacionadas. As jovens mulheres também são impactadas pelas grandes obras, ao ceder à exploração sexual pelos trabalhadores temporários desses empreendimentos, em troca de uma melhor condição de vida. Em outro momento, são as próprias famílias que as incentivam com a justificativa de um “futuro melhor”.

Entre a maioria dos povos indígenas, as mulheres são as responsáveis pela alimentação. Por isso, são as mulheres as mais afetadas pelo modelo econômico insustentável, ao perderem acesso aos recursos ambientais que garantem sua segurança alimentar.

Por outro lado, as jovens mulheres trabalhadoras oriundas do interior chegam às grandes cidades com muitas expectativas, algumas conseguem

estudar e trabalhar, outras viram escravas do trabalho doméstico e reféns de assédio sexual nas grandes empresas.

Ser mulher jovem na Amazônia traz grandes desafios. Não basta apenas apontar as demandas de políticas públicas para as jovens mulheres, é preciso reconhecer o protagonismo delas nas políticas públicas, como uma prática cada vez mais pactuada na transição geracional e um canalizador de luta efetiva dos seus direitos.

O processo de monitoramento e capacitação não se faz sem expectativas, pois requer esforço. As jovens mulheres envolvidas são convidadas a refletir sobre essa realidade historicamente invisibilizada e sobretudo, pensar saídas, valorizando com isso as mulheres jovens dentro do mercado de trabalho, a partir de determinantes que valorizem sua mão de obra - respeitando a diversidade, a cultura e o meio em que vive -, bem como a sua participação e controle social na garantia dos direitos na sociedade.

Jovem mulher e tradicional da Amazônia – diálogo, participação social e combate à pobreza

Durante o ano de 2014, diversos encontros de povos e comunidades tradicionais foram realizados, sobretudo na Região Norte, onde está a maioria da população tradicional do Brasil. São considerados povos e comunidades tradicionais grupos culturalmente diferenciados, que possuem formas próprias de organização, ocupam e usam seus territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Esses grupos são: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vargeiros, pantaneiros, raizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Na ocasião do Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região Norte, em maio de 2014, participaram, a partir dos critérios específicos considerados pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, mulheres e jovens tradicionais. Entre os critérios

de participação estavam a de gênero e geração. O regulamento dizia que deverá ser respeitado por cada segmento, e por todos, a indicação de pelo menos um jovem e a garantia de participação igualitária entre homens e mulheres.

O Encontro teve como objetivo elaborar diretrizes para constituir um Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais por meio do recente Decreto da Participação Social nº 8243 de 23 de maio de 2014, e do funcionamento da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Os encontros serviram também para fazer um balanço sobre políticas públicas e acesso aos serviços públicos entre esses diferentes segmentos dos povos e comunidades, com base na Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/07).

No eixo inclusão social, além de assistência social e educação, o debate sobre a saúde foi perpassando uma série de temas distintos, entre eles as políticas de saúde às mulheres em gestação e parto, provocado pelo debate sobre a incidência do Programa Rede Cegonha, entre aquelas populações e comunidades tradicionais representadas naquele espaço.

A Rede Cegonha é um pacote de ações para garantir o atendimento de qualidade, seguro e humanizado para todas as mulheres. O trabalho busca oferecer assistência desde o planejamento familiar, passa pelos momentos da confirmação da gravidez, do pré-natal, pelo parto, pelos 28 dias pós-parto (puerpério), cobrindo até os dois primeiros anos de vida da criança. Tudo dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) (cf. BRASIL, 2013).

Uma jovem quilombola e extrativista do estado do Amazonas fez o seguinte relato: *Moro em uma comunidade de difícil acesso - lá é uma unidade de conservação de uso sustentável e eu tive minha filha no hospital*. Ela disse que quis ter seu filho em um hospital na cidade, mesmo muito longe de onde vive, por dois motivos: um é porque as parteiras da comunidade estão muito velhas, o outro, porque as jovens têm medo de aprender o trabalho de parteira, inclusive ela (medo de ter alguma complicação no parto e ela ser responsabilizada).

Outro medo aparece no relato de uma diferente participante do grupo, que relatou a violência contra as mulheres tradicionais, a criminalização

das parteiras e do parto tradicional. Contou o caso em que o judiciário criminaliza a família. Há exemplo de um seringueiro que foi preso por ser pai de uma criança que nasceu no meio do seringal, tentando chegar até um hospital, na cidade.

O acesso aos serviços públicos não são adequados nessas comunidades, geralmente é deficitário. Por outro lado, uma forma de diminuir o desafio é justamente valorizar as culturais tradicionais que estão se perdendo entre gerações por influência de culturas cada vez mais urbanas, especialmente por meio dos meios de comunicação de massa.

Essas jovens devem possuir a escolha, se querem ser parteiras ou não, se querem ser mães, se querem ter acesso aos serviços de saúde do SUS, mas também, a escolha de serem capacitadas para realizar um trabalho de grande valia para a comunidade de maneira legal e segura. Essas jovens podem ser a esperança de um atendimento próximo, um acompanhamento no pré-natal, como as parteiras tradicionais fizeram com suas mães e antepassadas.

O conhecimento tradicional das mulheres parteiras, assim como outros conhecimentos tradicionais, não estão sendo repassados de uma geração para a outra. Isso implica em interromper não só a existência de um valioso patrimônio cultural, mas de um patrimônio genético associado ao conhecimento tradicional. Esse patrimônio genético que muitas vezes é violado por estrangeiros, pesquisadores que usurpam o conhecimento desses povos em troca de itens que eles vêem pela televisão.

O fato é que os jovens são, nessas comunidades da Amazônia, na maioria das vezes, reprodutores das situações de pobreza e vulnerabilidade, quando não são vetores de êxodo rural. Por isso, é fundamental construir uma estratégia alternativa aos jovens da Amazônia e sobretudo das jovens mulheres.

O Programa Bolsa Verde – PBV é uma experiência interessante, que iniciou em 2011, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, e **é um dos poucos no âmbito do Brasil Sem Miséria a trabalhar na faixa da extrema pobreza, pois descobriu-se** que a pobreza era um dos vetores do desmatamento e que por meio dele muitas pessoas, pela primeira vez, foram foco de alguma política pública.

A seleção do titular familiar para efeito de recebimento do benefício é a utilização do mesmo critério do Programa Bolsa Família, a priorização do cadastro de mulheres - por serem elas socialmente tidas como responsáveis pela administração das despesas do lar e pelos cuidados com os filhos. Em consequência, os beneficiários do Programa Bolsa Verde acabam sendo prioritariamente mulheres, sendo que cerca de 17,26% são de jovens, entre 17 e 29 anos (dados do CadÚnico, em janeiro de 2014).

A perspectiva é que esse Programa seja “a porta de entrada” de outras políticas públicas. *Sob essa ótica, a base para articulação de políticas de fortalecimento desses territórios tem sua semente plantada* (CORRÊA, 2014).

O desafio da região Amazônica ainda é muito grande. Mas o diálogo com o governo e as primeiras políticas públicas estão sendo organizados. É importante ter como perspectiva a formação das jovens, mas sobretudo, a valorização das culturas tradicionais que sugerem modos de vida e convivências nesses territórios mais adequados que os modos urbanos. Para isso, **não existe um olhar para a jovem que não seja o olhar entre gerações, ou intergeracional. Esses conhecimentos são a essência dessas comunidades e**, para isso, é preciso não demorar muito para articular uma solução.

Caminhos para as presentes e futuras jovens mulheres da Amazônia

Sem dúvida há questões inerentes à intersecção jovem – mulher – amazônida. Há tantas outras que ainda não conseguimos aprofundar neste artigo, mas foi possível levantar temas aqui que podem e devem ser melhor estudados, e outros podem ser foco de pesquisas que orientem e subsidiem a construção de políticas públicas para as jovens mulheres e a relação com o meio ambiente.

Não só a violência em si, mas principalmente nos contextos onde ela se manifesta, deve ser o alvo dessa proposta, de olhar de maneira diferenciada para as jovens mulheres ao formular políticas públicas. Mas, para além disso, não há como preservar uma floresta amazônica sem considerar os direitos dos seres humanos que nela habitam, e não há como não considerar a juventude como mola propulsora de mudanças socioambientais.

As jovens mulheres da Amazônia, portanto, estão em uma encruzilhada. Poderão continuar sendo reprodutoras da pobreza e seus filhos nascendo e crescendo nessa situação, não tendo acesso à educação adequada, renunciados os estudos ou privados os seus direitos, etc. Continuar sendo vítimas da violência sexista cometida contra todos os povos e viverão nesta mesma civilização da barbárie. Ou, um conjunto de escolhas definirão que as jovens da Amazônia passarão a ser alvo fundamental das oportunidades geradas pelas políticas públicas e a ser as principais atrizes do desenvolvimento sustentável. Uma transição geracional para um desenvolvimento de novo tipo na Amazônia tem que levar em consideração a presente geração de jovens mulheres a conhecerem e reconhecerem os seus conhecimentos tradicionais e a terem seus direitos assegurados.

Referências

BRASIL. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Tolerância Social a Violência contra as Mulheres. Brasília: IPEA, 2014.

CORRÊA, R. A. **Percurso de implementação de uma política socioambiental no Brasil**. Programa de Apoio à Conservação Ambiental, Bolsa Verde. Brasília: MMA, 2014.

MADEIRA, M. J. R. **Pobreza e exclusão como consequência e factor de violência**. Lisboa, Portugal, 2002.

NEGRÃO, P. Atitude: Contra o tráfico de mulheres e crianças. **Revista Cláudia**. São Paulo: Editora Abril S/A, 2009.

TORRES, I. C. **As Novas Amazônidas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

Internet

BRASIL. Fôlder Rede Cegonha. Disponível na internet: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/folder/rede_cegonha.pdf>

Sexualidade para a liberdade

Clarananda Barreira

Introdução

Ao falar de saúde em relação às mulheres, sempre relacionamos ao debate de sexualidade e os chamados direitos sexuais e reprodutivos, não porque relacionamos apenas as mulheres com a função de reprodução, mas porque vamos percebendo o quanto a sexualidade é o grande entrave para as mulheres, principalmente para as jovens, é onde se marca as violências de gênero: os nossos corpos. Por isso, o texto tem a ideia de trazer a reflexão das várias formas que a sexualidade é entendida hoje e como transformamos esse debate em políticas públicas em torno da saúde sexual e reprodutiva, e tentar levantar alguns desafios para o próximo período.

Ao debater sexualidade como políticas públicas e ainda mais pensando nas jovens mulheres traz rapidamente à mente programas e ações, a primeira de todas: gravidez na adolescência, depois começam a vir outros como prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, programas de planejamento familiar, ou o próprio PAISM – Programa de Atenção a Saúde Integral à Mulher. Nos debates mais avançados, de pronto surge o tema “legalização do aborto”, mas aí vem a pergunta, “o que de fato significa sexualidade?”. Refletir sobre o que significa a tal sexualidade, principalmente hoje, e assim pensar se é possível elaborar políticas públicas específicas e quais seriam elas.

Sexualidade é um conceito que ainda está em construção pois, por mais definições que possamos ter, ele gera mais dúvidas do que soluções, e pensar em políticas públicas é pensar em solução para um problema. Tentando resgatar alguns debates ainda dos anos 60, onde, na Europa e no EUA, os movimentos contraculturais tomavam corpo - como o movimento *hippie*, que trazia o lema “paz e amor” - que criticavam as guerras que aconteciam no mundo e questionavam padrões culturais impostos, como a sexualidade, então o chamado amor livre entrava na pauta. É claro que

essa pauta não surgia do nada, o movimento feminista já vinha trazendo questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade como exercer sua cidadania com as sufragistas e também o debate de participação no mercado de trabalho, e esse movimento bebia dessa fonte. Mas os questionamentos da década de 60 se pautavam em processos contra a cultura vigente. A partir daí, o movimento feminista ganhava força e surgiam novas pautas, e com esse crescimento surgia também o movimento gay, que hoje chamamos de LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros. O movimento ambientalista também nasce nesse processo. Acadêmicos dizem que nasceram os novos movimentos sociais nesse momento, pois são movimentos que surgem a partir de identidades multifacetadas, e não apenas de uma dita polarização de classes.

No Brasil, vivemos outro momento político, também bebemos da fonte do movimento *hippie* e da contracultura, mas nossa vida política tem outras nuances. Enquanto na Europa e nos EUA os movimentos estão em efervescência, com novas ideias e novos modelos de movimentos, no Brasil sofremos um golpe militar, eram tempos de privações sociais e políticas. Se formos olhar para a história do Brasil e da América Latina, fica nítido que as ações nesse momento eram de resistência, um momento de lutar pelo direito à liberdade. É possível resgatar na história a participação de mulheres em outros momentos, porém, é nesse cenário que um movimento social feminista nasce na América Latina, de diferentes maneiras em cada país, mas de certa forma, a partir das lutas das organizações de esquerda, na formulação do socialismo e sentindo as contradições na luta cotidiana.

Esse resgate histórico é importante para entender que o pensar sobre a sexualidade não era uma pauta central para as mulheres desde o nascimento do movimento. As feministas brasileiras tiveram contato com esse debate da sexualidade, mas não foi aprofundado, pois na própria esquerda se teve de lutar e elucidar, que discutir os papéis sociais colocados, o machismo e sua desigualdade, não podiam esperar o socialismo e um mundo sem a exploração do homem pelo homem para refletir a exploração da sociedade sobre a mulher. Esse momento foi crucial para o movimento feminista mundial.

Foi no choque, no debate de classes versus o debate do patriarcado que entrelaçamos a formulação de um feminismo socialista. A própria Simone de Beauvoir diz que no seu processo de construção da identidade feminista, demorou para compreender que o machismo teria que ser superado desde já, e que não se poderia esperar que a sociedade de classes se extinguisse. E ainda dizia que era preciso elaborar como é que o capitalismo e o patriarcado se fortaleciam mutuamente. Pois bem, conseguiram identificar nas relações de trabalho, na exploração do trabalho doméstico, entre outros, que a junção do capitalismo e o patriarcado faz ainda mais mal às mulheres, e principalmente às mulheres da classe trabalhadora.

Trazendo para o concreto, os EUA são um importante exemplo para demonstrar como o debate unilateral da emancipação das mulheres também obteve dificuldades. Nos EUA, a emancipação foi trabalhada apenas como: “Vamos emancipá-las!” e está resolvido. Quando começam a emancipar as mulheres, ou seja, garantir que o espaço público também pertença às mulheres, começam a perceber que as mulheres não deixaram o espaço privado, o doméstico, mas sim somatizaram os papéis, e daí surge a dita dupla jornada, tripla jornada, e notaram que para as mulheres trabalhadoras de classe mais baixa era ainda pior, pois o trabalho para elas não era uma forma de afrontar a sociedade, era questão de sobrevivência. A dificuldade vinha em não ter onde deixar seus filhos, o que dificultava elas conseguirem emprego, ou permanecerem neles.

Esse processo no EUA demorou décadas para ser compreendido, o que importava era a mulher ter direito ao trabalho. Enquanto no Brasil, tanto pela concepção de emancipação da classe trabalhadora ser prioritária, mas também pela relação das mulheres feministas socialistas com os movimentos de mulheres que iniciam sua luta pela creche, saúde, acesso aos serviços públicos, o conceito se inverte. O acesso à educação infantil é garantido para as crianças como direito enquanto, nos EUA, até hoje a creche não é uma obrigação do Estado. Para o movimento feminista, ficou nítido que para a mulher se emancipar de fato, as tarefas domésticas devem ser divididas, inclusive criando estruturas sociais para que isso aconteça, como creches, cozinhas e lavanderias comunitárias, para que a responsabilidade do trabalho doméstico seja remitida ao coletivo e também ao estado.

O movimento social feminista é o principal movimento internacional do século XX e XXI, pois ele rompe, de fato, com paradigmas concretos para a vida de toda sociedade, tanto na teoria, quanto no exercício do cotidiano, todas as relações humanas sofreram alterações. Isso não significa que tenhamos acabado com o patriarcado ou que as mulheres vivam sua plena emancipação, muito pelo contrário, porque para toda a ação existe uma reação. Mesmo que não se possa afirmar categoricamente isso, compreendo esse momento também como uma crise cíclica, identificando que com a desconstrução dos papéis de gênero, dos modelos de homem e mulher que foram construídos e estão em desconstrução, surgem as dúvidas, por exemplo, qual é o papel da mulher na sociedade? Nós questionamos todos eles, e hoje, cada uma busca escolher, ou seja, generalizando, podemos dizer que demos a opção de escolha para as mulheres. E qual o papel do homem na sociedade? Os homens conseguiram refletir que tem escolhas? Eles conseguiram identificar quais são essas escolhas? E, vou mais além, estamos pensando binariamente (homem, mulher), mas será que nos reduzimos a apenas dois gêneros? Ou dois sexos?

A discussão de sexualidade no movimento feminista surge nos anos 60, e conforme o movimento se estrutura, vai se desenvolvendo o debate. Como falar de sexualidade era um tabu para uma sociedade com uma moral religiosa muito forte, ela foi se interseccionando com o debate de saúde da mulher. Alguns espaços foram fundamentais para que as ações e teorias feministas ganhassem o mundo. Desde 1975, com a declaração da ONU sobre um ano internacional da mulher, já fortaleceram inúmeras ações locais nos países, como no próprio Brasil, quando então a ONU convoca Conferências Mundiais sobre a Mulher, sai do nível de uma ação local para o processo global. As conferências aconteceram em 1975 – México, em 1980 - Copenhague, em 1985 - Nairobi e em 1995 – Beijing. Essas conferências foram fundamentais para falarmos das dificuldades das mulheres, inclusive em solidificar a humanização das mulheres, e o pensar em políticas públicas e metas em todos os níveis.

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, foi dado um passo importante que depois se solidificou em Beijing. Primeiro, que as políticas de população deixaram apenas de focar no controle populacional, que inclusive tem impacto direto na vida das mulheres, pois o controle de natalidade incide diretamente no direito

à sexualidade das mulheres. Nessa conferência passam a reconhecer o exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como indicadores de qualidade de vida, o que significa que milhares de pessoas em todos os países participantes concordaram que a saúde sexual e reprodutiva é um direito humano e elemento fundamental para igualdade de gênero.

Além de uma definição de conceito e orientação, a plataforma de Cairo criou metas, como redução da mortalidade materna, e ampliação do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Essas metas que vieram a tornar-se mais conhecidas na campanha “As Metas do Milênio”, tem o prazo a ser alcançado até 2015. Desde 1994, houve encontros para fiscalizar e acompanhar as ações dos países para alcançar as metas, esse ano se completa 20 anos e se discute uma revisão das metas de Cairo, como os setores conservadores cresceram nesses vinte anos, inclusive impedindo que as ações fossem aplicadas, se há uma preocupação de retrocessos, principalmente no que tange às políticas que envolvem a sexualidade.

Trazendo para o cotidiano das jovens mulheres brasileiras, que hoje são 25 milhões, que pelas desigualdades de gênero ainda vivenciam muitas privações que vão afetar seu desenvolvimento na plenitude, pois nessa fase se constrói sua personalidade e sua estrutura social. As jovens, no que tange à sexualidade e saúde, ainda têm comportamento restrito, pois o vínculo da sexualidade ainda é o afetivo. Enquanto os meninos têm que mostrar através do sexo sua virilidade, as jovens têm que se esconder e se fechar, até quando encontrarem a pessoa certa. Essa percepção impede tanto uma vivência plena do conhecimento do corpo, quanto esconde, inclusive, a falta de cuidados com a saúde, pois as jovens não vão ao médico, já que o sexo em si pode não ter acontecido e, se aconteceu, elas também não vão, para que ninguém saiba que romperam com uma regra social.

Os índices de HIV/AIDS têm aumentado na juventude, pois o uso da camisinha também é utilizado como meio de violência na relação entre os jovens, já que a confiança deve prevalecer entre outras questões. As mulheres jovens, por não conhecerem seu próprio corpo, perdem o controle dele.

O tema dos direitos sexuais e reprodutivos estão cada vez mais na pauta de debates e ações protagonizadas pelas jovens. O surgimento de novas mobilizações sociais como a Marcha das Vadias, e agora, a campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada, ambas surgindo a partir do debate de naturalização da cultura do estupro, que nada mais é do que trazer à tona a violência sexual para o centro do debate. Mas essa violência sexual não está somente no ato de estuprar e agir com violência, está na identificação do que é um estupro, porque essa violência acontece, e como a própria sociedade reflete sobre o papel da mulher nessa ação de violência.

O questionamento do papel da mulher e como se dá sua vivência com a sexualidade é um debate que não gira em torno apenas do ato sexual em si, mas desde a insinuação e sedução, a opção pela roupa e comportamento, os locais ados quais ela frequenta e seus horários, o uso de métodos contraceptivos, ir ou não no médico e a opção de ter ou não filhos. Diante desse cenário é importante visualizar que a sexualidade é o fio condutor da libertação da mulher como a própria Maria Amélia Telles já falava em meados de 1990:

Quando as mulheres podem conhecer e decidir sobre seu próprio corpo, passam a exigir meios seguros para o controle da sua fertilidade e começa a separar as questões referentes à sexualidade daquelas concernentes a procriação. Inicia-se um processo importante de libertação (...). (TELLES, 1993:148)

Ou seja, a autonomia do próprio corpo, é o que rege a consciência sobre sua sexualidade, quando tivermos a apropriação dela, conseguiremos nos libertar das violências, pois toda violência contra a mulher está vinculada à não autonomia dos corpos. Todo o controle exercido sobre a mulher é referente ao controle de nossa sexualidade, começando pela educação das meninas, que são instruídas a fechar as pernas porque usam vestidos quando criança, passando pela proibição de sentir prazer ao se tocar, pelo aprendizado de que a mulher é quem decide quem vai tocá-la, na fase da sua formação ela pode passar por experiências sexuais, ou não, que mostrar seu corpo é uma decisão, quando chega a sua fase adulta da escolha de com quem vai transar, que o sexo é saúde e prazer, até

a escolha de ter filhos, que tudo isso passa por processos de escolha e o que o Estado tem ingerência em todas elas, mas que quem deve escolher de fato é a mulher.

A partir de toda essa reflexão, elaborar políticas públicas que incidam na autonomia das mulheres sobre seus corpos é viabilizar que ela tenha acesso aos serviços de saúde, que esse serviço de saúde terá um atendimento especializado para as jovens, sem preconceito geracional, de classe, raça/etnia, de orientação sexual. Que nesse espaço ela consiga ter a dimensão das possibilidades que ela tem a partir do seu corpo, podendo assim escolher o que será mais saudável para ela, que esse serviço também alcance os homens, demonstrando que eles também precisam se conhecer e romper com ciclos de naturalização da violência entre os gêneros. A desmistificação de que sexo é algo proibido, sujo e ruim é importante para que acabem com os tabus e que se possa falar abertamente sobre o assunto. Criações de ações e políticas com essa visão construirá novos olhares sobre a sexualidade.

Como pensar em políticas públicas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos para as jovens?

Seria importante pensarmos em algumas ações que poderíamos realizar desde o município e demais esferas governamentais de como criamos políticas públicas para as jovens mulheres vivenciarem sua saúde sexual e reprodutiva com autonomia.

Durante o texto, dei alguns exemplos de como as políticas de saúde não dão conta das necessidades da juventude. As políticas públicas não enxergam a jovem com suas especificidades, no máximo, a idade com a qual ela deve ou não ser atendida no posto de saúde. O posto de saúde é vinculado à comunidade que a jovem vive, ou seja, quem sempre a levou ao médico foi a família, o que faz ela não ter uma relação de autonomia perante o serviço de saúde e o próprio serviço não desenvolve esse processo de autonomização. Nos serviços de saúde precisam ser criados espaços individuais e coletivos nos quais se possa falar sobre a própria sexualidade e entender como seu corpo funciona, para além da lógica de evitar ou não a gravidez, porque a partir do conhecimento do seu corpo, a jovem também aprende a optar pelo momento certo.

Ainda nas estruturas de saúde, é importante que os/as servidores/as tenham formação de como se relacionar com as jovens, entendendo as necessidades e também como realizar a abordagem. Para, além disso, também instruí-las com relação ao aborto legal, realizar acolhimento humanizado para jovens em processo de abortamento e informá-las sobre a humanização no parto. As violências acontecem quando a jovem entra no sistema de saúde após abortar. Elas são insultadas por terem provocado ou não o aborto, recebem insultos e também são deixadas esperando atendimento sentindo dores, não recebem atendimento ou mesmo métodos que diminuem a dor. Essas situações acontecem também com jovens e adolescentes no momento da gravidez.

O posto de saúde é um dos lugares que essas jovens podem ou não frequentar, dependendo da abertura que esse posto vai dar para ela e se vai olhar para ela como uma jovem autônoma e não como uma criança que precisa ser apenas orientada. Mas existe um espaço importante que é a escola. Existem programas do Governo Federal que fazem essa provocação, como o Programa Saúde na Escola, no qual um dos eixos é a sexualidade, mas para ele atingir de fato as jovens precisa ter um olhar da escola e dos governos estaduais, que apliquem nas escolas de Ensino Médio, onde de fato atinge a faixa etária da juventude, realizando bate-papos, provocando o conhecimento, desconstruindo papéis de gênero e as violências e naturalizando o debate sobre a sexualidade. Outro instrumento são as campanhas públicas, que convidamos jovens e as jovens a refletirem sobre a sexualidade.

Existem mulheres em todos os espaços: na escola, nos postos de saúde, nos espaços culturais, etc. Se em todos os espaços as jovens mulheres são invisibilizadas e sofrem vários tipos de violência, nos espaços de privação de liberdade (presídios, FASE e em medidas socioeducativas) essa invisibilidade é ainda maior. No geral, elas são privadas de atendimento de saúde, inclusive de objetos de higienização, como o absorvente. Sensibilizar os servidores e criar ações que garantam o acesso de políticas de saúde a todas essas mulheres são fundamentais.

No caso das FASES, que são para jovens com privação de liberdade, ainda é necessário realizar a relação de atendimento e de desenvolvimento de autonomia da sua sexualidade. No geral, a autonomia nesses espaços

não é respeitada, criam falsas políticas para evitar a gravidez, como a distribuição de anticoncepcionais, mas muitas tomam como obrigação, muitas dessas adolescentes e jovens nem sabem que estão tomando pílulas anticoncepcionais, sem contar quando realizam métodos de esterilização dessas mulheres, sem nenhum tipo de esclarecimento.

A partir dessas provocações que podem ser transformadas em políticas públicas, as principais ações que devem fazer parte do conceito da política pública de forma transversal é levar em conta que as jovens são sujeitas de direitos. Com esse paradigma, entender que as políticas para a juventude e para as mulheres devem desenvolver a autonomia, e não colocá-las no local apenas da proteção, principalmente se tratando da adolescência, e realizar o recorte nas políticas visualizando as jovens negras, as jovens lésbicas, indígenas, a diversidade da juventude, pois essas muitas vezes são dupla ou triplamente ignoradas no sistema de saúde, mas no todo das políticas públicas.

Podemos pensar em um exemplo: a servidora da saúde está preparada para conversar com uma jovem lésbica sobre sua sexualidade? Está preparada pra dizer que ela também precisa se proteger de DST's, e como ela realiza essa prevenção? Como é que o servidor da saúde se relaciona com as crenças de uma jovem indígena? Será que toda jovem negra é atendida com o mesmo zelo que demais jovens? Essas perguntas podem ser orientadoras para a reflexão de como nossos sistemas de políticas públicas ainda são excludentes, precisam ser revistos, atuar de forma laica e no enfrentamento cotidiano a todos os tipos de discriminação.

Referências

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Dossiê: Feminismos Jovens. **Cadernos Pagu** (36) janeiro – junho de 2011: 9-24, São Paulo, 2011.

HELENE, D. A Marcha das Vadias, o corpo da mulher e a cidade. **Revista Redobra**, N ° 11 ano 4. 2013.

MUSSKOPF, A. S. **Via(da)gens Teológicas: itinerários para umateologia queer no Brasil**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

TELES, M. A. A. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SCHWARZER, A. **Simone de Beauvoir hoje**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1986.

Quem participou desse livro

Ana Laura Lobato – Consultora PNUD na Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República (SNJ/SG-PR).

Anne Karolyne Moura – Estudante de enfermagem, Universidade do Estado do Amazonas. Tem trajetória de militância em movimentos estudantis e de mulheres. Tem experiência com os temas de políticas públicas para a juventude, saúde, sexualidade e jovens mulheres. Foi integrante do conselho municipal de mulheres em Manaus, e diretora-presidente do Instituto de articulação de Juventude da Amazônia. Também participou do coletivo de jovens feministas do Amazonas.

Ariane Leitão – Secretária Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Carla de Paiva Bezerra – Servidora pública da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e trabalha na Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG-PR).

Clarananda Barreira – Compõe a Coordenação da Articulação Nacional Juventude Viva - Fiocruz – Claves – SNJ/SG-PR.

Cynthia Mara Miranda – Graduada em Comunicação Social pela UFT, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela UnB. Professora do curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UFT.

Eliana Magalhães Graça – Servidora da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, atuando na Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Fernanda Papa – Coordenadora Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG-PR).

Gabriela Ferraz – Consultora ONU Mulheres.

Iara Amora – Especialista em Direitos Humanos das Mulheres pela Universidad de Chile Graduada em Direito pela UFRJ. Coordenadora de Projetos da CAMTRA - Casa da Mulher Trabalhadora, co-fundadora do Núcleo de Mulheres Jovens da instituição.

Larissa Amorim Borges – Compõe a Coordenação da Articulação Nacional Juventude Viva - Fiocruz - Claves/ SNJ/SG-PR.

Léa Marques – Bacharel em sociologia pela Universidade de São Paulo, atualmente assessora política na Secretaria Nacional de Juventude da CUT Brasil. Foi assessora da Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT. Tem ampla trajetória política, tendo sido diretora do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da USP em 2006 e, diretora do DCE da mesma universidade. Em 2007 foi vice-presidenta da União Estadual dos Estudantes de SP, atuou em defesa dos direitos das mulheres e da igualdade social e política entre homens e mulheres. É militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) tendo participado de diversos espaços desse movimento.

Marcella Lopes Berte – Coordenadora de Juventude do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Maria de Lourdes Rodrigues – Coordenadora Geral de Diversidade da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Marília Ortiz – Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela USP e mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP-FGV. Entre suas experiências profissionais destacam-se a atuação como assistente em projetos com recorte de gênero e juventude na ONG Instituto Sou da Paz e como coordenadora-adjunta na Coordenação da Política de Participação Social da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo. Desde 2012 integra o coletivo Jovens Feministas de São Paulo, fundado em 2000 com o objetivo de atuar pela ampliação da agenda de políticas públicas para as jovens mulheres.

Severine Carmem de Macedo – Secretária Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG-PR).


Vera Soares – Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

Secretaria de
**Políticas para
as Mulheres**

Secretaria Nacional de
Juventude

Secretaria-Geral da
Presidência da República



 juventude.gov.br